

# **PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL**

## **REGIÃO NORTE**

**OUTUBRO 2007**

# ÍNDICE

<b>SUMÁRIO EXECUTIVO .....</b>	<b>3</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2. A REGIÃO NORTE .....</b>	<b>9</b>
2.1- TERRITÓRIO .....	9
2.2 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO ECONÓMICA .....	11
2.2.1 <i>Demografia</i> .....	11
2.2.2 <i>Mercado de Trabalho</i> .....	14
2.2.3 <i>A economia do território</i> .....	16
2.2.4 <i>A utilização do território</i> .....	19
2.2.5 <i>Contexto Sócio-Económico – Pontos Fortes e Pontos Fracos</i> .....	20
2.2.6 <i>Indicadores Relativos ao Contexto Sócio-Económico Geral</i> .....	21
<b>3. A SITUAÇÃO DE PARTIDA .....</b>	<b>24</b>
3.1 DESEMPENHO DOS SECTORES .....	24
3.1.1 <i>Agricultura</i> .....	24
3.1.2 <i>Agro-Alimentar</i> .....	28
3.1.3 <i>Floresta</i> .....	29
3.1.4 <i>Pesca</i> .....	31
3.1.5 <i>Capital Humano e Empresarial</i> .....	32
3.1.6 <i>Organizações de Produtores</i> .....	33
3.1.7 <i>Inovação I&amp;D</i> .....	33
3.1.8 <i>Qualidade</i> .....	34
3.1.9 <i>Fileiras</i> .....	34
3.1.9 <i>Desempenho dos Sectores Agrícola, Florestal E Alimentar – Pontos Fortes e Pontos Fracos</i> .....	35
3.1.10 <i>Indicadores relativos ao desempenho dos sectores agrícola, florestal e alimentar</i> .....	37
3.2 AMBIENTE E GESTÃO DO ESPAÇO RURAL.....	40
3.2.1 <i>Biodiversidade e Paisagem</i> .....	40
3.2.2 <i>Risco de Abandono e Marginalização</i> .....	42
3.2.3 <i>Solo</i> .....	42
3.2.4 <i>Energias Renováveis</i> .....	43
3.2.5 <i>Água</i> .....	43
3.2.6 <i>Floresta</i> .....	44
3.2.7 <i>Ar e Alterações Climáticas</i> .....	45
3.2.8 <i>Ambiente e Gestão do Espaço Rural – Pontos Fortes e Pontos Fracos</i> .....	46
3.2.9 <i>Indicadores relativos ao Ambiente e Gestão do Espaço Rural</i> .....	47
3.3. ECONOMIA RURAL.....	51
3.3.1 <i>Estrutura da Economia</i> .....	51
3.3.2 <i>Diversificação da Economia Rural</i> .....	52
3.3.3 <i>Qualidade de Vida</i> .....	54
3.3.4 <i>Economia Rural e Qualidade de Vida – Pontos Fortes e Pontos Fracos</i> .....	56
3.3.5 <i>Indicadores relativos à Economia Rural e Qualidade de Vida</i> .....	57
3.4. LEADER.....	62
3.4.1 <i>LEADER –Pontos Fortes e Pontos Fracos</i> .....	64
3.4.2 <i>Indicadores relativos ao LEADER</i> .....	65

<b>4. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL.....</b>	<b>67</b>
4.1 A VISÃO DA REGIÃO.....	67
4.2 PRESSUPOSTOS DAS LINHAS ESTRATÉGICAS.....	67
4.3 OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS.....	68
4.4 DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO.....	70
4.4.1 Organização e Cooperação.....	70
4.4.2 Conhecimento.....	70
4.4.3 Inovação.....	71
4.4.4 Externalização.....	71
4.4.5 Formação e Qualificação.....	72
4.4.6 Gestão Ambiental.....	73
4.5 ARTICULAÇÃO DA ESTRATÉGIA REGIONAL COM OS OBJECTIVOS DO FEADER.....	74
4.5.1 A Estratégia escolhida face às necessidades e ao potencial de desenvolvimento rural.....	75
<b>5. OPERACIONALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA.....</b>	<b>78</b>
5.1 QUADRO DA OPERACIONALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA.....	79
5.2 A ESTRATÉGIA ESCOLHIDA E AS MEDIDAS PROPOSTAS.....	80
<b>6. CENÁRIO DESEJÁVEL EM 2013.....</b>	<b>83</b>
6.1 OBJECTIVOS ESPECÍFICOS, INDICADORES DE BASE ASSOCIADOS E METAS DEFINIDAS NO PEN E METAS DA REGIÃO NORTE.....	84
<b>7. GESTÃO DA ESTRATÉGIA.....</b>	<b>87</b>
7.1 GOVERNANÇA.....	87
7.2 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.....	87
<b>8. PROPOSTA DE ESTIMATIVA FINANCEIRA.....</b>	<b>89</b>



## SUMÁRIO EXECUTIVO

A Região Norte caracteriza-se por uma extrema variação do relevo, clima e solos que lhe confere uma grande heterogeneidade cultural, socio-económica e ambiental. É a região mais populosa do País, representando, de acordo com os últimos censos 35,4% da população, com densificação no litoral e rarefacção nas zonas de interior. As suas áreas rurais ocupam 87,4% do território e são caracterizadas por grandes diversidades e especificidades, quer em termos de recursos naturais, humanos como culturais.

O documento elaborado intitulado “ Programa de Desenvolvimento Rural da Região Norte” está em coerência com o PDRC para o período 2007-2013.

É neste contexto que foi dada relevância especial às actividades ligadas ao agro-florestal, pelo lugar determinante que ocupam, dado o peso económico das várias fileiras estratégicas, o desempenho em matéria de recursos naturais e ainda pelo desenvolvimento que essas actividades podem alavancar proporcionando melhor qualidade de vida e promovendo a coesão social.

Pretende-se que em 2013 sejamos reconhecidos por termos:

**Uma agricultura competitiva, um meio rural sustentável, uma região com Norte**

Assim:

- 1- Foi caracterizada a região nos domínios socio-económico, agro-florestal, economia rural e qualidade de vida.

### **Sócio económico**

A análise das características sócio - económicas revela um padrão territorial diferenciado. O contraste litoral versus interior é marcante e desfavorável para o interior, tanto no que diz respeito à educação como relativamente ao PIB/per capita, que foi em 2004 de  $9,7 \cdot 10^3$ € no Norte, tendo sido de  $7,4 \cdot 10^3$  na NUT do Alto Trás-os-Montes, contra  $12 \cdot 10^3$  em Portugal.

A produtividade por empregado na região no sector primário tem vindo a decrescer, verificando-se o inverso nos outros sectores. A presença de dinâmicas regionais demográficas em algumas NUT assinala um perfil territorial pouco homogéneo e com aumento do índice de envelhecimento, e com crescimento económico regional abaixo da média nacional.

### **Agro-Florestal**

Neste domínio foi evidente a existência de elevado número de explorações, com tendência para a sua diminuição, continuando contudo a ser baixa a dimensão média das mesmas. Apesar de ter havido evolução positiva, a SAU/exploração situa-se apenas em 6,2 ha. **O peso das explorações agrícolas em Zonas de Montanha é de 84,6% que representam 95% da SAU, 80% das UTA e 73,4% das MBS (GPPAA).**

A existência de 87% de explorações de pequena dimensão económica ( $\leq 8$ UDE), faz com que a contribuição para a formação regional da margem bruta (MB) assuma menor importância. Relativamente à orientação técnico económica (OTE) foi evidenciada a existência de 42,7% de explorações especializadas, com predomínio das dirigidas para as culturas permanentes. A importância da pequena dimensão económica (DE) na pecuária é globalmente inferior à da produção vegetal. Nos bovinos as explorações de maior dimensão geram maiores MB, atingindo o valor máximo nas explorações de orientação leiteira, que contribuíram com 40% para o valor da produção do Continente.

A composição da SAU regional é variável e tem-se vindo a alterar significativamente desde 1989. O olival, a vinha e a fruticultura são as culturas mais representativas dentro das permanentes e que assumem grande importância económica no contexto nacional.

De acordo com as Contas Económicas da Agricultura 2002 a **contribuição da Região Norte para o valor da produção agrícola nacional foi em média de 25%.**

O sector florestal da região representa 18% da área total nacional e com uma empregabilidade de 2% da população activa no Continente.

Estruturalmente, uma percentagem importante da superfície irrigável não é regada, sendo a gravidade o método de rega mais utilizado. Salienta-se a existência de uma área importante de espaços com alto valor natural e paisagístico.

A estrutura etária do produtor é elevada, situando-se a idade média do produtor singular nos 61 anos e o seu nível de instrução é baixo, embora tenha havido progresso.

Ao analisarmos a origem do rendimento do agregado do produtor agrícola singular revelamos que em 61,7% das explorações o rendimento provém de outras origens exteriores à exploração.

No sector organizativo constatou-se a existência de um elevado número de organizações sob as várias formas, mas com pouco poder de penetração nos mercados, o que inviabiliza uma forte competitividade.

### **Economia Rural e Qualidade de Vida**

Quando se analisou a dinâmica do espaço rural foi possível verificar que no sector secundário a indústria alimentar, bebidas e tabaco (IABT) contribuiu em 2003 com 25,1 % para a criação de riqueza e que o peso do sector terciário tem vindo a subir, mas sendo essencialmente dependente da administração, do comércio por grosso e a retalho.

As amenidades existentes na região não têm assumido o papel catalisador de desenvolvimento que devem possuir e a inexistência de inovação e de competências nos vários sectores de actividade é visível.

O rendimento disponível das famílias da região Norte tem crescido, mas continua a apresentar o menor índice nacional. O indicador de acesso aos serviços básicos é desvantajoso para a região Norte e ainda mais para as zonas rurais quando comparado com o Continente.

2- Resultado da análise foi elaborada uma matriz de pontos fracos e pontos fortes e tendo presentes as oportunidades e ameaças foram identificadas as seguintes necessidades:

- Passar a proporcionar novos produtos e serviços que exerçam menor impacto ambiental na totalidade de seu ciclo de vida, bem como novos modelos comerciais que enfrentem esse desafio e ao mesmo tempo que proporcionem competitividade.
- Aproveitar o facto de as pessoas estarem cada vez mais conscientes, tanto acerca das questões sociais e ambientais, quanto da importância do papel que desempenham como cidadãos e consumidores.
- Passar a assegurar uma melhor qualidade de vida nas zonas rurais aproveitando as diversidades, especificidades existentes e os actores locais.
- Passar a promover o conhecimento e o desenvolvimento de competências.
- Passar a trabalhar em parceria e com eficiência para atender às prioridades locais que forem identificadas.

Com base na identificação das necessidades e potencialidades existentes foram definidos três **objectivos estratégicos**:

- Promover a criação de riqueza e de emprego e o desenvolvimento empresarial.
- Organizar e consolidar as actividades agrícolas e florestais.
- Promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida nas Zonas Rurais.

Para o efeito, foram propostas duas **formas de actuação** distintas, mas complementares, que serão potenciadas pela formação e qualificação dos recursos humanos.

- Uma centrada nas fileiras estratégicas de modo a introduzir uma dimensão nos investimentos com vista à dinamização da actividade económica e seu rejuvenescimento.
- Outra centrada na valorização ambiental e patrimonial, na diversificação económica e na valorização das estruturas existentes, de modo a potenciar uma integração efectiva em toda a cadeia de valor.

Dado a região apresentar algumas produções com vantagens comparativas em relação a outras regiões e existir já algum dinamismo empresarial, identificaram-se como **fileiras estratégicas** o vinho, azeite, frutos, floresta, hortícolas, flores, leite, raças autóctones e produtos de qualidade, tendo sido tratadas de modo autónomo.

Por outro lado a biodiversidade, o património natural, os recursos hídricos e infra-estruturas, bem como a governança territorial e a formação e qualificação dos recursos humanos foram também considerados factores determinantes para a concretização da visão proposta pelo que foram abordados *per si* em **estratégias temáticas**.

Para a concretização das actuações foi proposta a operacionalização através de medidas e acções, e os resultados esperados foram devidamente quantificados.

O programa propõe também a sua avaliação anual através de:

- Análise crítica de pertinência da estratégia;
- Análise de coerência;
- Análise de pertinência dos indicadores;
- Avaliação de eficácia e eficiência.

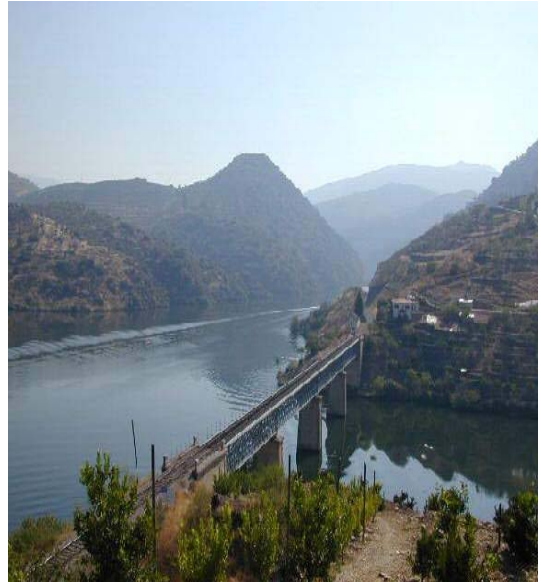
Assim, espera-se que seja efectivamente possível concretizar a visão e deste modo conseguir-se criar uma economia forte, estável e sustentável, que a todos proporcione prosperidade e igualdade de oportunidades.

## 1. INTRODUÇÃO

A **Região Norte** apresenta uma grande heterogeneidade cultural, socio-económica e ambiental, que se prende com situações de natureza distinta e está relacionada com a existência de grandes diversidades e a ocorrência de grandes disparidades. As diversidades e as especificidades existentes deverão ser um pólo positivo de desenvolvimento para melhorar o futuro do território, devidamente integradas em estratégias, onde se atenda a todas as complementaridades e onde se estabeleçam fortes sinergias.

Nesta Região, as áreas rurais ocupam a maior parte do território e encerram um grande e diversificado potencial de recursos naturais, humanos e culturais

mas que são muitas vezes afectados por insuficiências em termos de desenvolvimento económico e social e de acesso às condições de suporte à vida das pessoas e actividade das empresas.



Os objectivos centrais a prosseguir numa política de desenvolvimento agrário regional, devem contribuir para o desenvolvimento da agricultura regional multifuncional, sustentável e repartida por todos os espaços da região e para a diversificação económica e social do seu território.

As actividades ligadas à agricultura, são mais que nunca importantes pelo lugar determinante que ocupam, pelo seu papel económico em várias fileiras, pelo papel estratégico em matéria de aprovisionamento e de gestão de recursos naturais, pelo desenvolvimento que podem alavancar, tornando-se um sistema durável de produção de energia ou de produção de bens alimentares de qualidade.

Do lado da diversificação e dinamização económica e social do território rural, haverá que valorizar outras actividades em meio rural e a sua relação de interdependência com a agricultura.

Para a definição da estratégia de desenvolvimento rural é necessário hierarquizar e priorizar os investimentos, pelo que urge detectar com clareza os factores determinantes de sucesso da região para a levar a crescer nos próximos anos a ritmos iguais ou superiores à média nacional.

A história recente diz-nos que a maior parte das instituições trabalham com planos sectoriais, muitas vezes repetindo funções, exigindo enquadramentos em conformidade com as suas "bitolas". Existe pouco diálogo e os interesses das várias organizações são muitas vezes contraditórios. Como consequência os resultados são a maior parte das vezes nulos e altamente dispendiosos, pelo que se deverá proceder à elaboração de um programa de desenvolvimento estratégico dentro de uma visão territorial e não apenas trabalhar uma solução sectorizada.



A estratégia que se apresenta deve ser lida como um fio orientador para os programas a desenvolver que apoiem o ressurgimento económico da região como um todo: litoral e interior, regiões mais densamente povoadas e mais rarefeitas, mais pobres e mais ricas.

Dado a inexistência de algumas estatísticas com grau de desagregação territorial a nível de NUT III, a opção metodológica foi para esses casos considerar o nível NUT II.

## 2. A REGIÃO NORTE

### 2.1- TERRITÓRIO

Com uma área de 21 287 Km<sup>2</sup> e uma população de 3 691 293 habitantes,(INE2001) a Região Norte é a mais populosa região do País, representando cerca de 35,4% da população residente em Portugal. O número médio de hab/Km<sup>2</sup> é actualmente de 175, com uma forte concentração da população no litoral (que regista uma densidade de 365 habitantes/Km<sup>2</sup> na região do Grande Porto) e reforço da desertificação no interior (actualmente com 36 habitantes/Km<sup>2</sup>), traduzindo-se numa região marcada por desequilíbrios populacionais.

De acordo com a metodologia OCDE e com as adaptações introduzidas à realidade portuguesa pelo Ministério da Agricultura, 87,4% da área da Região Norte foi classificada de rural.

É constituída por 8 Nomenclaturas de Unidade Territoriais (NUT III) e 86 concelhos, 2025 freguesias, sendo 1429 em zonas rurais, que se caracterizam por uma grande diversidade de condições naturais, e contrastes evidentes, ditados pela extrema variação do relevo, clima e solos e que se repercute na diversidade de ocupação cultural dos territórios e na vivência das populações

A cadeia montanhosa constituída pelas serras da Peneda, Gerês, Barroso, Padrela, Alvão e Marão desenvolve-se paralelamente ao mar, impedindo a influência atlântica na zona mais a Este, anulando-se completamente na zona do Planalto Mirandês, onde a influência continental é predominante, ao mesmo tempo que a influência continental da Meseta Ibérica e a mediterrânica da Bacia de Duriense originam a grande diversidade climática na zona mais oriental da região.

De Norte para Sul e à medida que as cotas vão sendo mais baixas, vai-se passando de um clima sub-atlântico para ibero-mediterrânico, sendo nitidamente mediterrânico junto ao rio Douro.

Como consequência destas influências, verificam-se grandes variações nas temperaturas médias a Este, ao longo do ano, atingindo no verão os 35° C e no inverno -5° C. Verifica-se o mesmo no que respeita às precipitações que se concentram no período invernal, decrescendo à medida que se caminha para o interior. Na zona ocidental os verões são moderados e os Invernos são amenos e chuvosos.

Na zona transmontana predominam formações geológicas, antigas, que originaram solos mediterrânicos vermelhos e pardos de matéria não calcária, solos litólicos húmicos provenientes de xistos, quartzitos e granitos.

Genericamente estes solos são delgados, por vezes esqueléticos, podendo aparecer nos vales solos mais profundos.

A maior parte da região de Entre Douro e Minho assenta em formações graníticas, constituindo excepções duas estreitas faixas que atravessam no sentido NW-SE, uma do silúrico, onde aparecem formações carboníferas e de lousa, e outra de xistos do arcaico.

O solo tem, na maior parte da região, origem na desagregação do granito. Caracteriza-se, regra geral, por apresentar pouca profundidade, texturas predominantemente arenosas a franco-arenosas (ligeiras), acidez naturalmente elevada e pobreza em fósforo.



Fonte: INAG

É de destacar ainda na região a existência de uma importante rede de bacias hidrográficas num total 20 849 Km<sup>2</sup>, como se poderá observar no mapa, bem como uma orla marítima de 151 km, onde sobressaem três importantes portos ( Viana do Castelo, Póvoa de Varzim e Matosinhos ).

A Região Norte apresenta marcadamente uma dualidade territorial, existindo uma zona urbana metropolitana a que se contrapõe uma zona rural e agrícola.

Na zona urbana, sobressaem as cidades do Porto, Braga, Guimarães, que se assumiram como os pilares da organização territorial e o seu desempenho é superior ao restante território, bem como o seu posicionamento competitivo, dado aí existir forte especialização em sectores ditos tradicionais, como o calçado, têxtil e vestuário.

A situação geo-estratégica desta Região, que a Norte e Este faz fronteira com a Galiza e Castela e Leão respectivamente, pode ser geradora de novas centralidades, já que é a região com maior extensão de fronteira.

## 2.2 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO ECONÓMICA

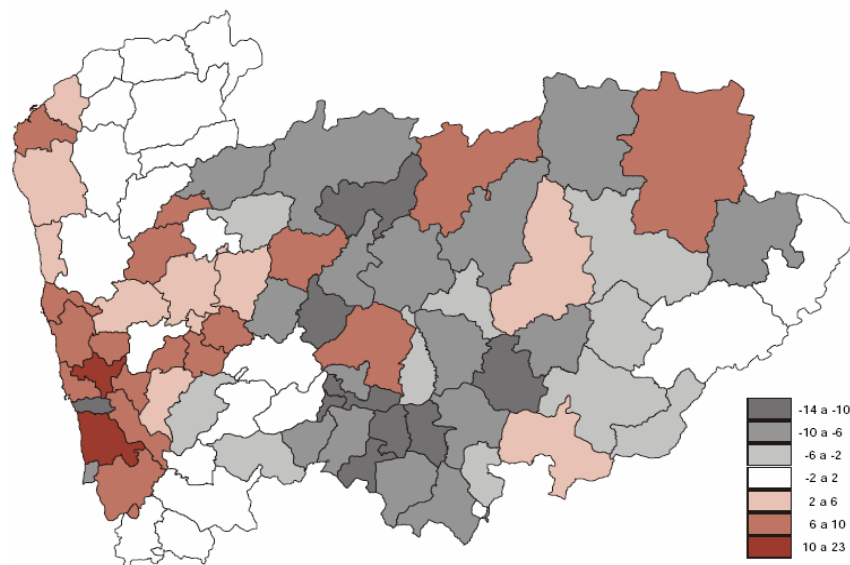
### 2.2.1 Demografia

A partir dos anos 60 a estrutura social e económica alterou-se profundamente o que acentuou a dualidade territorial. Assistiu-se à reorganização da distribuição populacional com fluxos migratórios internos das áreas rurais para as zonas urbanas e esvaziamento das aldeias por migração para as sedes de concelho. A par deste fenómeno, assistiu-se também ao êxodo populacional (emigração) para os países da Europa que nessa altura apresentavam fortes índices de crescimento. A situação altera-se a partir da década de 90 e o saldo migratório actual da região Norte é positivo, continuando contudo a existir disparidade espacial significativa.

A evolução populacional da região beneficiou de valores positivos quer do saldo natural, quer do saldo migratório. Contudo é de salientar que as NUT Douro e Alto Trás-os-Montes perderam população por efeito cumulativo dos saldos natural e migratório.

Ao analisarmos o Mapa 1 e 2 podemos verificar que se encontram concelhos do litoral e do interior caracterizados por acentuadas taxas de crescimento migratório, quer positivas, quer negativas, sendo de referir a existência de alguns concelhos do interior com capacidade atractiva da população, que não evitaram que as NUT Douro e Alto Trás-os-Montes os saldo migratório e natural fossem negativos.

**Mapa 1-Taxa de crescimento migratório da população entre 1991-e 2001 (%)  
Concelhos da Região Norte**

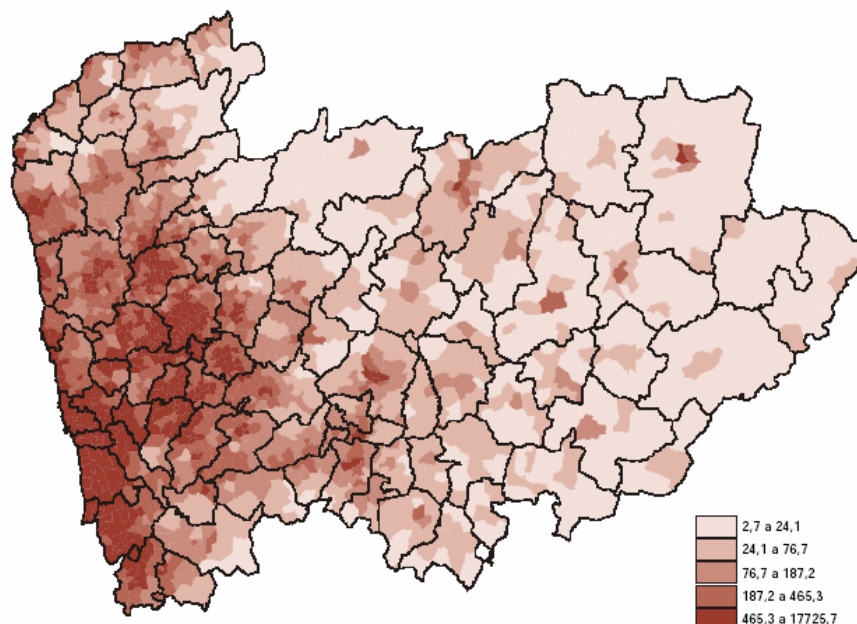


Fonte:INE Censos

Ao analisarmos o Mapa2 constata-se uma forte densidade populacional principalmente nas freguesias da orla costeira e nas restantes freguesias uma fraca densidade populacional, inferior à

média nacional, com excepção das freguesias mais urbanizadas que são sedes de concelho ou freguesias limítrofes destas.

**Mapa 2 – Densidade populacional, em 2001 (hab/km2)  
Freguesias da região Norte**



Fonte: INE Censos

**Quadro 1 – ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM 1991 E 2001**

Unidades Territoriais	Censos	População Residente				
		Total	Variação %	Por Grupos Etários		Índice de envelhecimento
				< = 14 anos	+65	
Minho-Lima	1991	250 059	0,1	51 600	41 651	80,7
	2001	250 275		37 741	49 966	132,4
Cávado	1991	353 267	11,3	87 876	34 671	39,4
	2001	397 063		76 193	46 282	60,7
Ave	1991	466 074	9,4	111 804	42 427	37,9
	2001	509 968		96 363	58 129	60,3
Grande Porto	1991	1 167 800	8	233 598	123 431	52,8
	2001	1 260 680		205 776	165 592	80,4
Tâmega	1991	509 209	8,3	128 798	50 826	39,4
	2001	551 309		114 359	64 827	56,6
Entre Douro e Vouga	1991	252 370	9,7	55 793	26 034	46,6
	2001	276 812		49 204	34 868	70,8
Douro	1991	238 695	-7,1	50 982	37 248	73,0
	2001	221 853		34 591	44 292	128,0
Alto Trás-os-Montes	1991	235 241	-5,1	46 966	40 732	86,7
	2001	223 333		30 721	50 802	165,3

Fonte: INE – Censos 1991 e 2001

É nas NUT Grande Porto, Tâmega e Ave que se concentra 63% da população residente total da região.

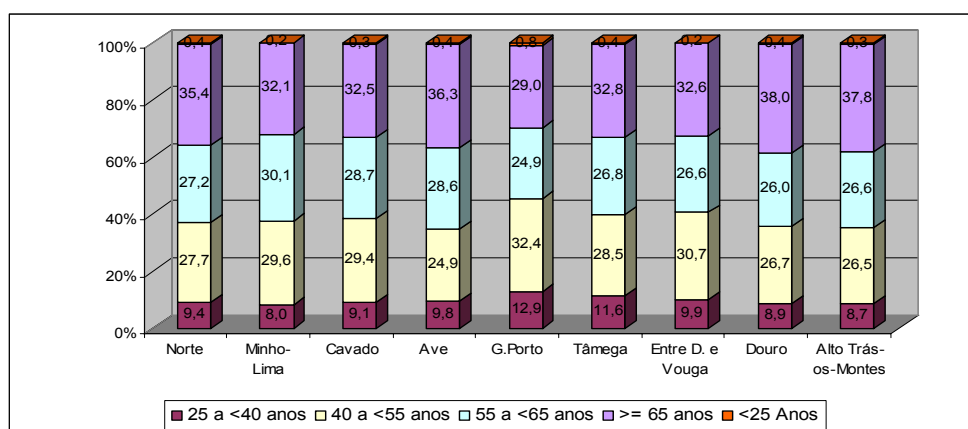
Segundo os dados comparativos do INE 1991-2001, a proporção de jovens com  $\leq 14$  anos na região é superior à do Continente, pese embora ter diminuído de 22,1% para 17,5%.

Em resultado do decréscimo de jovens com menos de 14 anos e do aumento da população com mais de 65 anos o envelhecimento demográfico tem vindo a intensificar-se nas várias NUT, como se comprova no Quadros 1, sendo as regiões do Minho-Lima, Douro e Alto Trás-os-Montes as que apresentam os mais elevados índices, encontrando-se acima da média do Continente.

A proporção de residentes com + de 65 anos subiu na região de 11,4% para 14%.

Relativamente à população agrícola que representa 8,9% da população residente o panorama existente é semelhante ao verificado na população em geral.

**Fig.1 - Estrutura etária do produtor agrícola singular**

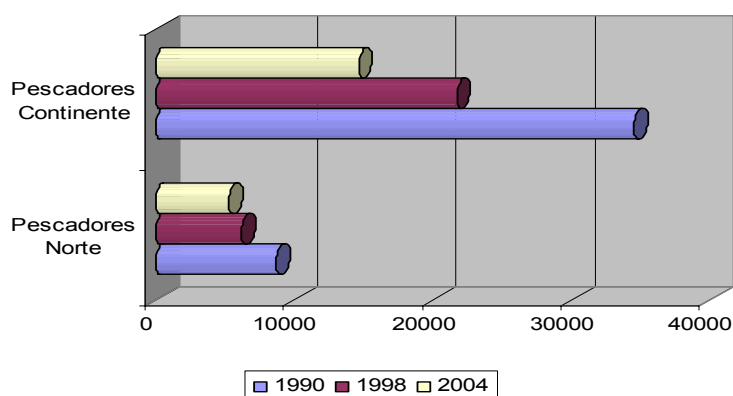


Fonte: RGA 1999

Em 1999, de acordo com o RGA e conforme Fig.1, 62,5% dos produtores agrícolas tinham mais de 55 anos. As NUT do Douro, Alto Trás-os-Montes e Minho-Lima eram as que apresentavam menos produtores jovens. De acordo com o INE, em 2005 a idade média do produtor agrícola singular era de 61 anos.

Em relação à população das pescas podemos observar na Fig 2 a sua evolução e a comparação com o Continente no período 1990 a 2004.

**Fig.- 2 Pescadores matriculados**



Neste período verifica-se uma tendência na diminuição do número de pescadores matriculados, estando em consonância com a tendência nacional.

A população activa deste sector caracteriza-se pelo peso dos grupos etários mais elevados no conjunto da população.

### 2.2.2 Mercado de Trabalho

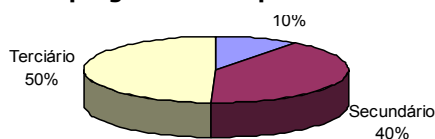
A participação da população no mercado de trabalho, expressa pela **taxa de actividade é ligeiramente inferior à do Continente, situando-se nos 52%** de acordo com os dados do INE 2004.

Ao analisarmos os elementos disponíveis na Fig 3, deve realçar-se que cerca de **10% do emprego total ainda é no sector primário** fruto da importância das actividades ligadas essencialmente à agricultura. De realçar que são as Unidades Territoriais do interior que apresentam maior taxa de emprego neste sector, sendo nestas pouco significativo o sector secundário. A discrepância no panorama regional é visível na Fig.4.

**Comparando os dados do INE de 1995 a 2003 verifica-se que a taxa de variação do emprego, na Região, no sector primário foi de -1,8%, no secundário de +0,5% e no terciário de +2,0%.**

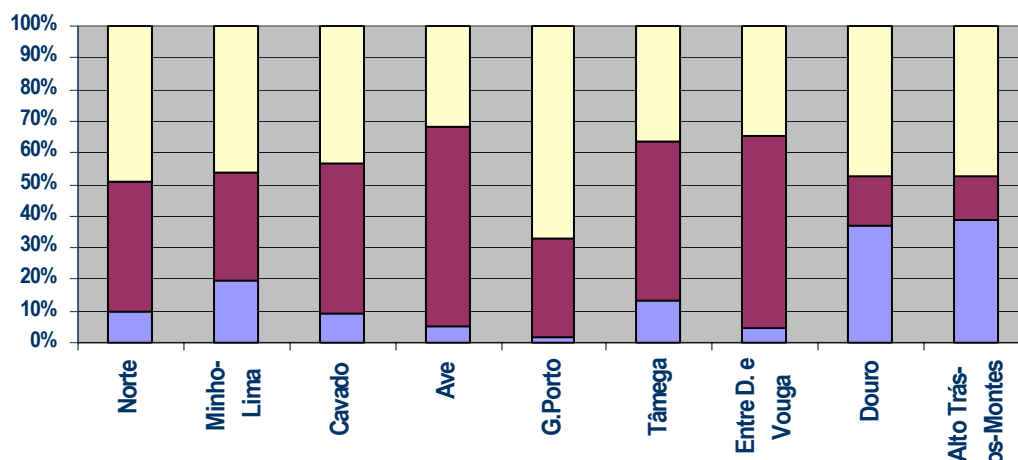
A taxa de empregabilidade geral na Região é inferior à do Continente, sendo que a taxa de empregabilidade da população feminina de 52,9% e a masculina de 71,06% (INE-Inquérito ao Emprego 2001).

**Fig.3- % de Emprego em 2003 por Sector de Actividade**



Fonte: INE 2003

**Fig.4 - Emprego por NUT e por Sector de Actividade em 2003**



A taxa de desemprego na Região Norte e segundo a mesma fonte, é de **7,7%**, sendo superior em 1,1% à do Continente, bem como a taxa dos desempregados de longa duração, a qual se situa em 3,7%, mais 2% que no Continente.

A instrução e qualificação da força de trabalho assume-se como o principal suporte à competitividade e inovação e a diversidade de competências da mão-de-obra das diferentes NUT determina a evolução da economia das mesmas. A educação e formação profissional são os principais determinantes da qualificação dos recursos humanos.

Conforme se poderá verificar no Quadro 2, a maioria da população continua a ter um nível de escolaridade bastante baixo, embora a taxa de analfabetismo tenha diminuído na região.

Apesar da **evolução favorável verificada no nível de escolaridade**, denota-se mais uma vez o padrão de oposição entre as NUT urbanas e rurais, continuando a persistir diferenças significativas para os valores nacionais e europeus.

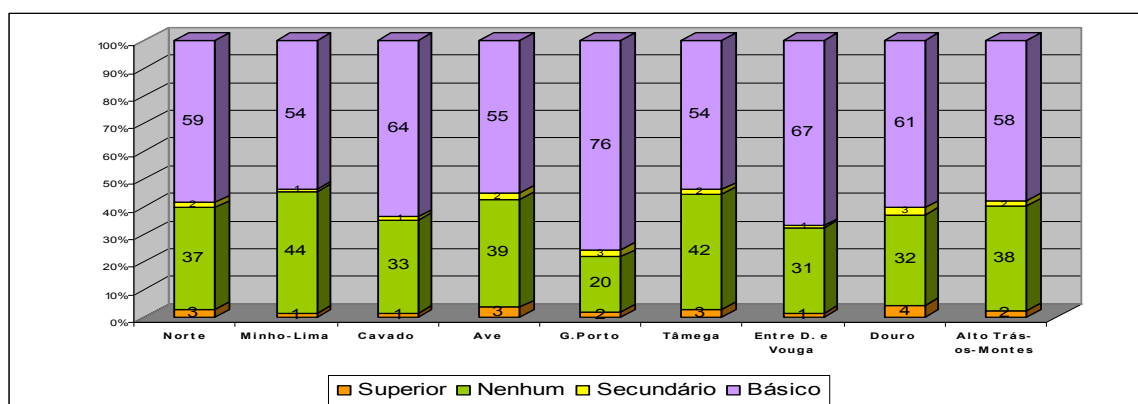
**Quadro 2 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE**

Unidade Territorial	Anos	Sem instrução	Com Ensino Secundário	Com Ensino Superior	Taxa de analfabetismo
Minho-Lima	1991	30 414	32461	9 037	13,9
	2001	26 242	20525	18 639	11,6
Cávado	1991	28 306	53602	16 740	9,5
	2001	26 146	35663	35 188	7,6
Ave	1991	37 054	62246	14 280	9,5
	2001	34 344	38995	31 307	7,7
Grande Porto	1991	60 212	250100	99 980	5,9
	2001	59 488	160979	167 416	5,3
Tâmega	1991	53 170	45878	10 267	12,3
	2001	48 581	27456	22 665	10,2
Entre Douro e Vouga	1991	19 027	34638	8 765	8,7
	2001	17 895	22403	18 723	7,3
Douro	1991	32 347	32749	9 353	15,5
	2001	27 429	16208	17 114	13,7
Alto Trás-os-Montes	1991	37 931	33953	9 339	18,2
	2001	32 422	16866	18 427	15,8

Fonte: Censos 1991 / 2001

Como é natural, os vários níveis de instrução não têm uma distribuição uniforme por sectores de actividade, sendo **o sector da agricultura e pescas, o que tem em média o menor nível de instrução**, e que se apresenta na fig. seguinte.

**Fig.5 - Nível de instrução do produtor singular**



Fonte: RGA 1999



Comparando os RGA de 1989 e de 1999 verifica-se uma evolução positiva ao nível da instrução do produtor singular. Apesar de haver uma tendência positiva relativamente à taxa de analfabetismo, esta ainda se situa nos 37%, sendo a taxa referente à instrução de nível superior apenas de 2,7%.

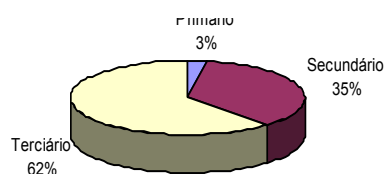
### 2.2.3 A economia do território



retrato territorial em termos de desenvolvimento económico mostra-nos uma realidade onde emergem pólos de desenvolvimento no litoral, com uma predominância dos sectores secundário e terciário e uma fragilidade das bases económicas locais e regionais no interior. No sector secundário e ainda no litoral, existe uma forte especialização nas áreas da alimentação, do têxtil, calçado, madeira, cortiça e mobiliário.

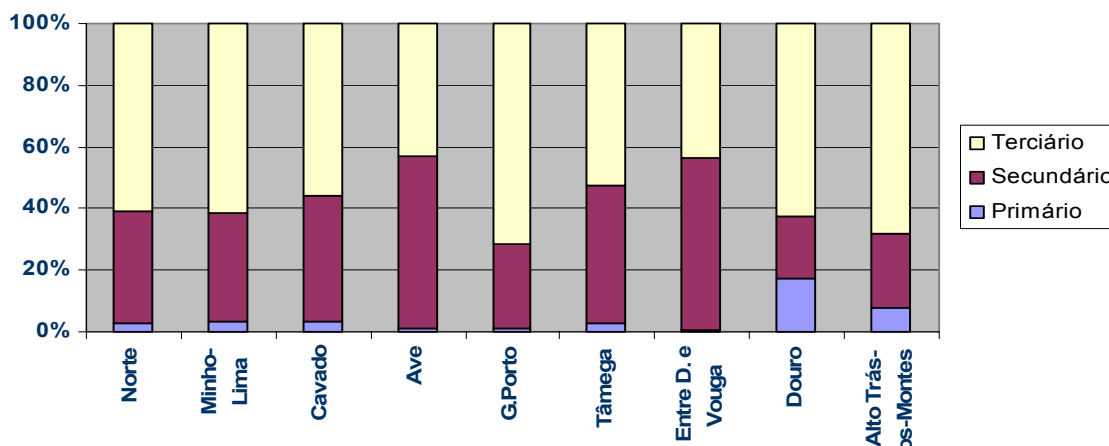
Ao analisarmos a repartição do VAB por sectores de actividade distribuído de acordo com as figuras 6 e 7 é visível o fraco peso do sector primário comparado com os outros sectores de actividade.

**Fig.6 VAB a preços de mercado em 2003**



Fonte: INE

**Fig.7 VAB por NUT e por Actividade em 2003**



Relativamente ao sector secundário a indústria da alimentação representava em 1995 6% do VAB regional, detendo a 3ª posição em relação ao VAB nacional. A indústria têxtil representava 20,9% ocupando o 1º lugar a nível regional e o 2º a nível nacional, enquanto o sector do calçado contribuía com 9% para o VAB regional. Um outro sector importante da indústria transformadora desta região é o da madeira e da cortiça com uma participação de 5% no VAB industrial, seguido do mobiliário, que se caracteriza por se situarem nesta região mais de metade das empresas nacionais do sector.

O sector terciário tem um peso elevado na região, sendo a NUT AVE a contrariar esta tendência, dado que nesta o peso do sector secundário é superior ao terciário.

A produtividade do trabalho, rácio entre o VAB e o número de empregados ao serviço por sector, é um indicador importante para se avaliar o valor médio de produção de cada trabalhador, sendo visível a situação da região Norte no quadro abaixo.

#### Estrutura do VAB/Emprego e sua evolução

Produtividade por sector	2003 €/empregado	1995-2003 %
Primário	5139	-0.1
Secundário	17125	3.1
Terciário	24510	4.3

A produtividade por empregado na região e no sector primário tem vindo a decrescer, verificando-se o inverso nos sectores secundário e terciário que apresentam acréscimos significativos no período em análise.

O crescimento económico, devido ao envelhecimento progressivo da população, associado ao elevado número de activos no sector, terá que assentar essencialmente no desempenho das actividades económicas com maior potencial e com recurso à inovação e tecnologia e qualificação dos recursos humanos que possam promover o aumento do VAB.

De acordo com os dados das Contas Regionais do INE, relativamente ao PIB/*per capita*, verificamos que desde 2000 até 2004 a Região Norte tem tido de forma persistente um desempenho negativo face às restantes regiões do país e da U. E., sendo actualmente a região com pior indicador e com um posicionamento desfavorável relativamente à média nacional.

Com o intuito de ilustrar o desempenho relativo das NUT III apresenta-se o seguinte quadro:

**Quadro 4 - Produto Interno Bruto/Produtividade**

Unidade Territorial/Portugal	PIB <i>per capita</i>				Produtividade (VAB/Emprego)			
	10 <sup>3</sup> euros		Índice de disparidade(%) Portugal=100		10 <sup>3</sup> euros		Índice de disparidade(%) Portugal=100	
	2000	2004	2000	2004	2000	2004	2000	2004
Minho e Lima	7,3	8,5	61,2	62,2	14,0	16,0	66	65
Cávado	9,0	10,4	75,3	76,0	15,8	18,3	75	75
Ave	9,5	10,6	79,3	77,2	15,8	17,9	75	73
Grande Porto	12,7	13,4	106,3	97,7	22,0	25,1	104	102
Tâmega	6,5	7,4	54,2	54,0	13,0	15,2	62	62
Entre Douro e Vouga	10,2	11,1	85,3	81,2	17,4	19,8	82	81
Douro	7,1	8,9	59,5	65,0	14,1	16,1	67	69
Alto Trás-os-Montes	7,4	8,9	62,0	65,2	14,0	17,0	66	69
Norte	9,7	10,7	81,3	78,5	17,4	20,0	83	81
Centro	9,9	11,6	82,5	84,6	16,1	19,0	76	78
LVT	15,4	17,7	116,6	129,1	27,0	31,3	128	128
Alentejo	10,6	12,6	83,3	91,9	24,5	27,2	116	111
Algarve	12,3	14,3	102,5	104,3	22,8	24,6	108	100
Portugal	12,0	13,7	100,0	100,0	21,1	24,5	100	100

Fonte: INE Contas Regionais 2004D

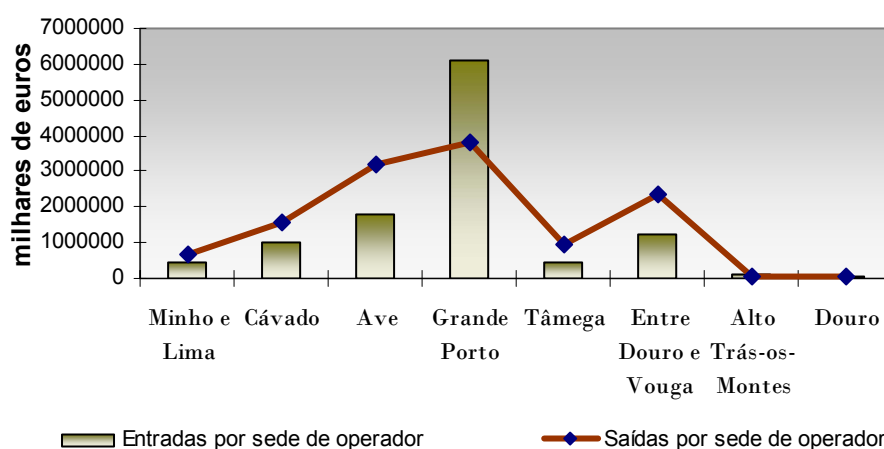
A generalidade das NUT, relativamente ao indicador **PIB** per capita, regista neste período uma trajectória divergente com a média nacional, sendo evidente a falta de dinamismo comparativamente ao Continente. A produtividade, que confronta o PIB gerado tendo em conta o emprego, confirma a existência de disparidades regionais, sendo as regiões do Tâmega e Douro aquelas que apresentam pior desempenho.

### 2.2.3.1 A economia do território no exterior

Em termos de comércio externo, o balanço global da região tem sido positivo dando como exemplo os dados constantes na Fig. 8 e Quadro 5 (INE 2004), representando as saídas comerciais intracomunitárias 81% do valor total. O Grande Porto apresenta o maior saldo comercial negativo e as regiões do Alto Trás-os-Montes e Douro apresentam fraca capacidade de penetrar em mercados externos e o seu posicionamento é bem representativo das debilidades competitivas da economia destas zonas.

Dado que os elementos apresentados são compilados por sede de operador, os valores imputados ao Grande Porto exageram a sua capacidade exportadora, uma vez que sendo a região do Douro a produtora de vinho do Porto estes valores não estão reflectidos nesta.

**Fig.8 - Comércio Internacional**



s fluxos de exportação e importação na U.E. estão fortemente concentrados em 4 países sendo os destinos principais Espanha, França, Alemanha e Reino Unido e para as origens, Espanha, Alemanha, Itália e França.(INE 2004)

No caso das exportações extra comunitárias destaque para os Estados Unidos e Singapura e nas importações Argélia, Arábia Saudita e China.(INE 2004)

**Quadro 5 - Entradas e Saídas por Sede de Operador**

Unidade Territorial	Entradas por sede de operador ( milhares de euros)	Saídas por sede de operador ( milhares de euros)	Chegadas intracomunitárias por sede de operador ( milhares de euros)	Expedições intracomunitárias por sede de operador ( milhares de euros)
Minho e Lima	468 588,9	686 312,2	429 160,8	610 750,7
Cávado	999 058,6	1 551 994,0	841 795,9	1 423 216
Ave	1 802 751,0	3 172 017,0	1 354 277	2 670 919
Grande Porto	6 095 280,0	3 819 457,0	5 210 845	2 687 012
Tâmega	461 277,8	953 068,4	388 413,6	847 592,5
Entre Douro e Vouga	1 220 365,0	2 325 635,0	987 236,1	1 846 298
Alto Trás-os-Montes	95 906,8	66 832,4	94 448,8	61 848,2
Douro	56 603,3	78 609,9	53 409,3	64 916,7
NORTE	11 199 831,4	12 653 925,9	9 359 586,5	10 213 551

Fonte: INE 2004

Conforme dados do INE é de referir que o balanço do sector agro-alimentar foi negativo, dado que as importações representaram 10% e as exportações representaram apenas de 6% .

#### 2.2.4 A utilização do território

Nas diferentes utilizações do solo, de acordo com os dados de 2000, continuam as áreas agrícolas e naturais a ocuparem a maior parte do solo representando respectivamente 44,3 e 32,7%. As áreas florestais representavam nessa data 19,3% e as artificiais 3,6%.

Se atendermos à evolução verificada entre os anos 1985-2000 é possível concluir que a **pressão do uso do solo pelo artificial foi crescente, atingindo um valor de 47,8%**. Relativamente aos outros usos do solo a tendência é negativa, dado que no mesmo período existe uma variação do uso do solo agrícola de -0,7% e no uso florestal de -4,3%.

Estrutura da	Área média das explorações	Variação Área média das explorações agrícolas(SAU
	Agrícola (SAU) ha	
2005	6,2	21%

No período em análise a área média das explorações continua baixa apesar da evolução ser positiva

### 2.2.5 Contexto Sócio-Económico – Pontos Fortes e Pontos Fracos

CONTEXTO SÓCIO-ECONÓMICO GERAL (DOMÍNIOS)	Pontos Fortes da Região	Pontos Fracos da Região
<b>Ruralidade</b>	Extensas áreas rurais	
<b>População</b>	Saldo migratório positivo Diminuição da duração dos movimentos pendulares Evolução positiva do nível de escolaridade da população	Aumento do índice de envelhecimento Saída da população das zonas rurais para as zonas urbanas e intermédias Fracatactibilidade das zonas rurais
<b>Economia</b>	Aumento do número de micro empresas Evolução positiva do sector teciário Complementaridade de rendimentos	Baixa produtividade de trabalho Dificuldade de captação de investimento para as zonas rurais Sectores produtivos tradicionais e com pouca inovação Grande dificuldade de internacionalização Escala insuficiente das empresas
<b>Emprego</b>	Diminuição do emprego no sector primário	Dificuldade de criação de emprego qualificado Falta de formação intermédia qualificada Taxa de desemprego superior à do Continente
<b>Utilização do Território</b>	Peso significativo de áreas naturais	Aumento da área artificializada Perda das áreas agrícolas Pequena dimensão da propriedade Deficiente estrutura da exploração

## 2.2.6 Indicadores Relativos ao Contexto Sócio-Económico Geral

CONTEXTO SÓCIO-ECONÓMICO GERAL (DOMÍNIOS)	Indicadores Base (Quadro 1 do PDR)					
	Descrição	Unidades	Ano	Continente	Região Norte	Z.Rurais da Região
<b>Ruralidade</b>						
Importância	Peso das áreas rurais no Continente	% Área	1999	-	87,4	100
Densidade Populacional nas zonas rurais	N.º habitantes/km <sup>2</sup>	hab/km <sup>2</sup>	2001	-	172,9	69,1
Pólos urbanos	Freguesias com pelo menos um pólo urbano com mais de 15 000 habitantes	n.º	2001	319	129	n.d.
Zonas desfavorecidas	Importância territorial	%	1999	81,4	87,6	100,0
<b>Demografia</b>						
Densidade Populacional	N.º habitantes/km <sup>2</sup>	hab/km <sup>2</sup>	2001	110,0	172,9	69,1
Evolução da População	Variação da População 1991-2001	%	1991-2001	5,3	6,0	-0,5
Estrutura etária						
Distribuição	<= 14 anos (em % da pop. Total)		2001	15,8	17,6	16,9
	15-64 anos (em % da pop. Total)		2001	67,7	68,6	65,3
	> 65 anos (em % da pop. Total)		2001	16,5	13,9	17,8
Evolução	<= 14 anos (var. 91/01)	%	1991-2001	-19,9	-20,3	-25,0
	15-64 anos (var. 91/01)		1991-2001	1,7	3,2	3,5
	> 65 anos (var. 91/01)		1991-2001	20,4	20,7	23,9
Estrutura por sexo	Homens	%	2001	48,3	48,4	48,6
	Mulheres		2001	51,7	51,6	51,4
Emigração vs Imigração	Saldo migratório	‰	2004	4,6	2,2	2,3
Pressão peri-urbana	Variação da área da zona periurbana	%	1991-2001	6,9		
	Variação da população na zona periurbana		1991-2001	6,6		
Afastamento/Acessibilidades	Distância ao urbano mais dinâmico, (Territórios rurais)	minutos	1997	9	7	20
	Densidade da rede viária	km/km <sup>2</sup>		0,74	1,11	1,01
	Evolução da densidade da rede viária	%				
<b>Economia</b>						
Actividades económicas (motores)						
Repartição do VABpb						
Primário				3,4	2,7	7,1
Secundário	Peso dos sectores e da agricultura (no total)	% VAB	2003	25,4	35,3	35,5
Terciário				71,2	62,1	57,4
Crescimento						
Evolução do VABpb						
Primário	Taxa de crescimento anual do VABpb (preços 95)	%	1995-2003	1,4	-1,9	-2,1
Secundário				2,4	3,6	4,4
Terciário				3,0	6,4	7,4

Cont.

CONTEXTO SÓCIO-ECONÓMICO GERAL (DOMÍNIOS)	Indicadores Base (Quadro 1 do PDR, continuação)					
	Descrição	Unidades	Ano	Continente	Região Norte	Z.Rurais da Região
Produtividade economia				23.487	19556	16577
Produtividade por sector						
Primário	Produtividade trabalho (VABpm/empregado)	Euro/empregado	2003	8.922	5.133	4.715
Secundário				20.607	17.122	16.993
Terciário				27.210	24.516	23.509
Evolução da produtividade por sector						
Primário	Taxa de evolução no período	%	1995-2003	24,5	-0,1	-0,4
Secundário				28,7	3,1	2,4
Terciário				44,0	4,3	4,5
<b>Emprego</b>						
Estrutura do emprego						
Primário	Importância do emprego nos diferentes sectores e na agricultura	% P Activa	2004/2003 (Z.R.)	10,0	10,2	24,9
Agricultura				9,0	n.d.	n.d.
Secundário				30,0	40,3	34,7
Terciário				60,0	49,5	40,5
Evolução do emprego						
Primário	Taxa de evolução no período	%	1995-2003	-10,1	-1,8	-1,8
Secundário				6,5	0,5	2,0
Terciário				19,2	2,0	2,7
Actividade da população	Taxa de actividade (pop. Activa/pop. Tot.)	%	2004	52,5	52	
Estrutura desemprego						
Total	Taxa de desemprego		2001	6,8	6,7	6,9
Homens	Taxa de desemprego masculino		2001	5,3	5,2	4,4
Mulheres	Taxa de desemprego feminino		2001	8,7	8,6	10,5
< 24 anos	Taxa desemprego <24 anos (em % do tot. Do escalão etário)	%	2004	15,7	15,3	
Procura de 1º emprego						
Homens	Desempregados à procura de 1º emprego		2001	18,2	16,6	18,9
Mulheres	Desempregados à procura de 1º emprego		2001	23,2	24,1	34,3
Longa Duração (Portugal)	Taxa desemprego longa duração		2001	1,7	1,9	1,86
Estrutura do emprego por sexo (15-64 anos)						
Total	Taxa de empregabilidade	%	2001	64,4	61,5	52,7
Homens	Taxa de empregabilidade (H) (Pop. Masculina empregue (15-64)/Pop. Tot (15-64), em %)			73,2	71,06	n.d.
Mulheres	Taxa de empregabilidade (M) (Pop. Feminina empregue (15-64)/Pop. Tot (15-64))			55,8	52,9	n.d.
Níveis de competências						
	Pop c/ Ens Sec Completo (25 e 64 anos. Portugal)	%	2004	25,2	n.d.	n.d.
	%pop. activa com ensino secundário e completo		2001	39,0	10,9 (2004)	n.d.

Cont.

CONTEXTO SÓCIO-ECONÓMICO GERAL (DOMÍNIOS)	Indicadores Base (Quadro 1 do PDR, continuação)					
	Descrição	Unidades	Ano	Continente	Região Norte	Z.Rurais da Região
<b>Utilização do Território</b>						
Uso do solo						
Situação actual						
Artificial				2,7	3,6	1,1
Agrícola	Importância das diferentes classes de uso do solo (em % da área do território)	% área	2000	47,9	44,3	38,9
Florestal				27,4	19,3	15,9
Natural				20,7	32,0	30,8
Evolução do uso do solo						
Artificial	Variação das classes de uso do solo	% área	1985/87-2000	41,2	47,8	61,8
Agrícola				-1,9	-0,7	0,3
Florestal				-1,5	-4,3	-2,6
Natural				2,3	-0,1	-0,6
Estrutura da propriedade	Área média do prédio rústico	ha	2004	0,8	n.d.	n.d.
Dimensão média das explorações						
Área média das explorações	Agrícolas Florestais (privadas)	ha	2005	15,59	8,7	n.d.
			2003	7,5	n.d.	n.d.
Evolução da dimensão média das explorações	Agrícolas	%	1989-2003 1999-2005	54,98 16	37,25 19,1	n.d.



### 3. A SITUAÇÃO DE PARTIDA

#### 3.1 DESEMPENHO DOS SECTORES

##### 3.1.1 Agricultura

Ao analisarmos os factores que condicionam a agricultura podemos referir a existência de elevada heterogeneidade edafo-climática. A diversidade climatérica existente na região, bem como a topografia e as características pedológicas traduzem-se num elevado número de ecossistemas que influenciam a ocupação e uso do solo.

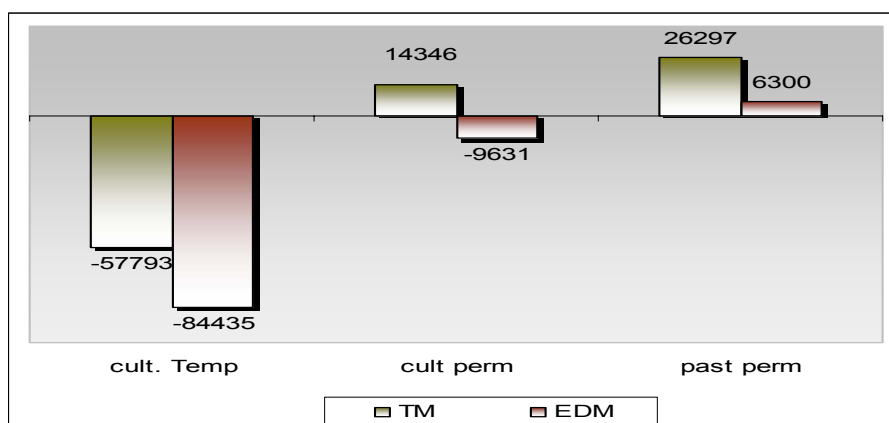
A área rural dedicada à actividade agrícola representa cerca de 47,5% da Superfície Territorial, com um total de 137552 explorações agrícolas, com uma área média de 7,3 ha, dividida por 7 blocos em média por exploração (RGA 99). Relativamente a 1989 verifica-se uma estabilização na fragmentação da propriedade rústica e num aumento da área média de SAU por exploração. As explorações de pequena dimensão económica ( $\leq 8$ UDE) representam de acordo com o Eurostat (2006) 87% do total das explorações. **O peso das explorações agrícolas em Zonas de Montanha é de 84,6% que representam 95% da SAU, 80% das UTA e 73,4% das MBS (GPPAA).**

A área agrícola está inserida em 2 zonas: predominantemente rural e intermédia, onde neste caso existe forte disputa pelo uso do solo.

Em termos de ocupação de solo e tendo como referência os RGA 1989 e 1999 **verifica-se uma tendência evolutiva positiva das culturas e pastagens permanentes em detrimento das culturas temporárias.**

Dentre as culturas temporárias e tendo em conta o Inquérito às Estruturas das Explorações Agrícolas (2005) destaca-se a área ocupada com prados temporários e culturas forrageiras.

**Fig9 - Evolução da superfície ocupada pelos diferentes tipos de utilização de solo entre 1989/1999**



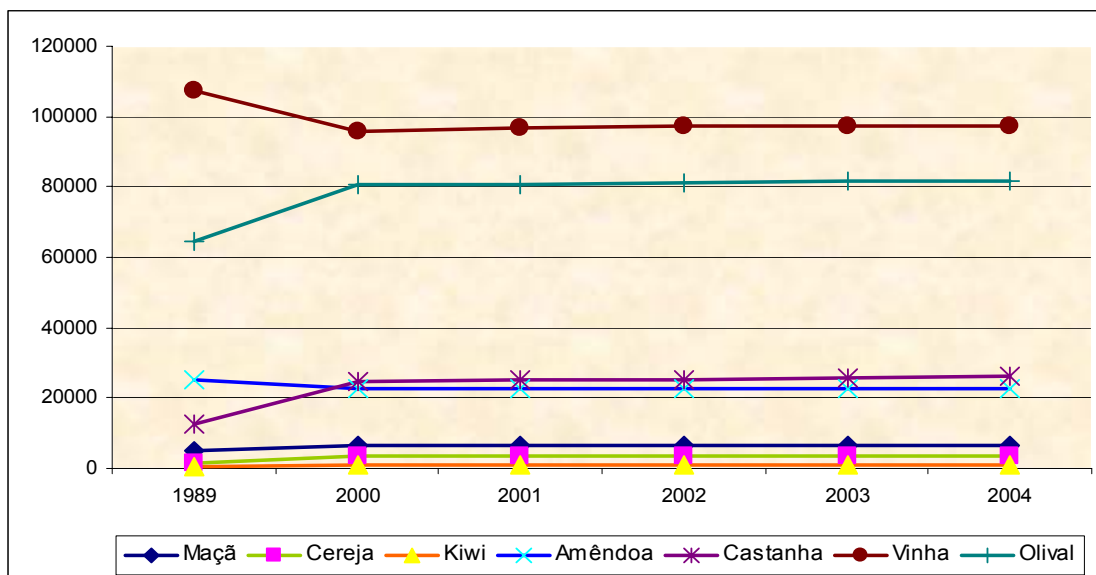
Fonte: RGA 89/99

De salientar que relativamente às culturas permanentes, a evolução positiva da área se deve essencialmente ao aumento de áreas de olival e souto, na NUT do Alto Trás-os-Montes.

No que diz respeito à cultura da vinha observa-se uma diminuição acentuada até 2000 a partir do qual houve um ligeiro aumento, fruto das políticas do sector.

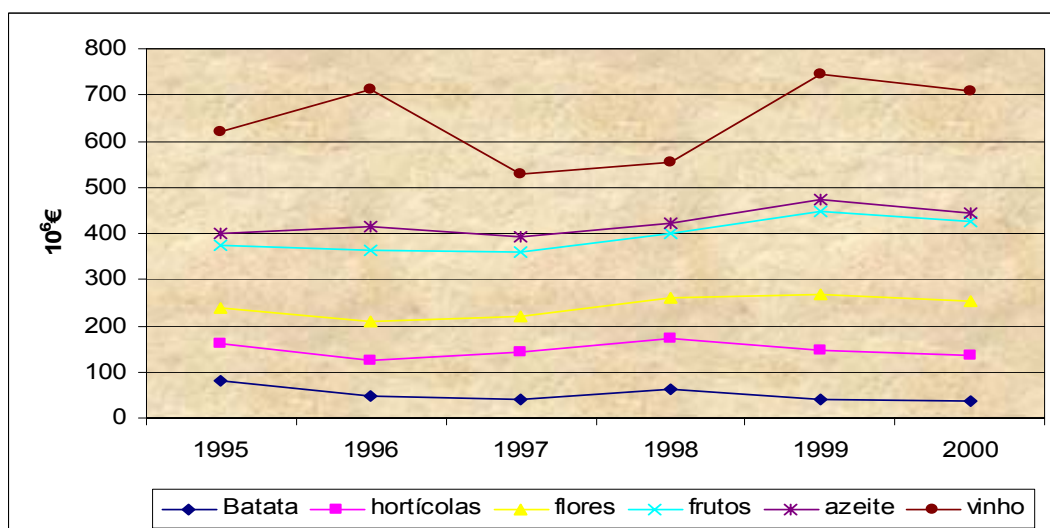
Quanto à orientação técnico económica (OTE) das explorações na região Norte, a **especialização** das mesmas **representa 42,7%**, destacando-se a viticultura, olivicultura, fruticultura, horticultura e polípecuária herbívora (INE\_Inq.Est. 2005)

**Fig.10 - Evolução das áreas das principais culturas na Região Norte**



Fonte: INE Estatísticas Regionais

**Fig.11 Evolução da Produção do ramo agrícola a preços correntes (1995) das principais culturas da Região Norte**

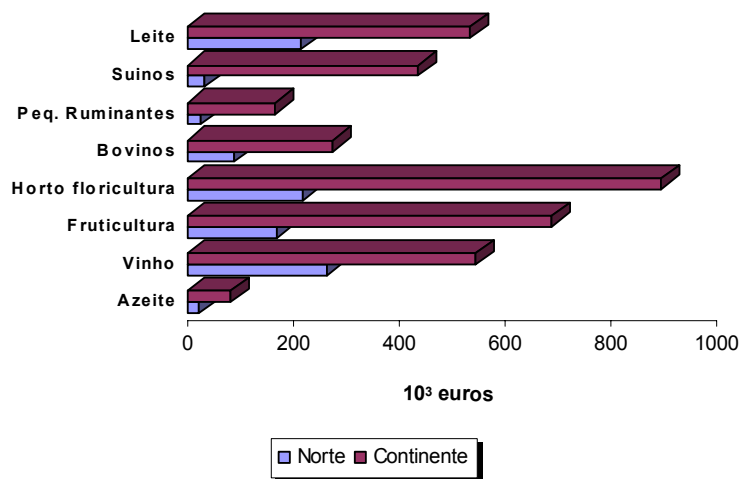


Fonte: INE Contas Económicas da Agricultura

O valor económico das principais produções agrícolas tem manifestado uma evolução oscilante, mas com tendência positiva a partir do ano 2000, destacando-se o peso dos sectores do vinho e do azeite.

Na fruticultura, o valor do produto bruto é gerado essencialmente pela castanha, amêndoa, maçã e Kiwi.

**Fig.12 - Comparação do valor de algumas produções na Região Norte com o Continente**



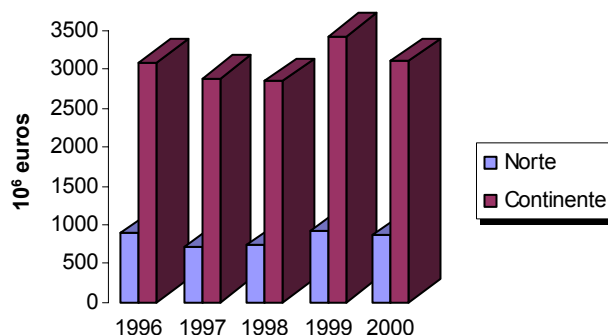
Dentro das produções da Região Norte que mais contribuem para o valor da produção do Continente destacam-se a produção do leite com 40% e do vinho 48%, conforme se pode observar na fig.4.

Fonte:INE – Contas Económicas da Agricultura 2002

**Fig.13 - Média comparada do valor da produção da agrícola**

1996/2000

De acordo com a Fig. 13 a contribuição da Região Norte para o valor da produção agrícola nacional foi em média de 25%.



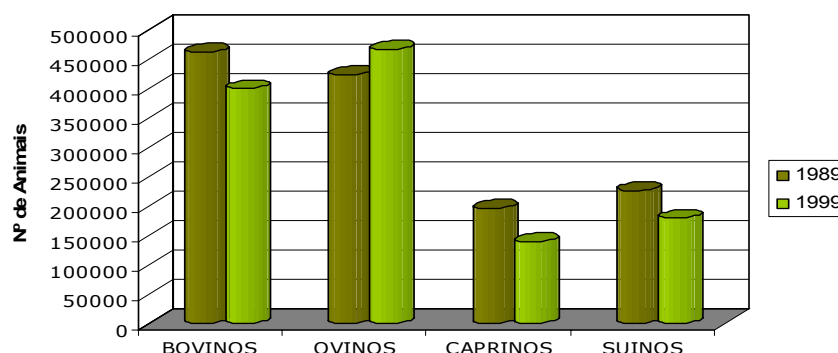
Fonte: INE Contas Económicas da Agricultura 2002

A **produção animal** da região apresenta, realidades diferentes, onde se destacam os bovinos de leite, os ovinos e caprinos das raças autóctones, Churra da Terra Quente, Galega Mirandesa, Galega Bragançana, Churra Badana e Bordaleira de Entre Douro e Minho, Serrana e Bravia e os bovinos das raças Mirandesa, Barrosã, Maronesa, Arouquesa e Cachena explorados em regime extensivo, bem enquadrados nos sistemas agrários existentes e que além de produzirem produtos de qualidade, contribuem também para o aproveitamento das zonas marginais da região

A produção de suínos apresenta duas realidades distintas: uma onde se produz em regime intensivo e outra onde se destaca a exploração da raça suína Bisara em regime semi-extensivo ou extensivo, que apresenta forte potencial de desenvolvimento, dado que se enquadra numa óptica de produção de produtos de qualidade e diferenciados.

Na **bovinicultura de leite** é inegável a expressão social e económica do sector e tem-se assistido ao aumento de dimensão das explorações, à concentração da produção e ao aumento da produtividade. O número de explorações passou de 29 614 em 93/94 para 5 558 em 05/06, com um volume de entregas de 556048 ton. para 757026 ton. respectivamente, concentrando-se actualmente a produção em 9 concelhos do litoral. A mudança verificada decorre de vários factores de que se destaca: a maior especialização produtiva, a aplicação do regime de quotas leiteiras e alteração ao nível da nutrição animal. Neste sector **verificam-se alguns problemas relativamente às normas higio-sanitárias e ambientais, o que pode comprometer a dinâmica até agora verificada.**

Fig.14 - EVOLUÇÃO DO EFECTIVO PECUÁRIO - 89/99

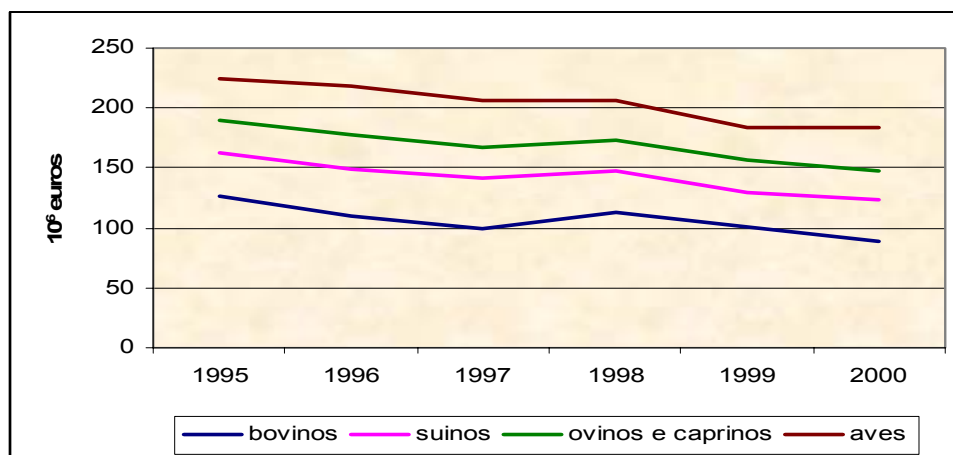


Fonte: RGA/89/99

Conforme se pode verificar na Fig 14, constata-se uma diminuição do efectivo bovino com uma taxa de variação de -13,3 %, -28,9% nos caprinos e de -20,6% nos suínos entre 1989 e 1999, com excepção dos ovinos onde houve um acréscimo de 43 018 animais.

Apesar da evolução negativa sofrida nos últimos anos nos efectivos pecuários bovinos a exploração dos mesmos continua a ter uma elevada importância sócio-económica dado que 36,4% das explorações existentes se dedica a esta actividade.

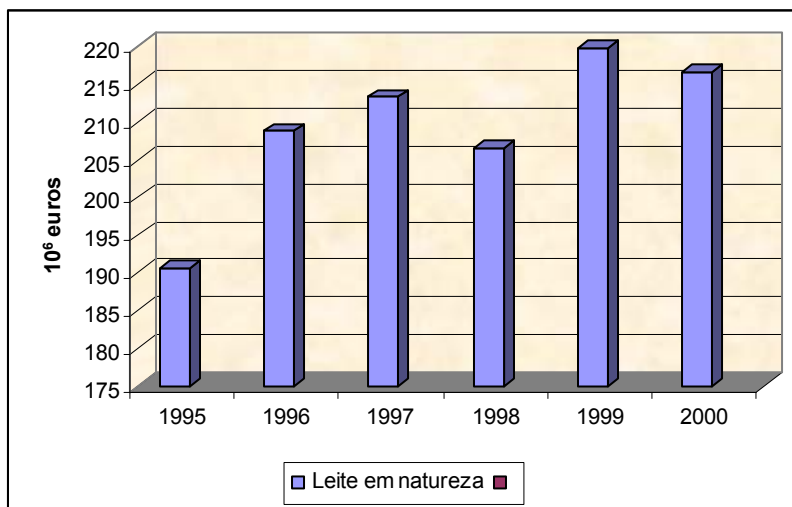
Fig.15 Evolução da produção animal a preços correntes ( 1995) da Região Norte



Fonte:INE – Contas Económicas da Agricultura 2002

Relativamente à evolução do valor do produto animal (carne) entre 1995 e 2000, esta apresenta uma tendência positiva no caso dos ovinos e caprinos, suínos e aves, muita instabilidade nos bovinos.

**Fig.16 - Evolução do Valor da Produção do Leite na Região**



Fonte: INE – Contas Económicas da Agricultura 2002

Relativamente ao sector do leite e para o mesmo período, verifica-se uma oscilação no valor do leite em natureza.

De acordo com as Contas Económicas da Agricultura o VABpm do produto agrícola corresponde a 2,5% do VAB da região Norte e 0,7% do VAB do Continente.

Para a Formação Bruta do Capital Fixo(FBCF) a preços corrente a actividade agrícola desta região contribui com 29,4% (225 Meuros) para o total nacional desta actividade e contribui com 2,7% para o total dos vários ramos de actividade do Norte INE(2003). A sua evolução foi crescente desde 1989 até ao ano de 1993, tendo estabilizado até 1998, retomou o crescimento no ano de 1999 com valores elevados, a partir do qual tem vindo a diminuir apresentando em 2003 uma taxa de -6,3%.

### 3.1.2 Agro-Alimentar

Existem na Região Norte 2463 empresas do sector agro alimentar que representam apenas 3,5% do total das 70 093 empresas do sector secundário (INE2003), empregando 7,2% do total de pessoas ao serviço do secundário.

O VAB das industrias alimentares, das bebidas e do tabaco( IABT) na região em 2002 foi de 664 milhões de euros, contribuindo com 25,1% para o total nacional.

A produtividade do trabalho nas IABT é inferior em 15% à média nacional, situando-se neste ano em 20 005€

Actualmente no sector agro-alimentar verificam-se algumas fragilidades no que se refere à sua organização e integração comercial e profissional (que condicionam fortemente a capacidade de desenvolvimento e inovação), aos elevados custos de produção e à existência de recursos humanos pouco qualificados.

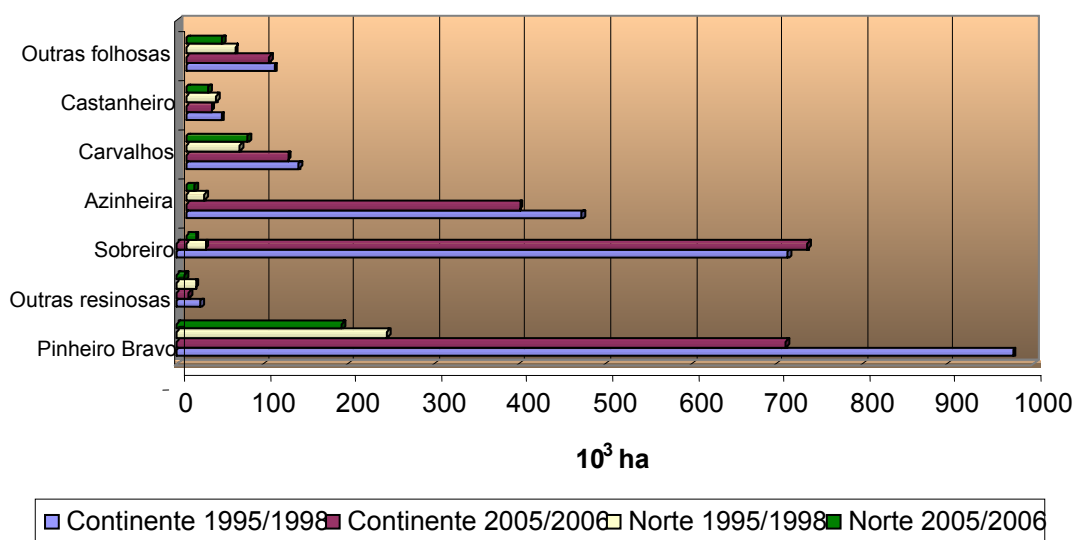
Na área comercial, a maior parte das empresas não define estratégias de marketing e comercialização dos seus produtos, sendo ainda **reduzido o recurso a técnicos especializados e às tecnologias de informação e comunicação**.

A estrutura empresarial do sector **agro-alimentar** do Norte é fundamentalmente dominada por micro e pequenas empresas, deficientemente dotadas de quadros técnicos e incapazes de assegurar padrões de inovação e de organização competitivas, apesar da existência de algumas excepções, continuando a não existir uma rede capaz de promover o aparecimento de estruturas de apoio que promovam o seu progressivo desenvolvimento. Assiste-se em alguns casos, à saída dos produtos da região sem qualquer transformação, perdendo-se assim a possibilidade de alcançar mais valias a este nível.

### 3.1.3 Floresta

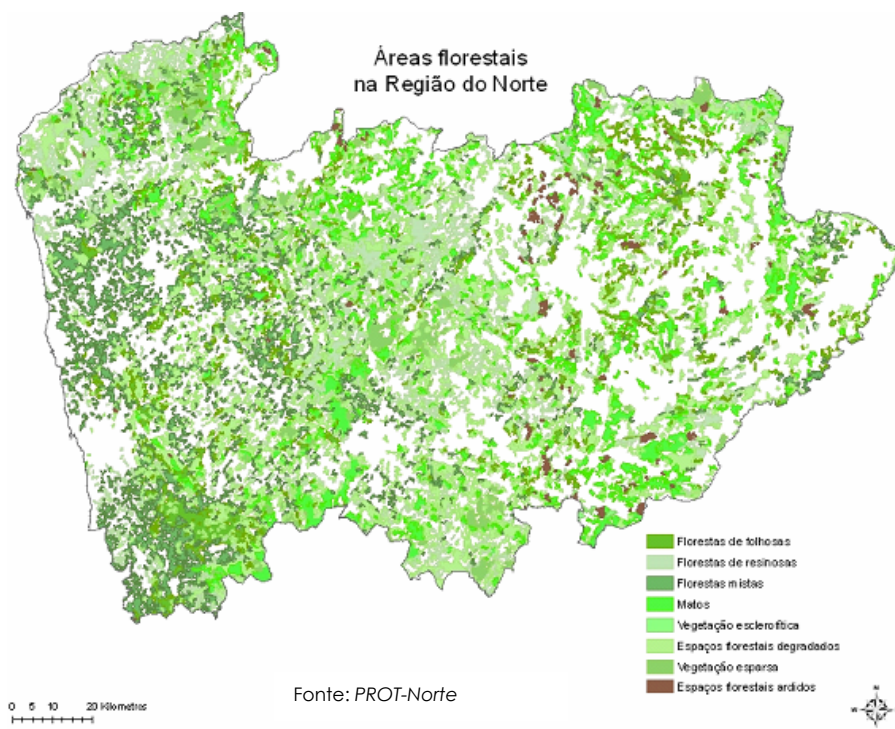
Da análise do Inventário Florestal Nacional (2005/2006) da responsabilidade da DGRF pode verificar-se a evolução das espécies florestais mais importantes na Região Norte, onde se evidenciam as áreas com pinheiro bravo e carvalhos, seguindo-se o sobreiro e o castanheiro.

**Fig. 17 EVOLUÇÃO DAS ESPÉCIES FLORESTAIS**



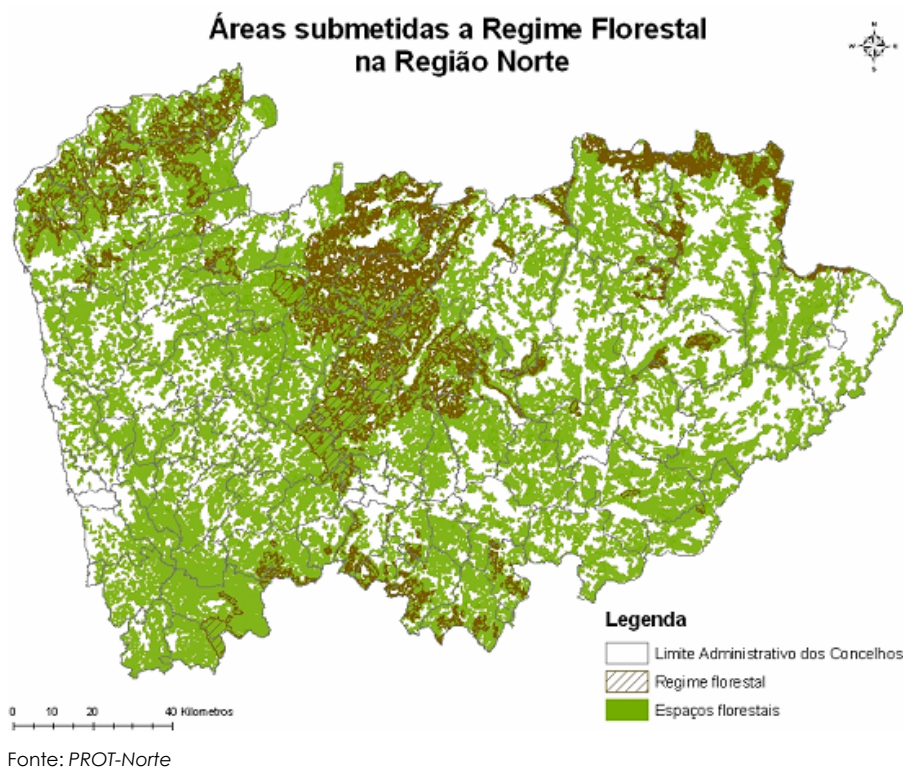
O regime da propriedade florestal apresenta dominância do sector privado, constituindo a área pública e comunitária submetida a regime florestal aproximadamente 16% da área total sendo 59% da área submetida a regime florestal no Continente. Relativamente à estrutura fundiária, as explorações são na sua maior parte de minifúndio, representando um valor aproximado de 54% da superfície florestal.





Os espaços florestais da Região Norte ocupam uma área de 1 293 400ha, sendo de 618 800 ha os povoamentos florestais, representando 18% do total nacional.

Dos espaços florestais existentes encontram-se 213 000ha submetidos a Regime Florestal, repartidos por 42 áreas que ocupam 10% da superfície florestal da região e que correspondem a 44% das áreas de regime Florestal do País.

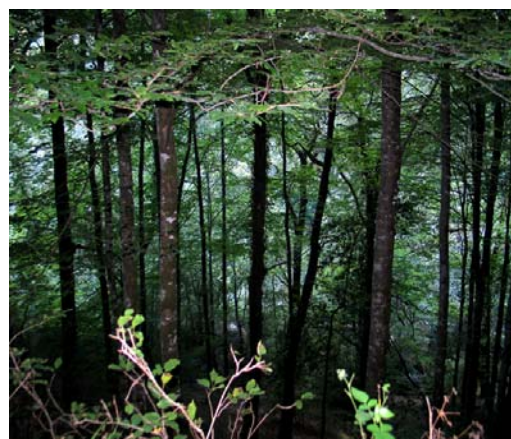


De acordo com o PROT-Norte, Ordenamento florestal é referido que “No cenário evolutivo da Região Norte perspectiva-se a manutenção do peso relativo da superfície florestal entre os usos do solo no território e o alargamento da sua componente povoamento.

A função principal da floresta tem sido a produtiva, que assenta essencialmente na extracção de madeiras (pinho, eucalipto, carvalhos, outras folhosas e castanheiro) e extracção de cortiça., não existindo qualquer processo de certificação

As funções de protecção, silvo-pastorícia, e outras, não têm sido até agora devidamente valorizadas.

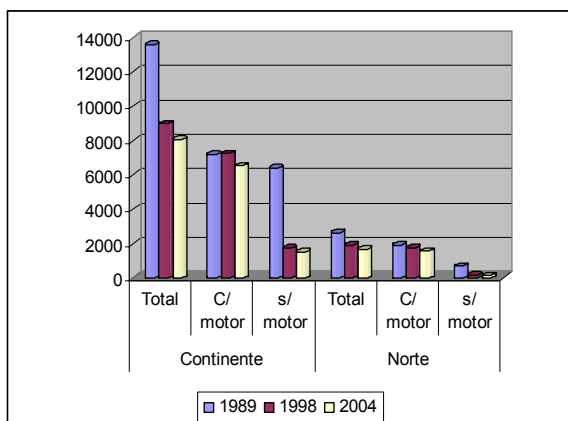
Existem na região 7 Planos Regionais de Ordenamento Florestal (Alto Minho, Baixo Minho, Tâmega, Área Metropolitana entre Douro e Vouga, Barroso e Padrela, Douro e Nordeste) que estabelecem as normas de intervenção sobre a ocupação e a utilização desses espaços florestais, vinculando as entidades públicas, nos quais é perspectivado um acréscimo de espaços florestais de 23 118 ha relativamente à situação actual.



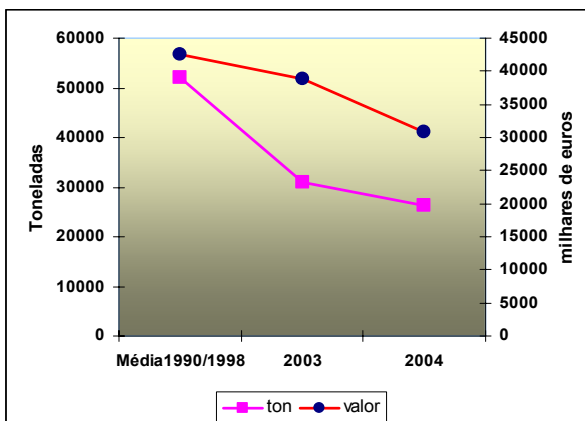
### 3.1.4 Pesca

A Região Norte apresenta condições propícias para o desenvolvimento do sector das pescas, embora a realidade do sector que é evidenciada pelos indicadores referentes aos três principais portos e lotas não traduza essa característica, dado que houve uma diminuição de. pesca descarregada acompanhada de uma diminuição significativa do seu valor.

**Fig 18 Embarcações**



**Fig 19 Pesca descarregada e valor**



Fonte: INE

Verificou-se ainda que em 2004 a pesca descarregada na Região Norte em relação ao Continente representou 19% e foi responsável por um valor de somente 13%. As espécies mais representativas foram a sardinha e o carapau, com maior relevância no porto de Matosinhos.

A fig.18 mostra que houve uma diminuição de 36% de embarcações, desde 1989 até 2004, seguindo a tendência nacional.



### 3.1.5 Capital Humano e Empresarial

Globalmente a economia das zonas predominantemente rurais e o seu tecido empresarial possuem uma fraca dinâmica de inovação, muito pouco propensa a assumir riscos, trazendo como consequência fraca competitividade, não acontecendo o mesmo na região urbana e intermédia.

**Analisando os dados do Inquérito às Estruturas das Explorações Agrícolas(2005) verifica-se que os jovens agricultores representam 11,8% do total dos produtores agrícolas desta região, tendo sido a taxa de variação entre 1999-2005 de -43,1%, o que tem dificultado o rejuvenescimento do sector.**

Fazendo referência ao capital humano que deverá sustentar o empreendedorismo, é de referir que o número crescente de jovens licenciados não tem conduzido à criação de um número significativo de empresas inovadoras e competitivas, fruto da fraca atractividade do sector primário e do secundário agro-alimentar, continuando a existir baixo nível de instrução e qualificação profissional dos activos, sendo que **apenas 14% dos produtores agrícolas singulares possuem formação profissional agrícola (INE 2005).**

Apesar da evolução positiva, mais 2% que em 2003, e de acordo com os dados referentes ao período entre 1994 a 2006, relativo às várias opções formativas, constantes no quadro 3, e tendo presente o número de activos no sector, verifica-se que **haverá necessidade de continuar o processo de qualificação e formação** para se aumentarem os níveis de competitividade.

**Quadro 6- Acções de formação e nº de formandos 1994/2006**

<b>Tipologia de acções</b>	<b>Nº de acções</b>	<b>Nº de formandos</b>
Cursos de Empresários Agrícolas	725	11 186
Outros cursos	5023	70 447

Fonte: DRAPN

**Em relação à gestão das explorações, verifica-se pelos dados existentes que ainda é uma área em que a sensibilização/qualificação é reduzida , dado que só 5% das explorações possuem contabilidade organizada tendo-se verificado uma variação da percentagem de explorações com contabilidade organizada de 0,23% relativamente ao período de 1999-2005.**

A importância da contabilidade organizada é sentida pelos produtores que gerem explorações de maior dimensão.

### 3.1.6 Organizações de Produtores

Na região Norte existem várias formas organizativas no sector rural e a sua evolução tem sido crescente quanto ao número e especialização

O número de organizações actuais encontra-se descrito no Quadro 7.

Quadro. 7 Organizações do sector

Tipologia de organizações	Nº existente em 2006
Federações e Uniões de Cooperativas	13
Cooperativas	144
Organizações de produtores	10
Associações	190
Centros de gestão	48

Apesar da existência de 405 organizações sob as várias formas, evidenciada no quadro, a ausência de um associativismo forte, principalmente na comercialização, tem também contribuído para a fraca valorização dos principais produtos do sector agrícola.

Fonte: DRAPNorte

O desempenho das organizações tem sido condicionado pela falta de participação dos associados, bem como pela dificuldade de gestão das próprias organizações, consequência da pouca qualificação e espírito associativo.

No entanto, apesar destas limitações existem organizações em que já se nota um grande profissionalismo e onde se verifica uma dinâmica consentânea com as exigências do mercado global, de que é exemplo o sector do leite.

### 3.1.7 Inovação I&D

Na economia da Região Norte coexistem *fileiras* tradicionais e *fileiras* emergentes. As primeiras, profundamente relacionadas com as especificidades sociais e territoriais, afirmam-se como elementos relevantes da estrutura produtiva local. A este nível, destacam-se as seguintes: agro-alimentar, vitivinicultura, olivicultura, cortiça e madeiras. Em geral, tratam-se de *fileiras* nos quais se constata a necessidade de realizar um esforço de inovação, de modo a acrescentar-lhes mais valor e reforçar a sua capacidade competitiva a nível nacional e internacional

As novas *fileiras* emergentes, muito ligados à sociedade do conhecimento e ao ambiente, emergem actualmente como importantes pólos, pelas sinergias que geram e pelo desenvolvimento que promovem, estimulando o tecido económico regional e aumentando a oferta de emprego altamente qualificado.

Com base nos indicadores do INE(2003) podemos constatar que a despesa com I&D do Estado na região norte é 4,6% sendo a mais baixa do País, contrastando com as despesas de I&D nas Empresas que é a mais alta, representado 34,7%. Nesta região o pessoal em I&D representa 0,33% da população activa, sendo que o maior peso se concentra no ensino superior que representa 47,1%.

Apesar da existência de 637 Unidades de Investigação nos vários sectores de actividade e a disponibilidade em pessoal especializado não se tem verificado uma relação positiva entre a investigação e a inovação que conduza ao aumento da competitividade regional .

Neste domínio é imprescindível a interligação dos vários agentes ligados ao desenvolvimento regional, administração, produtores, suas organizações, ensino superior, agências de desenvolvimento, empresas, na definição das estratégias e na identificação das acções a desenvolver, tendo como objectivo a resolução de problemas inerentes ao sector agrário.

### 3.1.8 Qualidade

Seguindo a tendência nacional e comunitária, na Região Norte o conceito qualidade foi assumindo ao longo desta década uma importância crescente, por parte do produtor, do empresário da indústria agro-alimentar e por parte do consumidor .

O esforço desenvolvido nesta década possibilitou a existência de sistemas credíveis de controlo da sanidade animal e vegetal, protecção ambiental, bem- estar animal e saúde pública

Se atendermos aos dados existentes na DRAPN(2007) podemos verificar a existência de um número considerável de pequenas empresas agro-alimentares licenciadas segundo as normas vigentes.

**Quadro 8 Empresas Agro-Alimentares**

Adegas	Frutos	Ent.Frig	Lagares	Matadouros	Queijarias	Trans.Carnes	Total
76	13	30	124	51	46	115	455

Estas unidades encontram-se localizadas nas áreas de maior peso de produção de matéria prima, o que pode ser um factor favorável para o desenvolvimento de uma estratégia em torno das fileiras.

A credibilização da qualidade da indústria agro-alimentar numa óptica de isenção e fiabilidade tem que se estruturar também em torno de laboratórios creditados, o que nesta data deverá ser um desafio para a região.

Falar da qualidade é também promover a diferenciação do produto em relação aos produtos ditos "normais" e fazer com que o consumidor os identifique e os valorize.

Esta região ocupa o 1º lugar no que respeita aos regimes comunitários de qualidade dos alimentos, existindo 19 DOP, 7 IGP, 1 EGT, 10 IG e 1 DO, verificando-se no entanto que os produtos certificados não acrescentam mais valias para o produtor em consequência de uma deficiente informação junto do consumidor e por existir um processo organizativo de comercialização deficiente. Por outro lado o consumidor ainda não reconhece a importância destes produtos.

### 3.1.9 Fileiras

A análise da produção primária e da indústria transformadora revela que as principais fileiras da região são as que estão associadas ao leite, vinho, azeite, fruticultura , horticultura e floresta . Pela importância que as mesmas merecem, serão abordadas de modo autónomo num capítulo de fileiras estratégicas.

### 3.1.9 Desempenho dos Sectores Agrícola, Florestal E Alimentar – Pontos Fortes e Pontos Fracos

DESEMPENHO DOS SECTORES AGRÍCOLA, AGRO-ALIMENTAR E FLORESTAL (DOMÍNIOS)	Pontos Fortes da Região	Pontos Fracos da Região
<b>Agricultura</b>		
Clima	Condições edafo climáticas para as culturas das fileiras estratégicas	Precipitação com distribuição irregular ao longo do ano e entre anos
Produto	Existência de produtos de qualidade identificados com o território Aumento de produção de produtos amigos do ambiente	Baixo VABpm do produto Custos de produção crescentes Diminuição da FBCF
Regadios e outras infraestruturas	Aumento da disponibilidade de água para a rega	Baixa eficiência de rega
Investimento	Taxa de investimento significativa nos últimos anos	Baixa reprodutividade desses investimentos
Dimensão média das explorações	Aumento do grau de especialização das explorações agrícolas	Elevado nº de blocos por exploração Pequena dimensão das explorações
Estrutura etária dos produtores		Envelhecimento da população agrícola
Produtividade do trabalho e da terra Riscos à actividade produtiva (catástrofes naturais)		Riscos elevados de seca e intempéries  Baixa produtividade do trabalho Baixo índice de recurso aos seguros agrícolas
<b>Agro-Alimentar</b>		
Produto	Possibilidade de melhoria dos termos de troca Produção agro-alimentar diversificada à qual é possível associar a imagem do território  Procura crescente de produtos agro-alimentar diferenciados nos mercados externo e	O Vab do IABT é inferior à média nacional Elevado custo de produção
Investimento Produtividade do trabalho	Aumento do nº de micro empresas	Baixa reprodutividade dos investimentos Baixa produtividade do trabalho

Cont.

DESEMPENHO DOS SECTORES AGRÍCOLA, AGRO-ALIMENTAR E FLORESTAL (DOMÍNIOS)	Pontos Fortes da Região	Pontos Fracos da Região
<b>Floresta</b>		
Produto	Potencialidades para a produção de produtos diferenciados  Potencialidades para incrementar serviços e actividades no âmbito do turismo rural e natural Possibilidades de valorização da floresta como sumidouro de carbono	Elevados riscos de incêndios florestais  Alguns riscos bióticos nomeadamente a "tinta" e o "cancro" do castanheiro e a Baixo nível de incorporação de conhecimentos técnicos Mercado florestal com pouca especialização
Investimento		
Estrutura produtiva	% significativa da região abrangida por áreas de elevado valor ecológico Incremento da infraestruturação	Reduzida dimensão e extrema repartição da propriedade florestal Deficiente ordenamento silvo-pastoril Abandono das práticas de gestão florestal
Produtividade do trabalho e da terra		
<b>Sistema Financeiro</b>		Dificuldade de auto financiamento e de acesso ao crédito
<b>Capital humano e espírito empresarial</b>	Disponibilidade de recursos humanos com formação média e superior	Debilidade das condições de auto-sustentabilidade das O.P Dinamismo e cooperação empresarial débil Organizações sectoriais pouco dinâmicas Nível de instrução e formação profissional insuficientes Deficiente recurso ao apoio técnico Gestão empresarial deficiente
<b>Potencial de Inovação e de Transferência de Conhecimentos</b>	Existência de estruturas para a transferência de conhecimentos Existência de pessoas e organizações capazes de promover a transferência do conhecimento	Falta de inovação tecnológica e comercial Dificuldades de coordenação entre os principais intervenientes  Reduzida articulação entre a investigação e o meio agrário
<b>Qualidade e Cumprimento das Normas Comunitárias</b>	Possibilidade de crescimento de produtores aderentes aos processos de certificação	Falta de escala de produção que faça baixar o custo elevado da certificação dos produtos
<b>Comércio externo</b>	Aumento da vocação exportadora , nomeadamente o vinho e o azeite	Falta de condições de competitividade para estar presente em mercados externos

## 3.1.10 Indicadores relativos ao desempenho dos sectores agrícola, florestal e alimentar

DESEMPENHO DOS SECTORES AGRÍCOLA, AGRO-ALIMENTAR E FLORESTAL (DOMÍNIOS)	Indicadores Base (Quadro 4 do PDR)				
	Descrição	Unidades	Ano	Continente	Região Norte
<b>Agricultura</b>					
Competitividade					
Clima	Temperatura média do ar	(°C)	Trinténio 1961-1990	15	12
	Insolação (valor médio)	h/ano	Trinténio 1961-1990	2530	2390
	Insolação (valor máximo)	h/ano	Trinténio 1961-1990	3300	2522
	Precipitação média	mm/ano	Trinténio 1961-1990	930	1335
Produto	VABpm Agrícola (Portugal)	% do VAB da economia	2003	3,1	0,7
	SAU	taxa de variação (m %)	1995-2003	-5,1	-4,7
	Importância dos custos (UE15)	% do valor da produção	2005	79,1	
	Evolução da importância dos custos	variação da %	1995-2005	3,9	
	Taxa de crescimento médio anual do VABpm agrícola a preços de 1980	%	1980-2005	0,04	
Regadios e outras infraestruturas	Evolução da capacidade de armazenamento para agricultura e fins múltiplos (incluindo Alqueva e Pedrogão)	hm3	evolução 10 anos	4481	15,26
	Nº explorações sem superfície irrigável	% do total	2005	35,9	27
	Evolução das explorações sem superfície irrigável	variação da %	1999-2005	7,6	15
	Área irrigável	ha	2005	613 209	185.882
	Área irrigável em proporção de SAU	%	2005	17,3	17
	Evolução da área irrigável	%	1990-2003	-23,1	-23
	Consumos médio de água por ha nos regadios públicos	m3/ha	2000	8471	8567(AZIBO)
	Evolução do consumo médio por ha	taxa de variação anual %	1980-2000	-1,4	-1,4
Investimento	FBCF na agricultura (Portugal)	Meuros	2004	858,3	225
	Taxa de crescimento média anual da FBCF agrícola (Portugal)	%	1995-2003	4,5	n.d
Produtos agrícolas				-8,5	n.d
. Plantações	Variação percentual na estrutura do investimento	%		4,3	n.d
Produtos não agrícolas				8,5	n.d
. Máquinas e materiais				1,2	n.d
. Edifícios				6,3	n.d
Estrutura das explorações					
Dimensão económica (DE)	Explorações com DE inferior a 8 UDE (UE15)	% do total	2003	86	87
	Importância territorial das explorações especializadas	% da SAU total	2005	69	70
	Evolução das explorações especializadas	diferença percentual	1989-2005	19	24,1
Dimensão física	Área média das explorações agrícolas (UE15)	ha	2003	10,8	6,2
	Evolução da área média das explorações agrícolas (UE15)	%	1990-2003	55,0	n.d
	Explorações com área inferior a 50% da média da UE (UE 15)	% do total	1999	90	n.d

Cont.

DESEMPENHO DOS SECTORES AGRÍCOLA, AGRO-ALIMENTAR E FLORESTAL (DOMÍNIOS)	Indicadores Base (Quadro 4 do PDR, continuação)				
	Descrição	Unidades	Ano	Continente	Região Norte
Produtores	N.º de produtores (UE15)	N.º	2005	290496	112303
Estrutura etária	Evolução do n.º de produtores (UE15)	variação percentual	1995-2003	-20,3	-18
	Empresários agrícolas com < 35 anos/ empresários agrícolas > 55 anos	%	2003	3,8	3,4(2005)
Produtividade do trabalho e da terra	Produtividade do trabalho na agricultura (VAB agrícola/UTA)	Euro / UTA	2002-2004	7287	5133(1995)
	Produtividade da terra (VAB agrícola/SAU)	euro/ha	2003	1025	1044(2000)
Riscos à actividade produtiva (catástrofes naturais)	N.º de anos de seca (num determinado período)	N.º de anos	1965-2005	9	9
<b>Agro-Alimentar</b>					
Competitividade					
Importância	Peso das IABT no VAB da indústria (Portugal)	%	2003	14,1	6,7
	Peso das IABT no emprego da indústria (Portugal)	%	2003	12,0	7,2
Produto	VAB das Indústrias alimentares, das Bebidas e do Tabaco	Meuros	2003	3836	664
	VAB das Indústrias alimentares, das Bebidas e do Tabaco (Portugal, UE 15)	% do total	2003	3,1	2,5
	Taxa de crescimento médio anual do VAB das IAB (Portugal, UE15)	%	1995-2003	0,7	n.d
Estrutura das Agro-Indústrias (Portugal)					
Agro-indústrias por volume de emprego			2001	78,3	
1 a 9				10,7	
10_19				6,9	
20_49				2,2	
50_99				1,9	
100 ou mais					
Investimento	FBCF nas Indústrias alimentares, das Bebidas e do Tabaco	% do total	2002	2,4	
	Taxa de crescimento médio anual da FBCF das IAB	%	1995-2002	5,1	
Produtividade do trabalho	Produtividade do trabalho nas Indústrias alimentares, das Bebidas e do Tabaco (VAB Indústrias / n.º empregados )	Euro / Empregado	2003	23 462	20 005
<b>Floresta</b>					
Competitividade					
Produto	Área de floresta para fornecimento de madeira (Portugal)	1 000 ha	2000	1 897	
Produto	VABpb Florestal (Portugal)	em % do VAB da economia	2002	2	
	Taxa de crescimento médio anual do VAB florestal (1995=1)		1995-2003	-0,87	
	Produção nacional de cortiça	em % da produção mundial	2002	54	
Valor económico dos recursos associados à floresta					
Caça			2005	8,0	
Pesca				10,7	
Cogumelos e aromáticas	Peso do valor da produção no total do valor da produção florestal	%		2,2	
Mel				0,8	

Cont.

DESEMPENHO DOS SECTORES AGRÍCOLA, AGRO-ALIMENTAR E FLORESTAL (DOMÍNIOS)	Indicadores Base (Quadro 4 do PDR, continuação)				
	Descrição	Unidades	Ano	Continente	Região Norte
<b>Qualidade e Cumprimento das Normas Comunitárias</b>					
Produtos certificados	Nomes Geográficos Protegidos (quantidades, Portugal)	Taxa de crescimento anual, %	1997-2001	15,4	
	Denominações de Origem Protegidas (DOP)	N.º	2006	54	19
	Indicação Geográfica Protecção (IGP)	N.º	2006	39	7
	Denominações de Origem (DO)	N.º	2006	5	1
	Indicação Geográfica (IG)	N.º	2006	18	10
<b>Comércio externo</b>					
	Balança Comercial do CAF	Meuros	2000-2004	- 1 546	
	Evolução das exportações do Vinho, Horto-Frutícolas, Leite, Azeite	%	2000-2004	2,8	
	Evolução das exportações da Floresta	%	2000-2004	-0,9	
	Nº de eventos de promoção (ICEP)		2006	276	



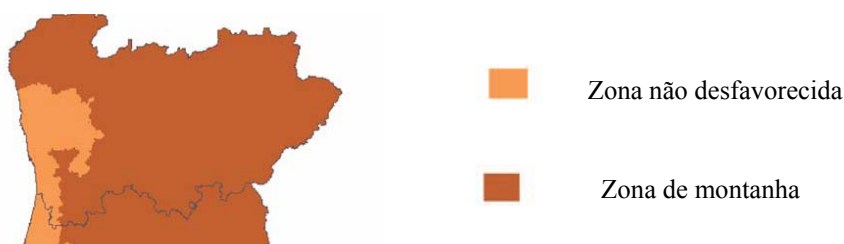
### 3.2 AMBIENTE E GESTÃO DO ESPAÇO RURAL



#### 3.2.1 Biodiversidade e Paisagem

Sob o ponto de vista ambiental é de referir a existência em vastas áreas de sistemas agrícolas e florestais de grande biodiversidade e de alto valor paisagístico, havendo necessidade de os salvaguardar e promover, devendo constituir um elemento central de identidade, não podendo por isso serem abordados separadamente das actividades socio-económicas que os suportam, nem dos sentimentos das comunidades que os mantêm, transformam e valorizam.

Na Região Norte, grande parte do território está incluído em região desfavorecida, classificada como zona de montanha.



Fonte: GPP, a partir de Dir 86/467/CEE

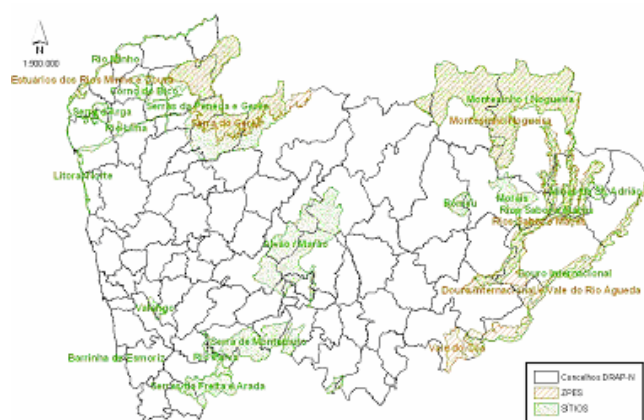
É igualmente elevada a percentagem desta região incluída nos sítios classificados na Rede Natura 2000 e/ou sujeitos a regimes de protecção especiais, representando a área agrícola e silvícola da Rede Natura 20,89% do continente

**Quadro 9. Ocupação do território nas áreas Natura 2000 (%)**

NUT II	Território artificial	Área com Ocupação Agrícola	Florestas	Área com Vegetação Espontânea natural	Zona de água salgada e zona húmida	Zona de água doce
Norte	0,4	30,9	16,6	50,9	0,4	0,9

Fonte: GPPAA – Agricultura Portuguesa – Principais indicadores

As desvantagens naturais associadas e a maior condicionalidade nestas zonas de protecção impostas pelas directivas relativas às aves e habitats induzirão a necessidade de uma monitorização permanente na evolução dos agro-ecossistemas incluídos nestas zonas.

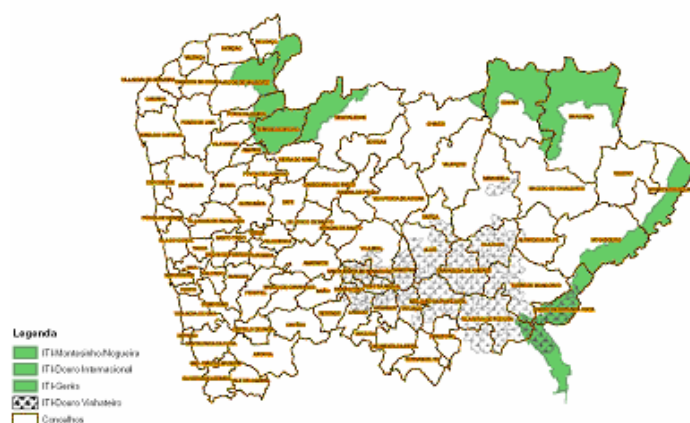


Salientamos os espaços de características naturais de reconhecida importância pertencentes à Rede Nacional de Áreas Protegidas, nomeadamente o Parque Natural de Montesinho, Parque Natural do Douro Internacional, Parque Natural do Alvão, Parque Nacional da Peneda-Gerês, a Paisagem Protegida do Litoral de Esposende ( Parque Natural do Litoral Norte) a Área de Paisagem Protegida do Azibo, e ainda diversos Sítios que

integram a Rede Natura 2000.

Mas a existência desses sistemas, muito importantes sob o ponto de vista ecológico e biofísico, é por vezes influenciada por fenómenos de origem natural e antrópica, que tem levado à sua alteração, devendo ser salvaguardada a sua promoção e conservação como prioritária, através de um conjunto específico e adicional de medidas, sendo o litoral da região norte, um exemplo paradigmático no que

diz respeito à sua qualificação e protecção ambiental.



As **intervenções territoriais integradas ( ITI )** já aprovadas, da Peneda-Gerês, Montesinho, Douro Internacional e Douro Vinhateiro prosseguem os objectivos das medidas agro-ambientais nestas zonas particularmente sensíveis. As 3 primeiras têm aplicabilidade nas respectivas áreas protegidas, de especial acuidade do

ponto de vista da conservação da natureza, e o último focaliza-se nos sistemas de agricultura tradicionais da Região Demarcada do Douro, cuja paisagem foi classificada como Património da Humanidade pela UNESCO.

### 3.2.2 Risco de Abandono e Marginalização

Pela análise da evolução da ocupação do solo agrícola, comparando os dados RGA 89/99, pode observar-se que houve uma diminuição em 9% desta área, podendo inferir-se que houve aumento de marginalização da área agrícola, conduzindo em algumas zonas a processos de **erosão e de desertificação**. Se tivermos em conta as áreas hoje classificadas como pastagens pobres, outrora cultivadas, a percentagem de área em abandono será superior. Como causas deste fenómeno podemos referir a baixa produtividade do trabalho, principalmente nas explorações de pequena dimensão e com elevado nº de blocos, sua dispersão e o envelhecimento da população.

Tendo em conta os dados anteriormente apresentados sobre: Diminuição da SAU, Margem bruta/UTA e % de produtores com idade superior a 55 anos verificamos que grande parte do território existente em Zona de Montanha, com sistemas tradicionais de produção, corre sérios riscos de abandono ou uma ocupação desequilibrada, que poderá ter como corolário perdas importantes do património natural, visto que a maior parte da área da Rede Natura se encontra localizada nestas áreas em risco.

### 3.2.3 Solo

Entre os factores que têm influenciado a degradação do solo, o manejo é um dos mais importantes, pois implica uma sequência de operações que envolvem desde a escolha da planta, área a ser cultivada, os sistemas de plantação, dos arranjos culturais, entre outras.

As possíveis razões do contínuo uso de práticas conservadoras ou das agressões ao solo prendem-se com o fraco conhecimento pelos agricultores do processo de degradação do mesmo e seus efeitos, e ou devido à intensificação cultural, o que tem conduzido em algumas zonas à **deterioração das estruturas de protecção do solo e de conservação da água**, sendo exemplo a **Zona Vulnerável do Aquífero Livre entre Esposende e Vila do Conde**.

No entanto, de um modo geral, a agricultura nas zonas predominantemente rurais não tem contribuído de forma significativa para a poluição das águas superficiais e subterrâneas, poluição do ar, degradação do solo, assoreamento de cursos de água e alteração das paisagens rurais. Além disso, também a implementação das medidas agro-ambientais e do conceito de eco-condicionalidades aplicado aos apoios financeiros, traduzido na obrigatoriedade de os seus beneficiários respeitarem um conjunto mínimo de normas ambientais, tem contribuído para garantir a sustentabilidade ambiental da actividade agrícola.

A agricultura de pequena escala e/ou extensiva existente nestes espaços, tem tido inúmeras vantagens em integrar serviços dos ecossistemas nos processos produtivos, porque assim evita-se o recurso a aditivos externos, reduzindo o seu impacto ambiental.

Na Região Norte já se verifica nos últimos anos um aumento significativo das áreas ocupadas em **Modo de Produção Biológico** (MPB), conforme se pode verificar no Quadro 7, não sendo tão evidente em relação à produção animal que está actualmente a iniciar a sua aderência a este modo de produção.

**Quadro 10 Evolução de áreas, operadores e transformadores em Modo de Produção Biológico**

Operadores e área	2001	2002	2003	2004	2005
Nº de operadores ( vegetal)	264	297	329	396	451
Área (ha)	10 369	11 153	11 776	13 404	19 616
Nº de operadores ( animal )	-	24	33	45	62
Nº de transformadores	-	-	-	-	26

Fonte: IDRHa

### 3.2.4 Energias Renováveis

Atentos à necessidade de reduzir a dependência energética, dado que **o consumo na agricultura desta região representa 16%** do continente(INE 2004), a Região Norte pode dar um importante contributo, dado apresentar características propícias ao recurso e disseminação de **energias renováveis**, nomeadamente: integração de micro-hídricas em condutas de transporte de água, gestão dos resíduos agro florestais com a produção de biomassa, e aproveitamento dos resíduos e efluentes pecuários , culturas energéticas na produção de biogás e energia solar.

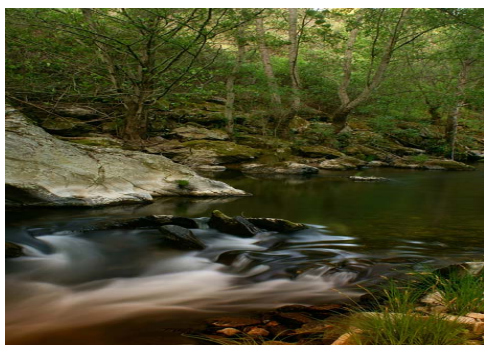
### 3.2.5 Água

A valorização e protecção dos **recursos hídricos superficiais e ou subterrâneos** são factores fundamentais para a sustentabilidade do território, quer no plano estritamente ambiental, quer como suporte à ocupação humana do território e às actividades económicas.

Pela diversidade geológica existente no Norte de Portugal, a região é muito rica em águas minerais, que têm como utilização habitual o termalismo, o engarrafamento ou ambas, contudo algumas das águas minerais apresentam temperaturas elevadas que podem ser também consideradas potenciais recursos geotérmicos. Também nesta região existem águas de nascente em actividade.

Dado que existe uma interacção entre estas e as águas superficiais é desejável que em ambas não exista poluição de qualquer natureza (doméstica, agrícola, industrial ou induzida por bombeamento).

Perante o cenário de necessidade crescente de utilização de água, seja para consumo ou para rega como factor de competitividade e sustentabilidade e sucessivos anos hidrológicos desfavoráveis a esta situação, é essencial incentivar o uso racional da água, o combate ao desperdício e a promoção de uma nova consciência em relação à importância dos recursos hídricos em toda a sociedade.



A **área irrigável** na Região Norte é de 241 406 ha e corresponde a **36% da SAU** da região, sendo no Continente 21,07%, no entanto a área efectivamente regada anualmente corresponde a 81% da área irrigável. O método de rega mais representativo é por gravidade, representando, conforme dados do RGA 99, 84,2%.

Nos últimos anos foram realizadas obras importantes de regadio na região, mas nem toda a água proveniente desses investimentos é efectivamente utilizada de modo eficiente e otimizada pelo sector agrícola.

Nos últimos dez anos na região a capacidade de armazenamento para a agricultura e fins múltiplos aumentou 15,26hm<sup>3</sup>, sendo actualmente de 77,95 hm<sup>3</sup>.

Merecem ainda destaque no panorama regional os **regadios colectivos tradicionais**, que se estima serem 1554, cuja área ascende a aprox. 48 850ha significando 19,9% da área irrigável, pelo seu papel não só na rega, mas por induzirem descontinuidades húmidas e constituírem um factor importante na prevenção e contenção de incêndios e promoção da biodiversidade.

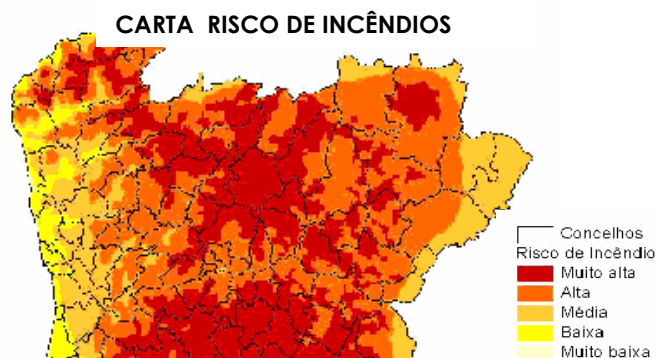
### 3.2.6 Floresta

É um sector fundamental pela sua multifuncionalidade, sendo geradora de um valor do uso directo e de um valor do uso indirecto, pois contribui para a :

- **protecção do solo** que é especialmente importante em zonas secas e, por isso, mais vulneráveis à erosão;
- **protecção dos recursos hídricos** em quantidade e qualidade;
- **fixação de carbono**;
- **regulação do microclima**.

Pela relação entre a área ardida e a área de povoamentos florestais que foi de 7,5% em 1995 e de 16,4% em 2005, poderá inferir-se que estamos numa região onde o risco de incêndios é elevado, pelo que a sua gestão sustentada deverá ser prioritária.

Fonte: DGRF 2004



**Quadro11 Ocorrência de incêndios florestais**

Unidade Territorial	2004	2003	2002	2001	2000
Minho-Lima	1517	911	1904	1632	1631
Cávado	954	1181	1064	1008	1021
Ave	2071	3201	2718	3024	2587
GrandePorto	1598	2475	2083	1996	1899
Tâmega	3686	5868	4639	4260	5715
Entre Douro e Vouga	1030	741	1030	1106	1182
Douro	1592	1105	1536	2098	2654
Alto Trás-os-Montes	1303	1150	1682	2034	2554
NORTE	13751	16632	16656	17258	19243

Fonte:INE



### **3.2.7 Ar e Alterações Climáticas**

Existem 23 estações de medição da qualidade do ar na Região Norte, situando-se apenas uma em Trás-os-Montes.

De acordo com o relatório " Estado da Qualidade do Ar 2005" CCDRn, a concentração anual de NO<sub>2</sub>, entre 1995-2005 tem vindo a diminuir, com tendência de estabilização nos últimos anos, encontrando-se abaixo dos valores limites, sendo a maior concentração nas áreas urbanas do litoral.

Quanto ao ozono, existe uma tendência crescente das concentrações médias estando os valores directamente relacionados com o aumento das temperaturas, sendo as 2 estações que se encontram em zonas rurais as que apresentam maiores excedências.

A tendência de SO<sub>2</sub> é positivamente decrescente na região.

Em relação às alterações climáticas, as médias das temperaturas máximas têm vindo a aumentar e a precipitação dos últimos anos tem sido inferior à média do período de 1961-1990, sendo os valores do ano de 2004 os mais baixos desde 1931.

Ao analisarmos os dados do Instituto de Meteorologia de 1931-2006, dos 10 anos com temperaturas mais elevadas 7 ocorreram depois de 1990 (mapas em anexo ).

### 3.2.8 Ambiente e Gestão do Espaço Rural – Pontos Fortes e Pontos Fracos

AMBIENTE E GESTÃO DO ESPAÇO RURAL (DOMÍNIOS)	Pontos Fortes da Região	Pontos Fracos da Região
<b>Risco de Abandono e Marginalização</b>		Aumento de área marginal a um ritmo crescente Fortes limitações humanas e naturais
<b>Biodiversidade e Paisagem</b>	Sistemas agrícolas e florestais de alto valor paisagístico e de biodiversidade % elevada de espaços incluídos na Rede Natura Existência de 3 Planos de Intervenção Territorial Integrados aprovados 1 Plano de Intervenção em território classificado como património da humanidade Importante mosaico paisagístico cultural	Deficiente formação para a protecção destes sistemas Aumento de território artificializado Existência de uma Zona Vulnerável
<b>Água</b> Qualidade das águas- Directiva dos Nitratos  Utilização de água- Directiva da água	Maior controlo do uso das águas subterrâneas Opção de modos de produção mais compatíveis com as directivas	Deficiente gestão dos efluentes agrícolas e pecuários Existências de zonas com níveis elevados de nitratos Uso ineficiente dos recursos hídricos
<b>Solos</b> Qualidade dos solos  Protecção dos solos	Aumento da utilização de boas práticas agrícolas Grande aderência dos agricultores às Medidas Agro-Ambientais  Opção de modos de produção mais compatíveis com as directivas	Elevado risco de erosão e de desertificação Fraco teor de matéria orgânica nos solos Perda de áreas agrícolas
<b>Bem-estar animal</b>	Crescente sensibilidade para o cumprimento das normas	Existência de algumas unidades não compatíveis com as normas
<b>Air e Alterações Climáticas</b>	Existência de sistemas agro-florestais com potencial na fixação do carbono  Potencial elevado para a produção de energias renováveis	Baixo investimento do sector bioenergético  Dimensão e estrutura da propriedade agro-florestal para a valorização energética da produção
<b>Floresta</b>	Existência de 7 PROF	Vastas áreas ardidas anualmente Gestão florestal incipiente
<b>Eco-eficiência</b>		

## 3.2.9 Indicadores relativos ao Ambiente e Gestão do Espaço Rural

AMBIENTE E GESTÃO DO ESPAÇO RURAL (DOMÍNIOS)	Indicadores Base (Quadro 7 do PDR)				
	Descrição	Unidades	Ano	Continente	Região Norte
<b>Risco de Abandono e Marginalização</b>					
Situação actual	Território em risco de marginalização	% do Território	1999	74	n.d.
Evolução	Território em risco de marginalização	diferença %	1989-1999	15	n.d.
<b>Biodiversidade e Paisagem</b>					
Biodiversidade geral ligada à agricultura e silvicultura	Índice de aves comuns de zonas agrícolas	-	2000=100	inexistente	n.d.
Sistemas de Alto Valor Natural	Área associada a sistemas de elevado valor agrícola e florestal	% na SAU	1999/2000	-	40
Sistemas de agricultura extensiva					
Situação actual	Área de culturas anuais extensivas (Portugal)	% da SAU	2003	26,1	44,4 (2005)
	Área de pastagens extensivas (Portugal)	% da SAU	2003	37,6	27
Culturas permanentes					
Situação actual	Área de culturas permanentes	ha	2005	648 862	217 844
Evolução	Evolução da área de culturas permanentes	ha	1989-2005	-140 553	39 395
Natura 2000 nas terras agrícolas e silvícolas	Território sob Rede Natura 2000	% do território	2005(UE25)	21	20,89
<b>Água</b>					
Qualidade das águas-Directiva dos Nitratos					
Balanço bruto dos nutrientes					
Situação actual	Valor médio do excesso de azoto no período (UE15)	kg/ha	2002-2004	47	n.d.
	Valor médio do excesso de fósforo no período (UE15)	kg/ha	2002-2004	15	n.d.
Evolução	Variação do excesso de azoto entre os valores médios de dois períodos	%	média 1994-1996 e média 2002-2004	5,2	n.d.
	Variação do excesso de fósforo entre os valores médios de dois períodos	%	média 1994-1996 e média 2002-2005	-2,7	n.d.
Contaminação por nitratos	Tendências anuais nas concentrações de nitratos e pesticidas nas águas subterrâneas e superficiais	-	-	-	n.d.
Zonas vulneráveis	Território designado como zona vulnerável de nitratos (Portugal, UE25)	%	2005	1,1	n.d.
<b>Efluentes de Origem Agro-pecuária</b>					
Agro-indústrias (Lagares, queijarias, adegas)	Unidades com potencial de aperfeiçoamento	nº de Agro-indústrias		931	150
Explorações de pecuária intensiva	Efectivo das explorações com necessidades de aperfeiçoamento				
Bovinicultura		Nº de Unidades		4.384	2521
Suinicultura		Nº de Unidades		5.107	0
Avicultura		1000 de lugares de galinhas poedeiras		18.689	873



Cont.

AMBIENTE E GESTÃO DO ESPAÇO RURAL (DOMÍNIOS)	Indicadores Base (Quadro 7 do PDR, continuação)				
	Descrição	Unidades	Ano	Continente	Região Norte
Utilização da água-Directiva da Água					
Área irrigada					
Situação actual	SAU Irrigada	% do total da SAU	2005	12,7	20
Evolução	SAU irrigada	variação da %	1999-2005	-3,4	-9,7
Consumos					
Total pela agricultura	Consumo anual de água pela agricultura (UE Sul)	hm <sup>3</sup> /ano	2000	6.551	
Consumos médios pela agricultura	Consumo médio de água no regadio (UE Sul)	m <sup>3</sup> /ha/ano	2000	6.540	
Consumos médio de água nos regadios públicos					
Situação actual	Consumos médios	m <sup>3</sup> /ha	2000	8.471	
Evolução	Consumos médios	taxa de variação anual %	1980-2000	-1,4	
Área regada por origem do recurso					
Superficiais	Peso da utilização de recursos superficiais	% área	2000	36	
Subterrâneas	Peso da utilização de recursos subterrâneos	% área	2000	64	
Área regada por método de rega					
Situação actual	Peso da área regada por gravidade	% área	1999	78	
	Peso da área regada sob pressão	% área	1999	22	
Evolução	Área regada por gravidade	%	1989-1999	-7,2	
	Área regada sob pressão	%	1989-1999	7,2	n.d.
<b>Solos</b>					
Qualidade dos solos					
Erosão provocada pela água e vento	Área risco moderado a alto de erosão (solo c/ coberto actual)	%		84	n.d.
Matéria orgânica	SAU pobre em Matéria Orgânica	%	1992	58	n.d.
Protecção dos solos					
Floresta com funções de protecção	do regime hídrico	% do total	2005	9,7	n.d.
	do solo e água	% do total	2000/2002	6,6	n.d.
	da desertificação	% do total	2005	34,1	n.d.
Utilização de adubos e fitofármacos					
Situação actual	Consumo médio	euro/ha de SAU	2003	57	91,3
Evolução	Consumo médio (UE 15)	%	1995-2003	22	
Modos de produção					
Protecção e produção integrada					
Situação actual	SAU em protecção e produção integrada	1000 ha	2004	77,83	23,30
Evolução	SAU em protecção e produção integrada (taxa média de crescimento anual)	%	2001-2004	37,46	16,40
Agricultura Biológica					
Situação actual	SAU em agricultura biológica	1000 ha	2006	269,40	11,50
Evolução	SAU em agricultura biológica (taxa média de crescimento anual)	%	1994-2006	35,00	10,80

Cont.

AMBIENTE E GESTÃO DO ESPAÇO RURAL (DOMÍNIOS)	Indicadores Base (Quadro 7 do PDR, continuação)				
	Descrição	Unidades	Ano	Continente	Região Norte
Desertificação	Área em risco de erosão do solo (estimativas de perda de solo devido à água)	t/ha/ano	2004	4,6	n.d.
	Nível de susceptibilidade elevada	% do território	1992	11	n.d.
	Nível de susceptibilidade moderada	% do território	2002	60	n.d.
<b>Bem-estar animal</b>					
Vitelos	Evolução do número médio de incumprimentos por exploração	%	2002/2003	-51	n.d.
	Peso dos incumprimentos no nº de requisitos exigidos	%	2003	2	n.d.
Suínos	Evolução do número médio de incumprimentos por exploração	%	2002/2003	-77	n.d.
	Peso dos incumprimentos no nº de requisitos exigidos	%	2003	3	n.d.
Galinhas poedeiras	Evolução do número médio de incumprimentos por exploração	%	2002/2003	0	n.d.
	Peso dos incumprimentos no nº de requisitos exigidos	%	2003	14	n.d.
<b>Ar e Alterações Climáticas</b>					
Qualidade do ar					
Situação actual	Emissões de Amónia da Agricultura (Portugal)	Mg	2002	84.257	n.d.
Importância	Peso da agricultura	% do total	2002	86,2	n.d.
Evolução	Emissões de Amónia (Portugal)	%	1990-2002	-2,2	n.d.
Alterações climáticas					
Emissão de gases com efeito de estufa	Emissão de gases gerados pela agricultura	1000t CO2 equivalente	2004	8.445	n.d.
Contribuição da agricultura para a emissão de gases com efeito de estufa	Peso da agricultura no total das emissões	% no total de emissões	2004	10	n.d.
<b>Produção de Energias Renováveis</b>					
	Energia produzida a partir da floresta e sub-produtos	kToe	2003	2.616	
	Energia produzida a partir dos aproveitamentos hidro-agrícolas - mini-hídricas	GWh	2006	116	
	Biogás	MW	2006	33	
	Área agrícola com culturas energéticas (Portugal)	1000 ha	2006	3,4	

Cont.

AMBIENTE E GESTÃO DO ESPAÇO RURAL (DOMÍNIOS)	Indicadores Base (Quadro 7 do PDR, continuação)				
	Descrição	Unidades	Ano	Continente	Região Norte
<b>Floresta</b>					
Zonas Florestais de Protecção e Protegidas	Área florestal protegida com fins de conservação de biodiversidade, paisagem e outros elementos naturais	%	2000/2002	47	25,6
Zonas Florestais com risco	Área anual média ardida	1000 ha/ano	2000-2005	214.903	49000
Alteração média anual da cobertura	Variação média anual das áreas florestais	%	1972-2005	0,3	4
	Área florestal	em % da ST	2000	27,5	30
Eco-eficiência (Portugal)					
Situação actual					
Emissão de GEE	Emissão por unidade do VAB do sector primário (UE15)	t/106 euro	2004	2.207	n.d.
Consumo de energia final	Consumo por unidade do VAB do sector primário (UE15)	tep/106 euro	2004	83	n.d.
Consumo de fertilizantes	Consumo por unidade do VAB do sector primário (UE15)	kg/103 euro	2002	53	n.d.
Consumo de pesticidas	Consumo por unidade do VAB do sector primário (UE15)	kg/103 euro	2002	4,5	n.d.
Evolução					
Emissão de GEE	Emissão por unidade do VAB do sector primário (UE15)	%	1990-2004	-10	n.d.
Consumo de energia final	Consumo por unidade do VAB do sector primário (UE15)		1990-2004	-40	n.d.
Consumo de fertilizantes	Consumo por unidade do VAB do sector primário (UE15)		1990-2002	-39	n.d.
Consumo de pesticidas	Consumo por unidade do VAB do sector primário		1996-2002	45	n.d.

### 3.3. ECONOMIA RURAL

#### 3.3.1 Estrutura da Economia

**Quando se analisa o emprego por sector de actividade, constatamos que o secundário é o que ocupa mais pessoas**, onde se destaca a construção e as pequenas unidades agro- alimentares, seguido do terciário, onde os serviços públicos, as pequenas unidades comerciais, os lares e os centros de dia para idosos são os maiores empregadores, mas incapazes de substituir as perdas da agricultura. Como consequência existe dificuldade de integração dos desempregados, o que tem provocado os elevados saldos migratórios negativos.

A repartição do VAB e do emprego pelos diferentes sectores da economia e pelas NUT da região , que já se encontra retratada nas Fig. 6 e 7, traduz-se em diferentes dinâmismos regionais e se compararmos com o VAB das outras regiões NUT II podemos concluir que **o Norte é a região que menos contribui para o VAB nacional do sector terciário**, embora seja evidente uma clara terciarização da economia na região.

Relativamente ao sector secundário, a construção, evidencia-se de modo destacado, seguida da indústria, quer para o VAB regional, quer nacional.

**Existe uma economia de baixa densidade à medida que nos deslocamos das regiões urbanas para as rurais, constituída por micro-empresas e produtos de pequena escala, que poderão ser valorizados ao nível do próprio território.**

Quanto à densidade empresarial, as empresas dos sectores secundário e terciário têm uma densidade de 3,7/km<sup>2</sup> e nas zonas rurais de 1,2/km<sup>2</sup>.

A evolução tem sido positiva, dado que no período 1994-1999 a densidade por km<sup>2</sup> era de 1,1 na Região Norte e 0,4 nas zonas rurais.

No que diz respeito ao volume de negócios no total das empresas, podemos dizer que a construção civil tem um peso de 37,9%, enquanto que os serviços de apoio à população têm o valor mais baixo que é de 1,93%, sendo nas zonas rurais ainda mais baixo.

Na estrutura de negócio das micro empresas, o comércio tem um peso de 51,3%, seguido da indústria com 13,46.

Quanto à sua dimensão, as empresas mais representativas são as pequenas e médias sendo que no na NUT de Alto Trás-os-Montes 75% das empresas têm 1 a 4 pessoas.

De salientar que 52,2% do emprego é na indústria, considerando o total das empresas por sector e que nas zonas rurais é de 61,5%. Quanto às micro empresas o principal empregador é o comércio, com 33%.

O sector dos serviços de apoio à população é o mais baixo empregador, sendo de 6,6% nas micro empresas e de 3,4% no total das empresas.

### 3.3.2 Diversificação da Economia Rural

Relativamente à população agrícola familiar é de salientar que de acordo com o RGA 99 a pluriactividade desta região é significativa, dado que **41% do nº de produtores agrícolas têm menos de 50% de trabalho na exploração e o rendimento do agregado familiar em 61,7% das explorações provem de outras origens exteriores à actividade agrícola.**

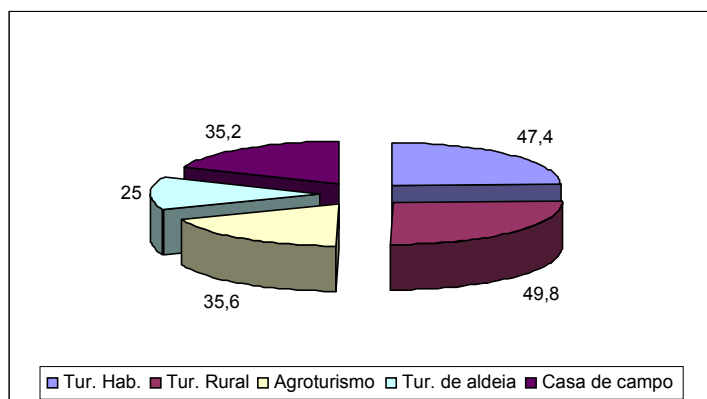
Uma das fontes de rendimento complementar que se deverá implementar passa pela multifuncionalidade das explorações, em que estas deixam de ser um espaço unicamente produtivo no sentido restrito da palavra, para passarem a produzir outros bens numa óptica de complementaridade e das suas funcionalidades.

Só com uma gestão da **multifuncionalidade** adaptada à região, que deverá ter como princípios o desenvolvimento de sistemas produtivos locais e a sua regulação, se contribuirá não só para promover a atractibilidade regional, como para aumentar o rendimento da população rural.

**Na diversificação** da estrutura produtiva regional, **o turismo em espaço rural tem sido uma complementaridade** no rendimento de alguns agregados familiares e continua a apresentar uma oportunidade de expansão. Esta actividade pode traduzir-se num acréscimo competitivo, se todas as potencialidades forem devidamente exploradas.

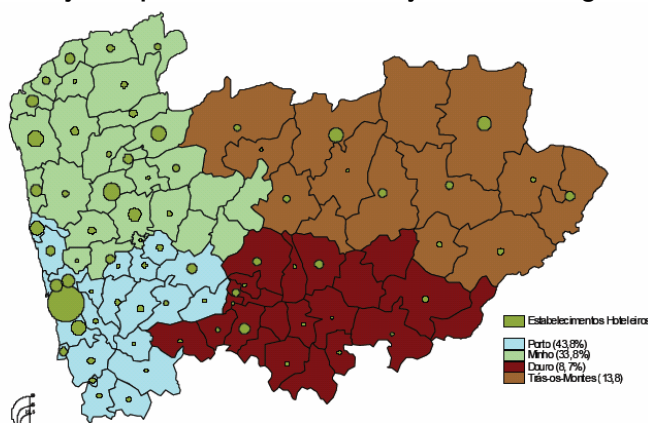
Tendo em conta que as unidades TER (Turismo em espaço rural) têm como denominador comum a natureza e o meio ambiente é importante salientar o peso da Região Norte neste sector de actividade, dado representar 44% do total da oferta nacional.

**Fig.21 Estabelecimentos TER na Região**



De acordo com a base de dados da DGT2004 existiam na Região Norte 4231 camas inseridas em unidades TER variando as taxas de ocupação entre 2,8 em Março e 20,3% em Junho, sendo a taxa média de 9%. Os principais mercados emissores estrangeiros foram a Holanda e o Reino Unido, apresentando o mercado interno a maior taxa.

Fig.22 Distribuição espacial da oferta de alojamento da Região Norte



Fonte: INE 2004

A competitividade regional do turismo em geral, avaliada de acordo com as taxas de ocupação-cama nos estabelecimentos hoteleiros é visível no Quadro 6.

Quadro 12 Capacidade de alojamento geral e taxa de ocupação

Unidade Territorial	Capacidade de alojamento (lugares)	Taxa de ocupação (%)	Estadia média (noites)
Minho e Lima	3269	23,1	1,8
Cávado	4426	28,5	2
Ave	2081	29	1,8
Grande Porto	14387	33,8	1,8
Tâmega	1327	16,9	1,6
Entre Douro e Vouga	831	27,5	1,7
Alto Trás-os-Montes	3580	19,3	1,7
Douro	2283	27,5	1,5

Fonte: INE 2004

Ainda do lado da oferta turística, importa destacar o potencial que a Região do Norte dispõe no domínio do Termalismo. De facto, é na Região do Norte que se situa o maior número de estâncias termais do País (14), tendo-se verificado uma taxa de crescimento de 1.4% no ano de 2004, continuando a apresentar uma grande sazonalidade.

Numa região como o Norte de Portugal onde existem várias potencialidades e especificidades intrínsecas, a valorização do espaço rural com base na **diversificação de actividades no meio rural** tem aumentado. Embora não seja ainda um fenómeno claramente expressivo, continua a constituir uma tendência segura de evolução, onde se destacam além do turismo agro-rural, o artesanato, micro empresas de serviços (contabilidade, gestão, comercialização,...).

Como tendências positivas podemos referir que os recursos humanos das zonas rurais podem representar uma mais valia como potenciais transmissores de cultura e de saber fazer, principalmente os mais envelhecidos, os residentes temporários poderão motivar a criação de emprego local, os jovens deverão constituir um factor decisivo na atracção de investimento produtivo. Os pequenos produtores agrícolas devem ter uma função importante na conservação do património natural.

### 3.3.3 Qualidade de Vida

Dado que a "qualidade de vida" é um conceito muito abrangente iremos concentrar a abordagem em alguns indicadores de ordem económica, social e ambiental.

Quanto ao crescimento económico, ao analisarmos o PIB regional Norte verificamos que em 2004 foi o mais baixo do Continente e que a evolução no período de 2000 a 2004 teve um crescimento de apenas 1%.

O emprego no sector primário na região, representava 12,6% em 2004 e o sector terciário 47%, sendo este o principal sector empregador. Por sua vez o emprego no sector secundário tem vindo a diminuir de 2000 a 2004.

Quanto à evolução do rendimento primário e rendimento disponível das famílias (2000-2003) foi o mais baixo do país 3,5 e 4,1 respectivamente apresentando em 2003 o maior índice de disparidade situando-se em 82% e 85% (INE – Destaque Contas Regionais 2000-2004).

No que se refere aos indicadores na área da saúde, o nº de médicos por 1000 habitantes aproxima-se do Continente com 3,1, no entanto existem disparidades significativas na região, enquanto o Grande Porto tem 6,1 o Tâmega apenas 0,7. O nº de farmácias por 1000 habitantes é inferior à média do continente, enquanto a região tem 1 farmácia por cada 5000 habitantes em média o continente tem 1 por cada 3.300 habitantes (INE 2005),.

Se compararmos o acesso a serviços básicos com o Continente o indicador quer para a Região, quer para as zonas rurais é inferior, sendo respectivamente de 0,18, 0,15 e 0,14.

Quanto à necessidade em infra-estruturas verificamos que a distância ao urbano mais dinâmico é em média de 20 minutos (1997), enquanto que no Continente é apenas de 9 minutos.

Considerando ainda a média da distância entre as freguesias e a sede de concelho de 12 minutos, a Nut Alto Trás-os-montes é a que apresenta a média mais elevada 16,3 minutos, sendo as mais baixas nas Nut Ave e Cávado inferior a 10 minutos.

Nota-se uma grande debilidade dos diferentes tipos de redes de transporte no interior norte, com excessiva dependência do uso dos veículos automóveis privados e insuficiente desenvolvimento da rede ferroviária em toda a região.

**Na região Norte, a percentagem de alojamentos familiares em freguesias rurais servidos por água e por esgotos, em termos médios, é superior a 90% (INE 2007)**

Quanto às novas tecnologias de informação e comunicação verifica-se que 42 % dos agregados familiares possuem computador sendo que 31,3% têm ligação à INTERNET e 19% em Banda Larga, valores inferiores à média nacional (INE – Inquérito à utilização de TIC pelas Famílias, 2006).

De acordo com o trabalho realizado pelo Departamento de Prospectiva e Planeamento sobre Índices de Desenvolvimento para as Regiões Portuguesas -2001, constatou-se que na Região Norte não houve grande variação no período compreendido entre 1991-2001 em relação ao País, no entanto é de salientar que as NUT III com menor índice de desenvolvimento social (IDS) são também

as que apresentaram piores indicadores para o índice de desenvolvimento económico e social (IDES) na região Norte ( Alto Trás-os-Montes, Douro e Tâmega.

Considerando os componentes do índice de desenvolvimento social verifica-se também, que estas regiões possuem o menor índice de conforto (IC), sendo que o menor índice de esperança de vida e de alfabetização se encontram nas NUT Douro e Alto Trás-os-Montes.

Através desta análise podemos considerar que, apesar de ter havido uma variação positiva, as regiões do interior continuam a apresentar indicadores desfavoráveis, que reflectem dinâmicas de desenvolvimento e de crescimento económico mais lentas. ( Quadro 13 ).

**Quadro 13 Índices de Desenvolvimento**

Unidade Territorial	IDS			IDES		
	Índice		%	Índice		
	1991	2001	Variação	1991	2001	Variação
Minho e Lima	0,864	0,903	4,6	0,711	0,764	7,5
Cávado	0,883	0,916	3,8	0,735	0,789	7,4
Ave	0,879	0,918	4,5	0,751	0,800	6,5
Grande Porto	0,901	0,929	3,1	0,803	0,846	5,3
Tâmega	0,847	0,906	7,0	0,686	0,745	8,7
Entre Douro e Vouga	0,891	0,920	3,3	0,758	0,811	6,9
Alto Trás-os-Montes	0,826	0,886	7,2	0,696	0,753	8,1
Douro	0,814	0,880	8,1	0,678	0,743	9,6
<b>Norte</b>	<b>0,874</b>	<b>0,915</b>	<b>4,7</b>	<b>0,746</b>	<b>0,798</b>	<b>7,0</b>
<b>País</b>	<b>0,878</b>	<b>0,915</b>	<b>4,2</b>	<b>0,764</b>	<b>0,823</b>	<b>7,7</b>



### 3.3.4 Economia Rural e Qualidade de Vida – Pontos Fortes e Pontos Fracos

Economia Rural e Qualidade de vida (Domínios)	Pontos Fortes da Região	Pontos Fracos da Região
<b>Economia rural</b> Estrutura da economia rural  Barreiras à criação de oportunidades de emprego alternativo Criação de micro-empresas Turismo rural  Artesanato	Existência de pluriactividade da população agrícola familiar Potencial de crescimento para as fileiras estratégicas Produtos agro-alimentares diversificados  Diminuição do tempo necessário à criação de empresas  Evolução positiva das modalidades de TER  Grande diversidade de artesanato	O peso do sector terciário dependente da administração Nível PIB/capita baixo Envelhecimento e fraca qualificação da população activa Fraca capacidade empresarial Falta de inovação tecnológica e comercial Reduzida atracção de investimento  Dificuldades de cooperação e organização dos vários actores do território  Falta de organização em rede das unidades e sua complementaridade com outras actividades  Ausência de identificação territorial do artesanato, de inovação e de qualificação dos produtos Envelhecimento dos artesãos e dificuldades de transmissão do conhecimento
<b>Serviços nas zonas</b>	Evolução positiva de adesão às TIC nas zonas rurais	Falta de serviços adequados às necessidades da população envelhecida do meio rural
<b>Património cultural e ambiente construído nas aldeias</b>	Existência de património natural e construído	Ausência de marketing cultural Fracca divulgação do património e ausência de integração com outros serviços do meio rural
<b>Potencial humano</b>	Saber tradicional acumulado da população envelhecida	Fracco nível de instrução e qualificação
<b>Capacidade local p/ desenvolvimento</b>	Existência de agentes de desenvolvimento	O poder local mais vocacionado para as infraestruturas do meio rural

## 3.3.5 Indicadores relativos à Economia Rural e Qualidade de Vida

Economia Rural e Qualidade de vida (Domínios)	Indicadores Base (Quadro 10 do PDR)					
	Descrição	Unidades	Ano	Continente	Região Norte	Zonas Rurais Região
Economia rural						
Estrutura da economia rural						
Importância do sector secundário e terciário						
Sector secundário	VAB no sector secundário e terciário (UE - 2002)	milhões euros	2003	107 844	32 068	7 006
Sector terciário	Peso do sector secundário (UE 2002) no total da economia, em termos de VAB	%	2003	26	35,3	35,5
	Peso do sector terciário (UE 2002) no total da economia, em termos de VAB	%	2003	70	62,1	57,4
Rendimento	PIB per capita (Portugal)	(em % da média UE)	2003	72,3		
Produtor	Produtores com actividades remuneradas exteriores à exploração (UE, ano 2003)	%	1999	29,58	61,7(2005)	
População agrícola familiar com actividades remuneradas exteriores à exploração	População agrícola familiar com actividades remuneradas exteriores à exploração	% pop. agrícola familiar	1999	33,7	46,7(2005)	
População agrícola familiar	Peso da população agrícola familiar da exploração no total da população residente	%	2005	11	12	28
	Evolução da população agrícola familiar na exploração	%	1999-2005	-37,60	-38,40	-35,60
Empresas do sector secundário e terciário						
Densidade empresarial						
Situação actual	Empresas de indústria e de serviços	N.º/km2	1999	2,90	3,70	1,20
Evolução	Empresas de indústria e de serviços criadas	N.º/km2	1994-1999	0,70	1,10	0,40
Importância das micro-empresas no emprego	Peso das micro-empresas dos sectores secundário e terciário no total de empresas destes sectores	%	2004	29,80	24,90	30,90
em volume de negócios			2003	16,90	17,70	26,40
Volume de negócios						
Estrutura do volume de negócios do total das empresas por sector						
Indústria			2003	100,0		
Construção Civil			2003	26,8	37,90	48,60
Comércio			2003	8,9	8,75	6,25
Serviços de apoio às emp	Peso de cada sector no total do sector secundário e terciário	%	2003	39,2	37,90	35,59
Serviços de apoio à popula			2003	7,7	4,37	2,55
Outros serviços			2003	2,6	1,93	0,97
			2003	14,8	9,14	6,09
Estrutura do volume de negócios das micro-empresas por sector			2003	100,0		
Indústria			2003	9,7	13,46	13,09
Construção Civil			2003	13,5	11,68	11,94
Comércio	Peso das micro-empresas no total de micro-empresas do sector secundário e terciário	%	2003	49,4	51,30	55,38
Serviços de apoio às emp			2003	12,0	10,83	7,66
Serviços de apoio à popula			2003	5,0	4,48	3,64
Outros serviços			2003	10,4	8,20	8,30

Cont.

Economia Rural e Qualidade de vida (Domínios)	Indicadores Base (Quadro 10 do PDR)					
	Descrição	Unidades	Ano	Continente	Região Norte	Zonas Rurais Região ?
Emprego						
Emprego no sector secundário e terciário	Emprego no sector secundário e terciário (UE - 2002)	milhares de pessoas	2003	4 287	1 513	342
	Evolução do emprego nos sectores secundário e terciário				10,90	20,70
Estrutura do emprego do total das empresas por sector			2004	100,0		
Indústria		%	2004	33,3	52,2	61,5
Construção Civil		%	2004	10,8	8,8	7,1
Comércio		%	2004	21,9	18,5	16,8
Serviços de apoio às empresas		%	2004	11,8	5,5	3,2
Serviços de apoio à população		%	2004	5,3	3,4	2,3
Outros serviços		%	2004	16,9	11,6	9,1
Estrutura do emprego das micro-empresas por sector			2004	100,0		
Indústria	Peso das micro-empresas por sector	%	2004	15,0	21,5	21,1
Construção Civil		%	2004	15,5	15,8	18,5
Comércio		%	2004	33,5	33,0	33,4
Serviços de apoio às empresas		%	2004	12,4	10,6	8,4
Serviços de apoio à população		%	2004	7,5	6,6	6,0
Outros serviços		%	2004	16,1	12,5	12,6
Empresários em nome individual						
Importância dos empresários em nome individual	Número dos empresários em nome individual		2004	760 283	258 185	79 285
Peso dos empresários em nome individual por sector			2004	100,0		
Indústria		%	2004	9,6	13,4	11,7
Construção Civil		%	2004	21,4	16,9	19,9
Comércio		%	2004	39,0	40,5	39,8
Serviços de apoio às empresas		%	2004	7,4	6,6	5,0
Serviços de apoio à população		%	2004	5,9	5,6	5,1
Outros serviços		%	2004	16,7	17,0	18,6
Evolução	Taxa de variação do nº de empresários em nome individual	%	1996-2004	17,5		
Risco associado ao emprego	Taxa de risco					
	Evolução da taxa de risco					

Cont.

Economia Rural e Qualidade de vida (Domínios)	Indicadores Base (Quadro 10 do PDR)					
	Descrição	Unidades	Ano	Continente	Região Norte	Zonas Rurais Região
Barreiras à criação de oportunidades						
Evolução do n.º de empresas	Taxa de variação no período	%	1996-2004	55,0	57,3	90,9
Evolução do n.º de empresas de indústrias e de serviços	Taxa de variação no período	%	1996-2004	58,3	56,6	89,5
Evolução do n.º de micro-empresas	Taxa de variação no período	%	1996-2004	60,4	67,9	101,3
Evolução do n.º micro-empresas por sector de actividade económica						
Indústria	Taxa de variação no período	%	1996-2004	31,7	37,4	55,1
Construção Civil	Taxa de variação no período	%	1996-2004	127,2	146,7	215,6
Comércio	Taxa de variação no período	%	1996-2004	34,1	43,7	68,9
Serviços às empresas	Taxa de variação no período	%	1996-2004	88,4	107,5	162,1
Serviços à população	Taxa de variação no período	%	1996-2005	99,0	119,7	156,4
Outros serviços	Taxa de variação no período	%	1996-2004	64,1	68,9	123,8
Evolução do volume de emprego das empresas	Taxa de variação no período	%	1996-2005	8,1		
Evolução do volume de emprego das empresas de indústria e serviços	Taxa de variação no período	%	1996-2006	4,9	11,7	41,6
Evolução do volume de emprego das micro-empresas	Taxa de variação no período	%	1996-2006	51,0	13,5	41,1
Evolução do volume de emprego das micro-empresas por sector de actividade económica						
Indústria	Taxa de variação no período	%	1996-2004	34,5	42,7	60,5
Construção Civil	Taxa de variação no período	%	1996-2004	138,9	170,2	251,2
Comércio	Taxa de variação no período	%	1996-2004	27,0	34,6	66,2
Serviços às empresas	Taxa de variação no período	%	1996-2004	73	90,4	173,4
Serviços à população	Taxa de variação no período	%	1996-2005	86,4	107,5	163,2
Outros serviços	Taxa de variação no período	%	1996-2004	46,4	46,5	82,8

Cont.

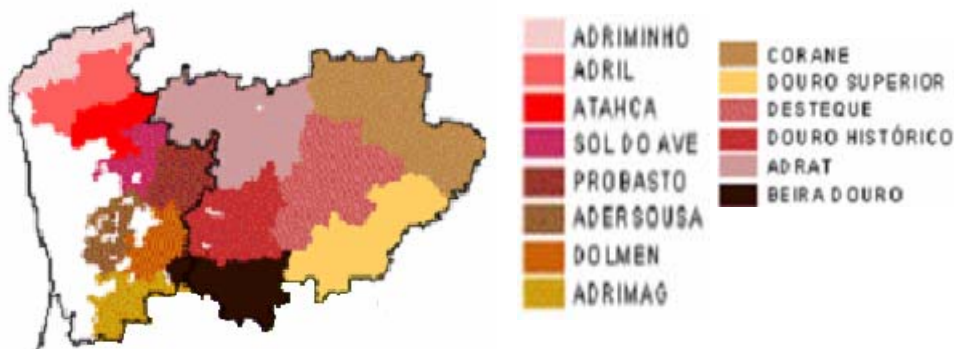
Economia Rural e Qualidade de vida (Domínios)	Indicadores Base (Quadro 10 do PDR)					
	Descrição	Unidades	Ano	Continente	Região Norte	Zonas Rurais Região
<b>Turismo</b>						
Estabelecimentos turísticos	Total de camas (Portugal)	N.º	2004	433 160	32 184	17 797
Turismo em Espaço Rural (TER)						
Importância no sector do Turismo	Peso do nº de unidades empresariais TER no global de unidades de alojamento	%	2004	19,20	27,42	38,92
	Peso do nº de unidades empresariais TER no global de unidades de alojamento sem restauração	%	2004	32,60	43,52	59,07
Crescimento	Taxa de crescimento do número de camas	%	2004-2005	7,39	9,83	n.d
Utilização dos equipamentos	Evolução do número de dormidas	%	2004-2005	6,97	10,34	n.d
Importância no sector do alojamento nas Zonas Rurais						
Situação actual						
Volume de negócios	Peso do volume de negócios TER no alojamento	%	2003	1,50	10,96	30,48
Emprego	Peso do emprego TER no alojamento	%	2004	2,60	12,59	29,76
Evolução						
Volume de negócios	Peso do volume de negócios TER no alojamento	%	1995-2003	604,40	716,43	338,98
Emprego	Peso do emprego TER no alojamento	%	1996-2004	526,80	544,15	303,20
<b>Artesanato</b>						
Unidades Produtivas Artesanais (UPA)	UPA reconhecidas	N.º	2006	844	262	92
	Emprego nas UPA	N.º trabalhadores	2006	1089	342	134
Artesãos	Artesãos reconhecidos	Nº	2006	937	305	109
Distribuição por sexo	Artesãos reconhecidos (H)	%	2006	47	51	39
	Artesãos reconhecidos (M)	%	2006	53	49	61
<b>Serviços nas zonas rurais</b>						
	Índice de desenvolvimento social (IDS)	-	1997	0,88	0,89	0,87
	Índice de conforto	-	1997	0,93	0,92	0,91
	Índice de educação	-	1997	0,89	0,91	0,88
	Índice de esperança de vida	-	1997	0,83	0,82	0,83

Cont.

Economia Rural e Qualidade de vida (Domínios)	Indicadores Base (Quadro 10 do PDR)					
	Descrição	Unidades	Ano	Continente	Região Norte	Zonas Rurais Região
Fornecimento de serviços em zonas rurais						
Nível de fornecimento de serviços básicos	Acesso a serviços Básicos por 100 habitantes					
	Creches	N.º/1000 habitantes	2006	0,18	0,15	0,14
	Lares e Centros de dia			0,36	0,26	0,41
	Farmácias			0,35	0,21	0,22
	Hospitais e Clínicas			0,02	0,02	0,02
	Acesso a serviços Básicos por 100 km <sup>2</sup>					
	Creches	N.º/100 km <sup>2</sup>	2006	2,00	2,62	0,94
	Lares e Centros de dia			3,90	4,53	2,76
	Farmácias			3,90	3,60	1,50
	Hospitais e Clínicas			0,21	0,36	0,11
Acesso aos serviços Internet	Cobertura da internet nas zonas rurais	% de área				
Serviços em linha	População que aderiu ao serviço internet DSL (Portugal)	%	2004	4,1		
Banda larga	Taxa de penetração da banda larga	%	2006	12,9		
Necessidades em Infra-estruturas	Distância ao urbano mais dinâmico, (Territórios rurais)	minutos	1997	9	7	20
Património cultural e ambiente						
Património construído	Imóveis classificados por Km <sup>2</sup> de ST (índice 100 = média Continete)	-	1997	100	146	114
Potencial humano						
Qualificação	Adultos (25-64) com nível educacional médio ou alto (Portugal)	%	2005	25,2		
	População activa com nível educacional superior ao ensino secundário	%	2005	39,0		
Aprendizagem de longa duração						
Situação actual	Adultos (25-64) participando em actividades escolares ou de formação (Portugal)	%	2005	4,1		
Evolução	Evolução da % de adultos (25-64) participando em actividades escolares ou de formação (Portugal)	diferença de %	2002-2005	1,2		
Capacidade local p/ desenvolvimento						
Governança	N.º de GAL			46	14	14
	N.º de ADL			176		
	N.º de Freguesias			4038	2025	1429

### 3.4. LEADER

Existem na região 14 Associações de Desenvolvimento Local, que têm sido responsáveis pela execução dos vários programas LEADER e distribuídas conforme mapa.



Do território da região Norte, 97% foi objecto de intervenção dos Leader e todo o território Rede Natura é abrangido pelos GAL existentes, bem como as restantes zonas desfavorecidas.

Em média têm 77 000 habitantes por território alvo e 52 habitantes por Km<sup>2</sup>

Na actuação dos GAL na execução das Iniciativa Leader, verificou-se pouca sinergia entre os projectos apoiados pelos mesmos e actividades financiadas por outros programas. No que respeita às parcerias houve uma fraca intervenção no processo decisório e de avaliação dos vários parceiros. Dificuldades de envolvimento de outros parceiros exteriores que poderiam ter sido indutores de inovação. ( *Avaliação Intercalar do Leader+*).

Actualmente e de acordo com a classificação do GPP, tendo por base o conceito da OCDE, adaptado á realidade portuguesa, grande parte do território insere-se em zona rural.



Apesar desta delimitação, existem outros espaços que apesar de terem densidades demográficas médias, todos os outros indicadores se enquadram na classificação de rural.

Um dos grandes desafios da nova governação territorial deve passar de uma lógica de repartição de recursos para uma lógica territorial integrada e de projectos sustentáveis.

A articulação entre as políticas sectoriais para o desenvolvimento e os actores locais deve ser uma meta a atingir e deverá conduzir ao surgimento do empreendedorismo propício ao reforço do tecido produtivo dos vários territórios.

Cada território deve dispor de um "capital específico" distinto de outros territórios, e estes não devem ser apenas um conjunto neutro de factores naturais e de dotações humanas, mas devem constituir-se em volta de identidades próprias, dos vários grupos sociais e das novas formas de organização da produção e dos novos desafios.

A política territorial não deve apenas redistribuir recursos existentes, mas despertar o meio para a criação de riquezas, novas iniciativas, novas coordenações, pelo que cada vez mais os actores locais terão que ter um papel mais importante na tomada de decisões de modo a reforçar e perenizar as dinâmicas territoriais.

Assim, numa lógica territorial e com vista a eliminar ou mitigar os pontos fracos, deverão ser fortalecidas as organizações locais de modo a fomentarem e apoiarem estratégias integradas e de grande qualidade para o desenvolvimento rural à escala local. Deve colocar-se ênfase especial no desenvolvimento dos temas aglutinadores e dar-se prioridade para as estratégias que tenham como objectivo apoiar ideias-negócio capazes de dinamizar o território de forma consistente, durável e sustentável.



### 3.4.1 LEADER –Pontos Fortes e Pontos Fracos

LEADER (DOMÍNIOS)	Pontos Fortes da Região	Pontos Fracos da Região
<b>Estratégias ascendentes de desenvolvimento rural integrado 2000-2006</b>		
Território	Território rural coberto com Grupos de Acção Local Existência de património natural e construído Saber tradicional acumulado da população envelhecida	Insuficiente massa crítica Reduzido pensamento estratégico
Parcerias	Existência de algumas parcerias consolidadas Reforço da governança	Fraca participação da sociedade civil nas decisões por ausência de cultura para tal Fraca representatividade dos agentes económicos Peso excessivo de organizações representativas de interesse com questionável representatividade territorial Reduzida interacção com os organismos territoriais
Estratégias	Existência de várias estratégias locais	Estratégias pouco vocacionadas para a inovação

## 3.4.2 Indicadores relativos ao LEADER

LEADER (DOMÍNIOS)	Indicadores Base (Quadro 10 do PDR)					
	Descrição	Unidades	Ano	Continente	Região Norte	Zonas Rurais Região
<b>Estratégias ascendentes de desenvolvimento rural integrado 2000-2006</b>						
<b>Território</b>						
Territórios alvo de LEADER +	Número de Territórios alvo/Grupos de Acção Local (GAL)	Nº	2005	46	14	14
Territórios parcialmente em zona rural	Número de Territórios alvo/Grupos de Acção Local (GAL)	%	2005	46	43	
Territórios integralmente em zona rural	Número de Territórios alvo/Grupos de Acção Local (GAL)	%	2005	54	57	
Área territorial	Peso dos GAL no total da área territorial	%	2005	88	85,1	95,1
População residente	Peso dos GAL no total da População residente	%	2005/2001 (ZR)	34,4	32,2	76,3
	Média da população por território alvo	N.º hab.	2005	65 558	84645	68417
	Densidade demográfica média dos GAL	hab./km2	2005	43	65	54
Distribuição dos territórios alvo dos GAL						
≤ 20 000 habitantes				7	0,0	0,0
> 20 000 a 50 000				22	7,1	21,4
> 50 000 a 100 000	Nº de territórios alvo por classes de população residente	%		52	78,6	78,6
> 100 000 a 150 000				15	7,1	0,0
> 150 000				4	7,1	0,0
Área em Zona desfavorecida	Peso da área desfavorecida dos GAL na área total das Zonas Desfavorecidas	%	2005	97	95	95
	Peso das áreas desfavorecidas na área total alvo de LEADER+		2005	90	98	100
Territórios em Zona Desfavorecida						
Parcialmente	Peso no nº total dos territórios alvo	%	2005	30	21,4	
Integralmente	Peso no nº total dos territórios alvo	%	2005	70	78,6	
Territórios em Zona Natura 2000	Peso da Zona Natura em GAL no total da área Natura 2000	%	2005	93	98,6	98,4
	Peso da Zona Natura 2000 na área total alvo de LEADER+	%	2005	22	22,1	22,7
Territórios que incluem áreas Natura 2000	Peso no nº total dos territórios alvo	%	2005	93	92,9	-

Cont.

LEADER (DOMÍNIOS)	Indicadores Base (Quadro 13 do PDR, continuação)				
	Descrição	Unidade	Ano	Conti- nente	Região Norte
<b>Parcerias</b>					
Estrutura jurídica dos GAL	Peso dos GAL estruturados em associações sem fins lucrativos	%	2005	94	30
Representatividade dos agentes económicos e das associações nos órgãos de decisão dos GAL					
≤ 50 %				6	4
> 50 a 75%	GAL segundo o grau de representatividade dos agentes económicos e das associações	%	2005	63	20
> 75%				31	7
Representatividade das mulheres nos órgãos de decisão dos GAL					
≤ 25 %				2	28
> 25 a 50%	GAL segundo o grau de participação das mulheres	%	2005	4	2
> 50%				94	0
<b>Estratégias</b>					
Orientação estratégica prioritária dos Planos de Desenvolvimento Local					
Utilização de novas tecnologias e de novas competências				4	2
Melhoria da qualidade de vida				37	11
Valorização dos produtos locais	GAL segundo a orientação estratégica prioritária no total de GAL	%	2005	21	4
Valorização dos recursos naturais e culturais				19	13
Outros				19	0

## 4. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

No seguimento do diagnóstico e com base nos indicadores caracterizadores da região ao nível dos vários sectores, é possível constatar que a Região Norte tem desempenhos distintos em matéria de competitividade em geral e de coesão em particular. Uma análise cuidada indica-nos que as NUT do interior rural (Douro, Alto Trás-os-Montes, Minho e Lima e Tâmega) apresentam indicadores de competitividade e sociais que se afastam das outras regiões. Assim a estratégia a desenvolver terá que ter em conta esta situação e deverá ser mobilizadora, conducente a uma região mais desenvolvida e de maior coesão, com uma economia dinâmica, diversificada e competitiva, impulsionada pelos clusters estratégicos, complementada pelo desenvolvimento sustentável de outras actividades, e serviços agro-rurais, e suportada por recursos humanos valorizados, com mais competências, e assegurando mais oportunidades de emprego e preservação dos valores ambientais.

### 4.1 A VISÃO DA REGIÃO

**Uma agricultura competitiva, um meio rural sustentável, uma região com Norte**

### 4.2 PRESSUPOSTOS DAS LINHAS ESTRATÉGICAS

As palavras-chave do futuro são, sem dúvida, **sustentabilidade e competitividade**. É através de um reforço da sustentabilidade, e competitividade que a Região Norte garantirá a sua afirmação económica numa sociedade cada vez mais globalizada e concorrencial, assegurando ao mesmo tempo a criação de riqueza, preservando o ambiente e garantindo a coesão social.

Este reforço da competitividade e da sustentabilidade terá necessariamente que se ancorar no domínio e/ou acesso ao conhecimento e informação que for sendo produzida a nível mundial, para ser incorporada nos processos produtivos e organizativos regionais e passar, designadamente, por:

- desenvolvimento de novas práticas de organização e cooperação
- reforço das cadeias de valor e da competitividade das fileiras
- valorização estratégica do papel do consumo de bens diferenciados e de qualidade com o estabelecimento de novas formas de comercialização e marketing
- diversificação de actividades e serviços
- atracção e valorização dos recursos humanos
- criação de um sistema ambiental sustentável

Estes são pois os **pressupostos** que sustentam a estratégia a desenvolver nos próximos anos.

### 4.3 OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Assim, foram delineados **4 objectivos estratégicos e 12 objectivos específicos** onde se inserem os vários domínios prioritários a desenvolver.

#### Promover a criação de riqueza e de emprego e o desenvolvimento empresarial.

- Promover unidades de produção agrícolas e florestais modernizadas e transmissíveis
- Induzir sinergias entre empresas, instituições de ensino e I&D
- Promover práticas empresariais inovadoras, alargando e qualificando os produtos de especialização da região.
- Potenciar as oportunidades de mercado, da logística e do marketing
- Mobilização do conhecimento, das tecnologia

#### Organizar e consolidar as actividades agrícolas e florestais

- Promover o aparecimento de parcerias público-privadas e público-público.
- Estruturar as actividades económicas, para a obtenção de dimensão, com vista à internacionalização.
- Promover acções de cooperação inter-regional e transfronteiriças.

#### Promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida nas Zonas Rurais

- Promover a conservação da biodiversidade e protecção e difusão dos sistemas agro-florestais de alto valor natural
- Desenvolver a atractividade da região na sua diversidade
- Valorizar o património rural
- Desenvolver actividades económicas que favoreçam novas oportunidades de emprego

#### Promover a valorização e qualificação do trabalho e o desenvolvimento de competências

Estes **objectivos da estratégia** deverão ser orientadores do programa de desenvolvimento rural e têm na sua maioria um carácter transversal, contribuindo de forma simultânea para a concretização da visão definida para a Região Norte.

## OBJECTIVOS DA ESTRATÉGIA



## 4.4 DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO

O diagnóstico elaborado é suficientemente explícito quanto à necessidade de melhorar o desempenho socio-económico da região, seja por via da renovação das actividades tradicionais/consolidadas (aumentando a sua presença nas respectivas cadeias de valor), seja por via da diversificação do perfil de especialização produtiva em torno de actividades mais intensivas. Dado que grande parte dos ecossistemas e das espécies existentes na região dependem da manutenção de sistemas de agricultura de elevado valor natural, é fundamental promover o seu conhecimento, reconhecimento e a sua valorização, bem como promover o uso racional da água e o seu reconhecimento como um bem.

Por uma questão de mais clareza abordam-se de forma sistematizada os **domínios específicos prioritários** que dão sustentabilidade aos objectivos estratégicos.

### 4.4.1 Organização e Cooperação

A reestruturação do tecido produtivo regional passa obrigatoriamente por novas formas organizativas das empresas de menor dimensão, predominantes a nível regional.

Deste modo, a organização e cooperação têm por objectivo congregar um conjunto alargado de actores em torno de candidaturas comuns, que incentivem a "clusterização" dos agentes económicos, a obtenção de economias de escala e, logo, o reforço da competitividade dos sectores/territórios.

A **associação da produção de qualidade e sua certificação** facilitará a comercialização dos produtos agro-alimentares, pois a qualidade está directamente ligada à segurança alimentar, à traçabilidade e às boas práticas agrícolas e ambientais.

Sendo que a **cooperação empresarial** visa o desenvolvimento das empresas em diversos domínios, apenas deverão ser apoiados projectos de investimento que em cooperação visem a concepção e desenvolvimento de produtos, a logística, a comercialização ou distribuição.

### 4.4.2 Conhecimento

O reforço da capacidade de produção de conhecimento, bem como o estabelecimento de redes e interfaces para facilitar a endogeneização, pelo tecido empresarial, dos resultados da investigação regional, nacional e mundial será fundamental no futuro próximo.

Para a promoção da **transferência de conhecimento** podemos referir a existência de 3 modos eficazes:

1. Por intermédio de projectos de colaboração entre Serviços, Institutos e Universidade da região com os empresários locais;
2. Pela mobilidade de pessoal dos mesmos para as empresas locais;
3. Pela criação de pequenas empresas de base tecnológica e com recursos humanos qualificados.

Os empresários devem aprender a renunciar à mentalidade individualista e passarem a estar conscientes que a sua integração numa estrutura organizativa lhes permitirá diminuir os custos, vender em melhores condições por haver maior capacidade negocial e ter acesso a um maior número de serviços.

#### 4.4.3 Inovação

A maioria das empresas regionais é de pequena e média dimensão, sendo muitas delas micro-empresas.

Devido à sua maior flexibilidade, estas empresas podem ser altamente eficientes quanto à aquisição e actualização de tecnologia e determinantes para o crescimento do mercado de exportação, mas necessitam de assistência, aconselhamento e orientação para a concretização desses propósitos.

A definição de uma estratégia com esse objectivo deverá centrar-se na introdução da inovação, no acréscimo de produtividade, no conhecimento das melhores práticas e num maior envolvimento com os demais parceiros de cada sector.

Para a revitalização dos espaços de exploração rural é necessário criar interacções com as indústrias, para que o **estabelecimento de uma articulação indústria/produção, indústria/conhecimento** permita fomentar a competitividade e a ligação das actividades da agricultura e da indústria ao território que ocupam.

Embora a ligação à indústria e à investigação não possa ser considerada factor único para o desenvolvimento rural da região, terá de constituir a estratégia primária para que os novos produtos/novas tecnologias sirvam de motor impulsionador à agricultura dita mais tradicional e que gerem mecanismos indutores do associativismo entre produtores e do estabelecimento de redes de troca de experiências de sucesso.

#### 4.4.4 Externalização

A estratégia a adoptar para o sector da agricultura em geral e para os produtos regionais em particular deverá assegurar as condições para que as empresas de pequena dimensão consigam encontrar soluções economicamente viáveis, tendo por suporte uma **análise de mercado dos produtos** provenientes do sector.

O sucesso de qualquer actividade económica depende do seu desempenho no mercado, sendo que a maioria dos produtores ainda não se deram conta dos anseios da classe consumidora e das tendências da comercialização.

Várias mudanças estão a ocorrer onde o enfoque comercial mudou, para poder dar sustentação económica ao negócio agrícola. Para isso é necessário que se reconheça a procura, que seja estimulada pela promoção e venda e se atinja a satisfação.



Se antes o foco da comercialização era o produto, hoje é o consumidor. O meio para se atingir o consumidor centra-se no marketing e o objectivo que antes era o de influenciar os consumidores, hoje é o de servir e/ou encantar estes consumidores com um produto desejado por ele e que lhe ofereça garantia de qualidade.

As estratégias de comercialização devem ser desenhadas após profunda análise dos conceitos da empresa, objectivos futuros, forma de produção e/ou serviço e produtos que venham a ser comercializados e as **estratégias de marketing** deverão ser estipuladas a partir das possibilidades de investimento em publicidade e pontos de venda (físicos e virtuais) de cada empresa.

Para que os clusters estratégicos possam valorizar-se e serem promotores de riqueza e emprego deverão:

- Aumentar a escala das empresas para as tornar competitivas no mercado.
- Promover a organização de circuitos de comercialização em conjunto
- Providenciar formação especializada nestas áreas
- Formar e informar o consumidor para o produto

#### 4.4.5 Formação e Qualificação

Fortalecer e diferenciar o capital humano, no sentido de aumentar o leque de oportunidades individuais e colectivas, deve ser uma aposta a prosseguir. Os níveis superiores de educação e formação, sobretudo na ciência e tecnologia e a melhoria das qualificações da população são condições essenciais para potenciar a capacidade de inovação, gestão e modernização produtiva regional, devendo por isso a formação garantir a inserção qualificada no mundo do trabalho, elevar os níveis de qualificação da população activa, o desenvolvimento de competências para a modernização económica e empresarial e a adaptabilidade dos trabalhadores.

A concretização do objectivo estratégico proposto deverá passar por:

- Melhorar as competências dos jovens valorizando as competências básicas e tecnológicas
- Melhorar as qualificações dos adultos de modo a haver um maior dinamismo e inovação empresarial
- Reconversão de profissionais para actividades de especialização
- Gestão e aperfeiçoamento profissional
- Melhorar a qualidade de prestação de serviços tendo em vista a competitividade da oferta

#### 4.4.6 Gestão Ambiental

Conforme foi patente no diagnóstico efectuado, as características climáticas e geográficas do norte tornam parte da região fortemente vulnerável às alterações climáticas. Por isso, devem ser perspectivadas medidas de minimização dos efeitos dessas alterações, mediante uma abordagem pró-activa e não somente reactiva perante os riscos naturais.

A gestão de recursos hídricos constitui um aspecto essencial no desenvolvimento económico e social de uma região com características climáticas e geográficas muito particulares: ocorrência de longos períodos de escassez e presença de redes hidrográficas importantes. A dicotomia escassez / abundância de água é um dos traços marcantes da região, sendo este o recurso, porventura, mais determinante para o futuro e com repercussões ambientais e económicas importantes (fileira agro-alimentar, turismo, energia,...).

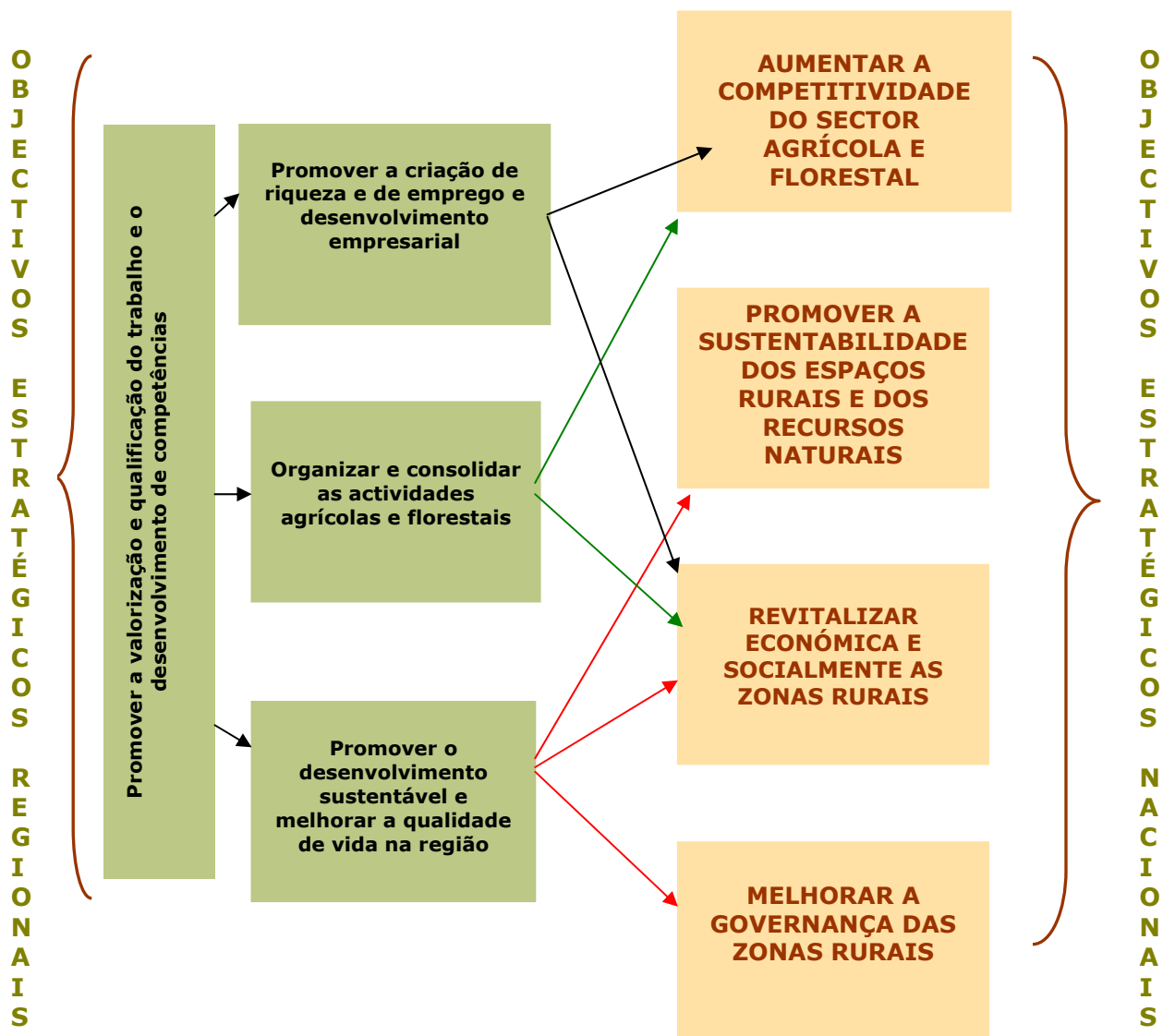
Promover uma "gestão activa" das áreas ITI; promover o aumento das áreas em modo de produção compatíveis com o ambiente, promover a conservação e reabilitação ecológica da rede hidrográfica (em especial, nos troços com maior importância ambiental); e criar um sistema de fruição pública/turística de áreas importantes sob o ponto de vista paisagístico e de biodiversidade, são acções que devem ser privilegiadas, de modo a valorizar o território.

Relativamente à fruição pública/turística, importa dotar esses espaços de condições de visita adequadas aos vários segmentos (turistas, especialistas, grupos escolares, público em geral), de modo a proporcionar um serviço de elevada qualidade aos visitantes, promover eficazmente o turismo de natureza, e valorizar o património natural da região

Nesta perspectiva a aposta regional deverá passar por:

- Promover políticas de informação e de educação ambiental
- Garantir a existência de infra estruturas ambientais
- Promover a existência de modos de produção compatíveis com o ambiente
- Promover as boas práticas agrícolas e ambientais
- Promover a preservação e valorização dos recursos naturais e ambientais
- Intensificar a investigação conducente à redução dos efeitos poluentes das fontes energéticas consolidadas.

#### 4.5 ARTICULAÇÃO DA ESTRATÉGIA REGIONAL COM OS OBJECTIVOS DO FEADER



A optimização do uso dos recursos disponíveis pressupõem uma grande articulação e coordenação a nível estratégico e operacional com os vários instrumentos financeiros comunitários dos Programas Operacionais existentes.

Assim, relativamente à **formação e qualificação profissional** a complementaridade com o FEADER é feita através do Programa Operacional do Potencial Humano, por intermédio do **Fundo Social Europeu**.

Os financiamentos relativos à dotação em **bens e serviços públicos** são enquadrados nas elegibilidades do **FEDER**.

O financiamento de intervenções **fora das explorações agrícolas e piscatórias** é enquadrável no **FEDER**.

No domínio da **preservação e valorização ambiental** a complementaridade é feita através do **Programa Operacional Temático Valorização do Território** por intermédio do **FEDER**.

## 4.5.1 A Estratégia escolhida face às necessidades e ao potencial de desenvolvimento rural

OBJECTIVOS Nacionais e do FEADER	OBJECTIVOS PRINCIPAIS PEN	DOMÍNIOS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	NECESSIDADES DA REGIÃO	POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DA REGIÃO NORTE	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS REGIONAIS
Aumentar a Competitividade do Sector Agrícola e Florestal	Aumentar o conhecimento e melhorar o potencial humano	DESEMPENHO DOS SECTORES AGRÍCOLA, AGRO-ALIMENTAR E FLORESTAL	Melhorar a formação profissional e desenvolver serviços capacitando os activos para o desempenho da actividade	Orientar a produção para o mercado	Potencial de desenvolvimento para as fileiras estratégicas	PROMOVER A CRIAÇÃO DE RIQUEZA E DE EMPREGO E O DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL
				Articulação entre os diferentes agentes das fileiras	Existência de recursos endógenos para a produção de produtos de qualidade	
				Aumentar a oferta de produtos de qualidade	Procura crescente de produtos diferenciados	
				Reestruturação e modernização das exploração		
				Aumentar a instalação de jovens agricultores		
	Promover a inovação		Desenvolver novos produtos, processos e tecnologias através da cooperação	Criar serviços de aconselhamento às empresas		
				Aumentar a capacidade de armazenagem da água		
				Melhorar a eficiência de rega		
				Incentivar a cooperação entre empresas		
				Incorporar inovação nos processos produtivos		
	Reestruturar e desenvolver o potencial físico	Melhorar a competitividade das fileiras estratégicas	Aumentar a interligação entre o conhecimento científico e tecnológico e as empresas			
			Investimento na inovação tecnológica e comercial			
			Modernização da gestão empresarial e dos processos produtivos	Condições para a produção de energias renováveis		
			Melhoria da gestão dos espaços florestais e dos recursos associados	Floresta com potencialidades para amultifuncionalidade		
			Aumentar o nível técnico dos empresários	Utilização crescente do uso das TIC		
Melhorar a competitividade das empresas do sector agro-florestal		Sistemas financeiros adaptados ao sector				
		Fortalecer o dinamismo e cooperação empresarial	Novas formas organizativas de negócio, marketing, centradas em estratégias colectivas			
		Desenvolver as infra-estruturas agrícolas e florestais	Aumentar a capacidade de armazenagem da água			
			Inovação tecnológica dos produtos orientada para o mercado	Instalação de centros tecnológicos		
			Organização e concentração da produção	Localização geo-estratégica favorável a mercados europeus		
Melhorar a qualidade da produção e dos produtos agrícolas	Valorizar os produtos de qualidade					

Cont.

OBJECTIVOS Nacionais e do FEADER	OBJECTIVOS PRINCIPAIS PEN	DOMÍNIOS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	NECESSIDADES DA REGIÃO	POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DA	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS REGIONAIS
<b>Promover a Sustentabilidade dos Espaços Rurais e dos Recursos Naturais</b>	Proteger valores ambientais e paisagísticos em zonas agrícolas e florestais da Rede NATURA e outras	<b>AMBIENTE E GESTÃO DO ESPAÇO RURAL</b>	Promover a protecção da biodiversidade e de sistemas de alto valor natural e paisagístico associados aos sistemas agrícolas e florestais.	Compensação dos produtores por desvantagens naturais Compensação para comportamentos ambientais com efeitos positivos para a região Compensação para a preservação de valores naturais e paisagísticos	Existência de recursos endógenos Douro - Património da Humanidade	<b>PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA NAS ZONAS RURAIS</b>
	Proteger os recursos hídricos e o solo		Incentivar a introdução ou manutenção de modos de produção compatíveis com a protecção de valores ambientais e dos recursos hídricos e do solo no âmbito da actividade agrícola e florestal.	Aumento da área de modos de produção, biológica e produção integrada Estímulo ao uso eficiente da água Diminuição dos riscos de incêndio	Valorização da sustentabilidade dos recursos naturais	
	Contribuir para a atenuação das alterações climáticas		Melhorar a sustentabilidade dos povoamentos florestais.	Diminuição do recurso às energias convencionais	Possibilidades de contribuir para o cumprimento dos acordos de Quioto	
	Contribuir para o uso continuado e sustentável das terras agrícolas em zonas desfavorecidas		Promover a eco-eficiência e reduzir a poluição.	Correcção de problemas de natureza ambiental de efluentes, nomeadamente de lagares, queijarias e produção pecuária Diminuição do recurso às energias convencionais	Condições para a produção de energias renováveis	
			Preservar a actividade agrícola em zonas desfavorecidas.	Compensação dos produtores por desvantagens naturais	Floresta com potencialidades para a multifuncionalidade	

Cont.

OBJECTIVOS Nacionais e do FEADER	OBJECTIVOS PRINCIPAIS PEN	DOMÍNIOS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	NECESSIDADES DA REGIÃO	POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DA	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS REGIONAIS
<b>Revitalizar Económica e Socialmente as Zonas Rurais</b>	<p>Diversificar a economia rural</p> <p>Melhorar a qualidade de vida nas zonas</p> <p>Desenvolver competências nas zonas rurais</p>	<b>ECONOMIA RURAL E QUALIDADE DE VIDA</b>	<p>Promover a melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais.</p> <p>Desenvolver competências nas zonas rurais (*).</p>	<p>Crescimento do emprego dos sectores secundário e terciário</p> <p>Criação de novas empresas, nomeadamente nas agro indústrias</p> <p>Dinamização do mercado dos produtos locais</p> <p>Criação de uma rede de unidades TER que integre as potencialidades locais</p> <p>Adaptação dos serviços básicos para a 3ª idade</p> <p>Refuncionalização do património construído</p> <p>Aumento do nível de competências da população activa</p> <p>Maior coordenação entre os principais actores com intervenção no território</p>	<p>Produção de outros bens e serviços nas explorações</p> <p>Produtos agro alimentares diferenciados</p> <p>Grande diversidade de artesanato e da gastronomia regional</p> <p>Importante património natural classificado</p> <p>Oferta de espaços de descanso e de lazer</p>	PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA NAS ZONAS RURAIS
<b>Melhorar a governança das zonas rurais</b>	<p>Valorizar o potencial de desenvolvimento local</p> <p>Melhorar a governança local</p>	<b>ESTRATÉGIAS ASCENDENTES DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO (Abordagem LEADER)</b>	<p>Promover a cooperação e as boas práticas.</p> <p>Aumentar a capacidade de execução da abordagem LEADER.</p>	<p>Maior envolvimento de todos os parceiros no processo de desenvolvimento local</p> <p>Qualificação dos actores de desenvolvimento</p> <p>Articulação do PDL com outros instrumentos de política</p> <p>Melhoria da qualidade dos PDL</p>	<p>Motivação para o desenvolvimento de iniciativas locais</p> <p>Motivação dos parceiros económicos e sociais para o desenvolvimento local</p>	PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA NAS ZONAS RURAIS
* Necessidade a suprir essencialmente através do recurso ao Fundo Social Europeu						

## 5. OPERACIONALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA

Para o efeito, devem ser concertadas duas **formas de actuação** distintas, mas complementares e transversalmente apoiadas na qualificação dos recursos humanos.

- Uma centrada nas fileiras estratégicas de modo a introduzir uma dimensão nos investimentos com vista à dinamização da actividade económica e seu rejuvenescimento.
- Outra centrada na valorização ambiental e patrimonial, na diversificação económica e na valorização das estruturas existentes, de modo a potenciar uma integração efectiva em toda a cadeia de valor



**Qualificação dos recursos humanos, priorizando áreas de formação que concorram para o desenvolvimento dos sectores económicos considerados estratégicos e para a valorização do património.**

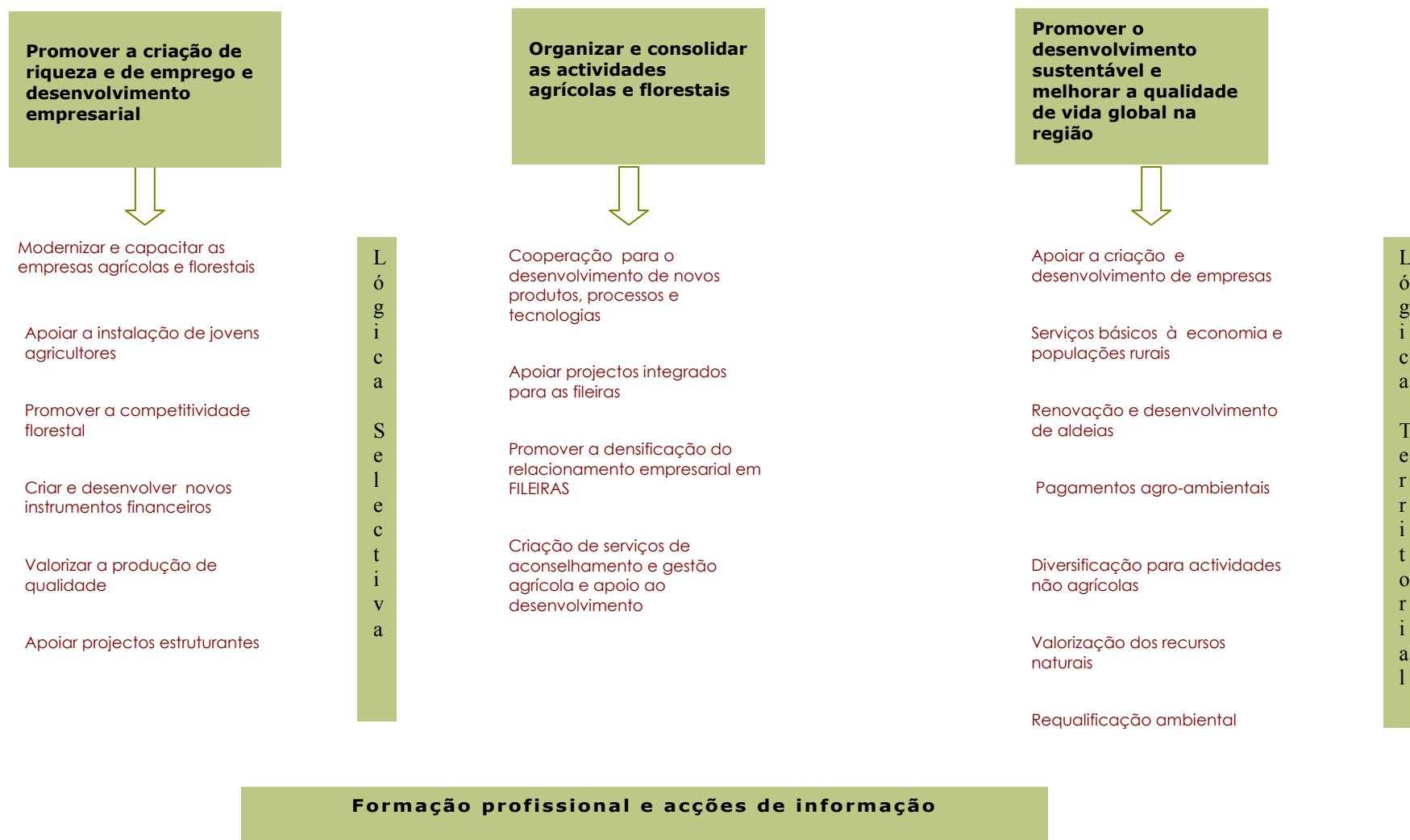
A construção de um futuro melhor para o sector agrário passa necessariamente pela consolidação e conquista de "espaços de competitividade". Esta expressão significa acesso competitivo aos mercados nacional e internacional. O facto de já existir dinâmica em alguns sectores, como **Leite, Raças Autóctones, Vinha e Vinho, Azeite e Azeitona de Mesa, Frutos Secos ( Amêndoa e Castanha), Frutos Frescos (Maçã, Cereja e Kiwi), cortiça, e madeiras**, impõem-se desafios no sentido de criar condições mais competitivas e maior internacionalização.

Por outro lado, também os outros sectores de actividade deverão apostar na conquista e consolidação do mercado nacional. Para isso, é importante que as estratégias e acções tenham como finalidade a produção de produtos de maior valor acrescentado, ampliando assim o **aumento de riqueza e emprego** e proporcionando sustentabilidade ao território.

Estão nessa linha produtos tradicionais, compatíveis com a pequena produção e que carregam um conteúdo cultural e aderência às características do local que os produzem, as actividades alternativas e emergentes a conservação dos valores naturais e paisagísticos associados ao espaço rural, a valorização das externalidades positivas criadas pelos sistemas agro-florestais, e o desenvolvimento da atractividade das zonas rurais.

A competitividade e sustentabilidade da Região Norte estão também muito dependentes da capacidade de envolver plenamente todos os espaços sub-regionais no processo de desenvolvimento, valorizando as suas potencialidades próprias, bem como todos os actores, sempre apoiada em domínios prioritários com carácter pluri-sectorial.

## 5.1 Quadro da operacionalização da estratégia





## 5.2 A estratégia escolhida e as medidas propostas

OBJECTIVOS Nacionais e do FEADER	OBJECTIVOS PRINCIPAIS PEN	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS PDR	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS REGIONAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS OPERACIONAIS	MEDIDAS
Aumentar a Competitividade do Sector Agrícola e Florestal	Aumentar o conhecimento e melhorar o potencial humano	Melhorar a formação profissional e desenvolver serviços capacitando os activos para o desempenho da actividade	PROMOVER A CRIAÇÃO DE RIQUEZA E DE EMPREGO E O DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL	- Promover unidades de produção agrícolas e florestais modernizadas e transmissíveis	4.3 - Serviços de Apoio ao desenvolvimento
				- Induzir sinergias entre empresas instituições de ensino e I&D	4.2 - Informação e Formação especializada
	Promover a inovação	Desenvolver novos produtos, processos e tecnologias através da cooperação		- Promover práticas empresariais inovadoras, alargando e qualificando os produtos de especialização da região	4.1 Cooperação para a inovação
				- Potenciar as oportunidades de mercado e da mobilização do conhecimento, da tecnologia e das competências	
	Reestruturar e desenvolver o potencial físico	Melhorar a competitividade das fileiras estratégicas	ORGANIZAR E CONSOLIDAR AS ACTIVIDADES AGRÍCOLAS E FLORESTAIS	- Promover o aparecimento de parcerias público-privadas e público-público	1.1 Inovação e Desenvolvimento empresarial
		Melhorar a competitividade das empresas do sector agro-florestal		- Estruturar as actividades económicas para a obtenção de dimensão, com vista à internacionalização	1.2 Cooperação empresarial para o mercado e internacionalização
	Melhorar a qualidade da produção e dos produtos agrícolas	Desenvolver as infra-estruturas agrícolas e florestais		- Promover acções de cooperação inter-regional e transfronteiriças	1.3 Promoção da competitividade florestal
		Valorizar os produtos de qualidade		Desenvolver as infra-estruturas agrícolas e florestais	1.5 Instrumentos financeiros e de gestão de riscos e de crises
				Valorizar os produtos de qualidade	1.6 Regadios e outras infra- estruturas colectivas
					1.4 Valorização da produção de qualidade

Cont.

OBJECTIVOS Nacionais e do FEADER	OBJECTIVOS PRINCIPAIS PEN	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS PDR	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS REGIONAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS OPERACIONAIS	MEDIDAS
Promover a Sustentabilidade dos Espaços Rurais e dos Recursos Naturais	Proteger valores ambientais e paisagísticos em zonas agrícolas e florestais da Rede NATURA e outras	Promover a protecção da biodiversidade e de sistemas de alto valor natural e paisagístico associados aos sistemas agrícolas e florestais.	PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA NAS ZONAS RURAIS	- Promover o aparecimento de parcerias público-privadas e público-público	2.4 Intervenções Territoriais Integradas
	Proteger os recursos hídricos e o solo	Incentivar a introdução ou manutenção de modos de produção compatíveis com a protecção de valores ambientais e dos recursos hídricos e do solo no âmbito da actividade agrícola e florestal.		- Estruturar as actividades económicas para a obtenção de dimensão, com vista à internacionalização	2.2 valorização de modos de produção
		Melhorar a sustentabilidade dos povoamentos florestais.		- Promover acções de cooperação inter-regional e transfronteiriças	
	Contribuir para a atenuação das alterações climáticas			Melhorar a sustentabilidade dos povoamentos florestais.	2.3 Gestão do espaço florestal e agro-florestal
	Contribuir para o uso continuado e sustentável das terras agrícolas em zonas desfavorecidas	Preservar a actividade agrícola em zonas desfavorecidas.		Preservar a actividade agrícola em zonas desfavorecidas.	2.1 Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas

Cont.

OBJECTIVOS Nacionais e do FEADER	OBJECTIVOS PRINCIPAIS PEN	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS PDR	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS REGIONAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS OPERACIONAIS	MEDIDAS
<b>Revitalizar Económica e Socialmente as Zonas Rurais</b>	<p>Diversificar a economia rural</p> <p>Melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais</p>	Promover a melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais.	PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA NAS ZONAS RURAIS	<p>- Desenvolver a atractibilidade da região</p> <p>- Desenvolver actividades económicas que favoreçam o emprego</p> <p>- Promover uma gestão florestal durável e multifuncional</p> <p>- Valorizar o património rural</p> <p>- Dar continuidade ao investimento no capital humano</p>	<p>3.1 Diversificação da economia e criação de emprego</p> <p>3.2 Melhoria da qualidade de vida</p>
<b>Melhorar a governança das zonas rurais</b>	<p>Valorizar o potencial de desenvolvimento local</p> <p>Desenvolver competências nas zonas rurais (*)</p> <p>Melhorar a governança local</p>	<p>Promover a cooperação e as boas práticas.</p> <p>Desenvolver competências nas zonas rurais (*).</p> <p>Aumentar a capacidade de execução da abordagem LEADER.</p>		<p>- Promover a cooperação entre os agentes locais</p> <p>- Dar continuidade ao investimento no capital humano</p> <p>- Promover a capacidade de execução da abordagem LEADER</p>	<p>3.3 Implementação de estratégias de desenvolvimento local</p> <p>3.4 Cooperação LEADER para o desenvolvimento</p> <p>3.5 Funcionamento dos GAL , aquisição de competências e animação</p> <p>3.5 Funcionamento dos GAL , aquisição de competências e animação</p>

## 6. CENÁRIO DESEJÁVEL EM 2013



cenário desejável reflecte uma ambição, mas também a possibilidade de vê-lo realizado nos próximos anos e vai ao encontro das potencialidades da Região Norte, do Plano Estratégico Nacional e do Programa de Desenvolvimento Rural.

Ele deve funcionar como um ponto de chegada, uma "imagem objectivo".

Assim, esperamos que seja efectivamente possível, operacionalizando esta estratégia, conseguir-se:

- **O fortalecimento e consolidação das excelências existentes**
- **A valorização dos produtos produzidos**
- **A inserção das produções em novos mercados**
- **A diminuição das áreas em abandono**
- **A redução da dependência energética pela utilização de energias alternativas**
- **A valorização dos recursos hídricos e a melhoria das infra-estruturas**
- **Equilíbrio ambiental**
- **A melhoria de qualidade de vida rural**
- **A diminuição da desigualdade regional do território**

## 6.1 Objectivos específicos, indicadores de base associados e metas definidas no PEN e metas da região Norte

### Eixo I

Objectivo Específico	Indicadores de base orientados para objectivos a considerar
. Melhorar a formação profissional e desenvolver serviços capacitando os activos para o desempenho da actividade	<b>4, 6, 14</b>
. Rejuvenescer o tecido empresarial	<b>5, 6, 9</b>
. Desenvolver novos produtos, processos e tecnologias através da cooperação	<b>9, 13</b>
. Melhorar a competitividade das fileiras estratégicas	<b>6, 7, 9, 10, 11, 13, 14, 15, A)</b>
. Melhorar a competitividade das empresas do sector agro-florestal	<b>6, 7, 9, 10, 11, 13, 14, 15, A)</b>
. Desenvolver as infra-estruturas agrícolas e florestais	<b>9, B)</b>
. Valorizar os produtos alimentares de qualidade	<b>9</b>

Indicadores de base orientados para objectivos do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação e nacionais	Unidades	Portugal		Meta* 2013
		Ano referência	Valor	
<b>4</b> Formação e ensino na agricultura (Agricultores com formação básica e completa na agricultura)	%	2003	8,5	12,5
<b>5</b> Estrutura etária na agricultura (empresários agrícolas com < 35 anos/empresários agrícolas > 55 anos)	%	2003	3,8	5,0
<b>6</b> Produtividade do trabalho na agricultura (VABpb agrícola/UTA)	euro/UTA	média 2002-2004	7 287	7 700
<b>7</b> FBCF na agricultura	milhões euro	2003	818	971,5
<b>9</b> VAB do sector primário	milhões euro	2003	3 410	5 052
<b>10</b> Produtividade do trabalho nas Indústrias alimentares, das Bebidas e do Tabaco	euro/empregado	2003	23 462	23,6
<b>11</b> FBCF nas Indústrias alimentares, das Bebidas e do Tabaco	milhões euro	2002	872	879
<b>13</b> VAB das Indústrias alimentares, das Bebidas e do Tabaco	milhões euro	2003	3 836	3 857
<b>14</b> Produtividade do trabalho da Silvicultura (VAB Silvicultura/nº empregados Silvicultura)	euro/empregado	2004	43 650	46 900
<b>15</b> FBCF na Silvicultura	milhões euro	2002	53	72
<b>A)</b> Balança Comercial do CAF	milhões euro	média 2000-2004	-1 546	0,5
<b>B)</b> Produtividade da terra (VABagrícola/SAU)	euro/ha	2003	897	690

Cont.

## Eixo II

Objectivo Específico	Indicadores de base orientados para objectivos a considerar
. Proteger a biodiversidade e sistemas de alto valor natural e paisagístico associados aos sistemas agrícolas e florestais	<b>17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26</b>
. Incentivar modos de produção sustentáveis no âmbito da actividade agrícola e florestal	<b>17, 18, 20, 21, 24, 25, 26</b>
. Melhorar a sustentabilidade dos povoamentos florestais	<b>?</b>
. Promover a eco-eficiência e reduzir a poluição	<b>?</b>
. Preservar a actividade agrícola em zonas desfavorecidas	<b>17, 18</b>

Indicadores de base orientados para objectivos do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação e nacionais		Portugal			Região Norte		
	Unidades	Ano referência	Valor	Meta* 2013	Ano referência	Valor	Meta* 2013
17 Biodiversidade: População de aves comuns de zonas agrícolas (tendências no indicador dos pássaros comuns de zonas agrícolas)	-		a calcular	Manutenção aos níveis de 2004		a calcular	
18 Biodiversidade: Áreas agrícolas e florestais de alto valor natural (SAU das área agrícolas de alto valor natural)	-		a redefinir (valor UE muito alto)	Manutenção	2005	25,6	Manutenção
19 Biodiversidade:Composição das espécies florestais (Distribuição por grupo de espécies Florestais e outras áreas florestadas)	Resinosas (%)	1995	26	Melhoria da biodiversidade	2005	39	Melhoria da biodiversidade
	Folhosas (%)	1995	60		2005	53	
	Mistas(%)	1995	14		2005	8	
20 Qualidade das águas: Balanço bruto de nutrientes (Excesso de Fósforo e Nitrogénio em kg/ha)	kg/ha	2000	42	Melhoria global, com objectivos específicos por zona		-	
21 Qualidade das águas: Poluição por Nitratos e Pesticidas (Tendências anuais na concentração de nitratos e pesticidas nas águas superficiais e subterrâneas)	-	-	-	Melhoria global, com objectivos específicos por zona		-	
22 Solo: Áreas em risco de erosão (áreas em risco de erosão (classes t/ha/ano)	t/ha/ano	2004	5	Em preparação		-	
23 Solo: Agricultura biológica (SAU em agricultura biológica)	ha	2005	233	Aumento de área	2005	19 616	25 000
24 Alterações climáticas: Produção de energias renováveis a partir da agricultura e floresta (Produção de energias renováveis a partir da agricultura (ktoe) e da floresta (ktoe))		2005/2006	135			-	
		2004	391			-	
25 Alterações climáticas: SAU dedicada às energias renováveis (SAU dedicada às culturas energéticas e de biomassa)	ha	-	-	Contribuição marginal do FEADER		-	Contribuição marginal do FEADER
26 Alterações climáticas: Emissões de gases com efeito de estufa a partir da agricultura (Emissões de gases com efeito de estufa (ktoe))	(t de Co2 equiv)	2004	8445,366			-	

Cont.

**Eixo III**

Objectivo Específico	Indicadores de base orientados para objectivos a considerar
. Promover a diversificação de economia e do emprego em meio rural	<b>27, 28, 29, 30, 31, 36</b>
. Promover a melhoria da qualidade de vida	<b>28, 29, 32, 33, 34, 36</b>
. Desenvolver competências nas zonas rurais	<b>35</b>

Indicadores de base orientados para objectivos do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação e nacionais	Unidades	Portugal		Meta* 2013	Região Norte		Meta* 2013
		Ano referência	Valor		Ano referência	Valor	
<b>27</b> Agricultores com outra actividade remunerada (% agricultores com outra actividade remunerada)	%	2005	25,9	26,8	2005	22,7	25,0
<b>28</b> Crescimento do emprego no sector não-agrícola (Crescimento do emprego no sector secundário e terciário)	1000 pessoas	2002	4 476	4 490	2003	1 513	2 000
<b>29</b> Crescimento económico do sector não agrícola (VAB do sector secundário e terciário)	milhões de euro	2002	117 399	117 529	2003	32 068	32 500
<b>30</b> Crescimento do auto-emprego (Pessoas em auto-emprego)	1000 pessoas	2004	1 239	1 240			
<b>31</b> Infra-estruturas turísticas nas zonas rurais (Número de camas em instalações hoteleiras)	nº de camas	2004	433 160	433 660	2004	17 797	18 500
<b>32</b> Contratação da Internet nas Zonas Rurais (% população que subscreveu internet ADSL)	%	2004	12,9	13,0			
<b>33</b> Desenvolvimento do sector dos serviços (%VAB dos serviços)	%	2002	70,1	70,2	2003	62,1	65,0
<b>34</b> Migração Líquida (Taxa de migração)	‰	2004	4,5	Manutenção			diminuição
<b>35</b> Aprendizagem de longa duração nas Zonas Rurais (% da população adulta que está em formação ou em aprendizagem)	%	2005	4,6	4,6			
<b>36</b> Desenvolvimento de Grupos de Acção Local (% população coberta por Grupos de Acção Local)	%	2004	36,6	34,7	2005	32,2	manutenção

## 7. GESTÃO DA ESTRATÉGIA

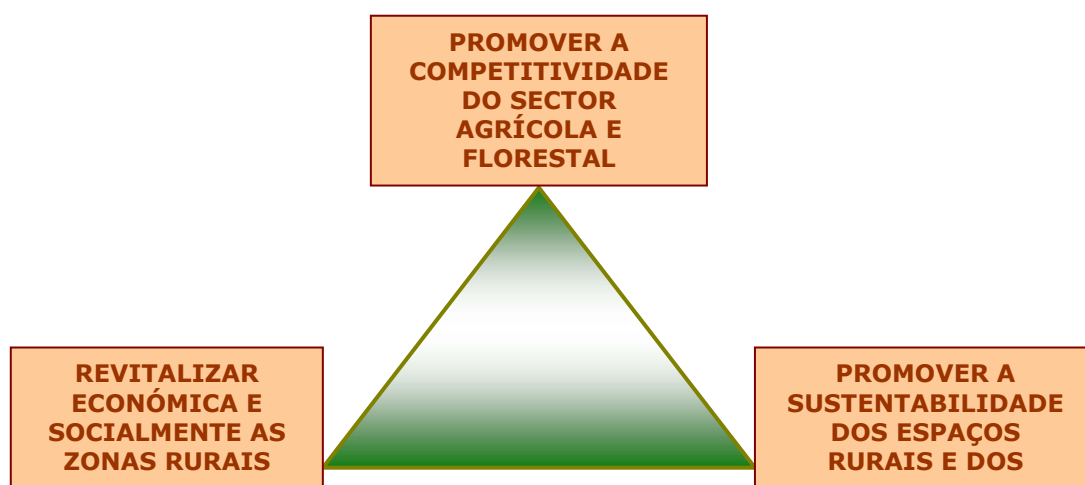
### 7.1 Governança

**T**oda a estratégia necessita de uma governança com capacidade de gerir os programas e os projectos. Dado que a planificação proposta assenta claramente num modelo de organização territorial onde existem várias instituições e organizações de diferente natureza, torna-se evidente a necessidade de:

- Institucionalizar a prática de partilha de responsabilidades por intermédio de protocolos e ou parcerias para projectos estruturantes, supra municipais e de intervenção territorial;
- Criar sinergias em volta das diversas acções de carácter económico e cultural;
- Identificação da estratégia regional por parte do Conselho Regional Agrário e sua envolvimento no acompanhamento da mesma;
- Definição clara da articulação do parceiro privilegiados CCDRN.

### 7.2 Acompanhamento e avaliação

**A** obtenção de resultados credíveis só é possível se houver uma equipa de acompanhamento pluridisciplinar, com parcerias público-público e público-privado. Para que o processo de avaliação seja eficaz é necessário a monitorização da gestão estratégica, que deve ser balizada por indicadores de avaliação indexados aos eixos prioritários e constituídos numa base de dados, coerente, participada e actualizada.



**COMPETITIVIDADE** - Como a competitividade é um processo complexo, dinâmico e multi-dimensional não é possível definir uma medida única que forneça uma boa reflexão sobre o ambiente competitivo, sendo aconselhável a análise integrada de um conjunto de dimensões:

- indicadores de produtividade e de dinâmica empresarial e de emprego;
- indicadores de abertura internacional e de capacidade de internacionalização;
- indicadores de transferência de tecnologia: por intermédio de projectos de colaboração entre institutos e universidades da região com agentes empresariais da região; mobilidade de pessoal altamente qualificado, entre esses institutos e universidades regionais e as empresas da região; criação de pequenas empresas de base tecnológica.



**SUSTENTABILIDADE DOS ESPAÇOS RURAIS E DOS RECURSOS NATURAIS** – Sendo o território um recurso de interesse colectivo, monitorizar o seu desenvolvimento é uma tarefa complexa, pelo que deverá ter-se em atenção a recolha de:

- indicadores de acções de preservação e conservação;
- indicadores de qualificação e valorização.

**REVITALIZAÇÃO ECONÓMICA DAS ZONAS RURAIS**- Pretende-se aferir o aumento da qualidade de vida promovido pelos investimentos no desenvolvimento local, pelo que deverão ser avaliados:

- indicadores de atractibilidade
- indicadores de reconversão da base económica local
- indicadores de aumento de produtividade
- indicadores de partilha de responsabilidades

**FORMAÇÃO e QUALIFICAÇÃO**- Dado tratar-se de um eixo de cariz eminentemente transversal e com a complexidade de interferir directamente nas abordagens económicas e sociais, é de complexa monitorização, no entanto deverão ser avaliados os domínios seguintes:

- Formação e qualificação dos recursos humanos;
- Demografia empresarial.

A **avaliação** deverá decorrer anualmente através de:

- Análise crítica de pertinência da estratégia;
- Análise de coerência;
- Análise de pertinência dos indicadores;
- Avaliação de eficácia e eficiência.

## 8. PROPOSTA DE ESTIMATIVA FINANCEIRA

Esta estimativa tem como base as metas propostas para 2007-2013, devendo ser ajustada anualmente de acordo com a execução do PDR

	Inv. Total 10 <sup>3</sup> €	Despesa pública 10 <sup>3</sup> €	FEADER 10 <sup>3</sup> €	% do Inv. Total no PDR
<b>Sub-Programa 1- PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE</b>	<b>1.035.739</b>	<b>517.401</b>	<b>387.533</b>	<b>31,3</b>
<b>Medida 1.1 - Inovação e Desenvolvimento Empresarial</b>	<b>667.119</b>	<b>302.788</b>	<b>226.788</b>	<b>37,4</b>
Acção 1.1.1 - Modernização e Capacitação das empresas	544.654	217.862	163.178	36,9
Acção 1.1.2 - Investimentos de pequena dimensão	59.901	59.901	44.866	39,9
Acção 1.1.3- Instalação de jovens agricultores	62.564	25.026	18.744	39,9
<b>Medida 1.2 - Cooperação Empresarial para o Mercado e Internacionalização</b>	<b>29.108</b>	<b>14.554</b>	<b>10.901</b>	<b>34,9</b>
<b>Medida 1.3 - Promoção da competitividade florestal</b>	<b>119.806</b>	<b>59.903</b>	<b>44.867</b>	<b>28,2</b>
Acção 1.3.1 - Melhoria produtiva dos povoamentos	79.396	39.698	29.734	44,4
Acção 1.3.2 - Gestão multifuncional	12.010	6.005	4.498	22,4
Acção 1.3.3- Modernização e capacitação das empresas florestais	28.400	14.200	10.636	17,7
<b>Medida 1.4 - Valorização da Produção de Qualidade</b>	<b>16.658</b>	<b>13.173</b>	<b>9.867</b>	<b>34,4</b>
Acção 1.4.1 - Apoio aos regimes de qualidade	6.149	6.149	4.606	70,8
Acção 1.4.2 - Informação e promoção de produtos de qualidade	6.970	3.485	2.610	31,0
Acção 1.4.3- Adaptação às normas exigentes	3.539	3.539	2.651	49,1
<b>Medida 1.5 - Instrumentos financeiros e de gestão de risco e de crises</b>	<b>100.086</b>	<b>24.021</b>	<b>17.991</b>	<b>39,9</b>
<b>Medida 1.6 - Regadios e outras infra estruturas colectivas</b>	<b>102.962</b>	<b>102.962</b>	<b>77.119</b>	<b>13,0</b>
<b>Sub-Programa 2 –GESTÃO SUSTENTÁVEL DO ESPAÇO RURAL</b>	<b>587.654</b>	<b>555.635</b>	<b>452.843</b>	<b>39,4</b>
<b>Medida 2.1–Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas</b>	<b>299.384</b>	<b>299.384</b>	<b>243.998</b>	<b>39,9</b>
<b>Medida 2.2- Valorização de modos de produção</b>	<b>93.839</b>	<b>88.209</b>	<b>71.890</b>	<b>40,0</b>
<b>Medida 2.3- Gestão do espaço florestal e agro-florestal</b>	<b>113.227</b>	<b>86.839</b>	<b>70.774</b>	<b>32,5</b>
Acção 2.3.1 - Minimização dos riscos	30.212	25.680	20.929	29,9
Acção 2.3.2 - Ordenamento e reconversão dos povoamentos	54.641	32.785	26.719	33,4
Acção 2.3.3- Valorização ambiental dos espaços florestais	28.374	28.374	23.125	37,0
<b>Medida 2.4- Intervenções Territoriais Integradas</b>	<b>81.204</b>	<b>81.204</b>	<b>66.181</b>	<b>56,0</b>
<b>Sub-Programa 3 - DINAMIZAÇÃO DAS ZONAS RURAIS</b>	<b>279.626</b>	<b>153.472</b>	<b>122.163</b>	<b>33,6</b>
<b>Medida 3.1–Diversificação da economia e criação de emprego</b>	<b>184.767</b>	<b>80.071</b>	<b>63.736</b>	<b>31,3</b>
Acção 3.1.1–Diversificação de actividades na exploração agrícola	44.880	21.318	16.969	34,7
Acção 3.1.2– Criação e desenvolvimento de micro empresas	96.201	40.404	32.162	30,4
Acção 3.1.3- Desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer	43.686	18.348	14.605	30,4

<b>Medida 3.2- Melhoria da qualidade de vida</b>	<b>54.000</b>	<b>36.750</b>	<b>29.253</b>	<b>37,4</b>
Acção 3.2.1-Conservação e valorização do património rural	25.000	15.000	11.940	39,8
Acção 3.2.2-Serviços básicos para a população rural	29.000	21.750	17.313	35,7
<b>Medida 3.5- Cooperação LEADER para o desenvolvimento</b>	<b>10.520</b>	<b>6.312</b>	<b>5.024</b>	<b>50,2</b>
<b>Medida 3.6- Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação</b>	<b>30.339</b>	<b>30.339</b>	<b>24.150</b>	<b>34,7</b>
<b>Sub-Programa 4 - PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS</b>	<b>74.703</b>	<b>44.592</b>	<b>33.399</b>	<b>38,3</b>
<b>Medida 4.1 – Cooperação para a inovação</b>	<b>20.000</b>	<b>14.000</b>	<b>10.486</b>	<b>37,4</b>
<b>Medida 4.2 – Formação e informação especializada</b>	<b>12.000</b>	<b>9.240</b>	<b>6.921</b>	<b>34,5</b>
<b>Medida 4.3 – Serviços de apoio ao desenvolvimento</b>	<b>42.703</b>	<b>21.352</b>	<b>15.992</b>	<b>39,9</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.977.722</b>	<b>1.271.099</b>	<b>995.939</b>	<b>33,1</b>

***A estratégia só por si não conduz às mudanças referidas na introdução sendo por isso necessário concretizá-la através da operacionalização dos planos estratégicos de fileira e estratégias temáticas e locais que levem à concretização da visão.***

**Estes são apresentados em cadernos separados e com a seguinte constituição:**

**I - ESTRATÉGIAS TEMÁTICAS:**

1. SUSTENTABILIDADE DO PATRIMÓNIO NATURAL
2. REGADIO E INFRAESTRUTURAS RURAIS
3. ABORDAGEM LEADER
4. QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

**II - FILEIRAS ESTRATÉGICAS:**

1. VINHO
2. AZEITE
3. HORTICOLAS
4. FLORES
5. FRUTAS
6. FLORESTA
7. QUALIDADE
8. LEITE